



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO –
PROPPG: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ETNICORACIAIS
CAMPUS SOSÍGENES COSTA – PORTO SEGURO**

ANGELO SANTOS DO CARMO-PATAXÓ

**Processos Históricos e Culturais na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia
Velha e suas implicações na Educação Escolar Indígena**

**PORTO SEGURO – BA
2022**

ANGELO SANTOS DO CARMO - PATAXÓ

Processos Históricos e Culturais na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha e suas implicações na Educação Escolar Indígena

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Campus Sosígenes Costa – Porto Seguro- BA, para obtenção do título de mestre, sob orientação do professor Dr. Edson Machado de Brito- Kayapó.

**PORTO SEGURO - BA
2022**

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

C287p Carmo, Angelo Santos do, 1974 -

Processos históricos e culturais na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha e as implicações na educação escolar indígena. / Angelo Santos do Carmo. – Porto Seguro, 2022.

171 p.

Orientador: Edson Machado de Brito

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. Aldeia Velha (Terra Indígena Pataxó). 2. Interculturalidade. 3. Pataxó (Saberes). 4. Patxôhá. I. Brito, Angelo Santos do. II. Título.

CDD: 371.97

Bibliotecário: Lucas Sousa Carvalho – CRB5/1883

FOLHA DE APROVAÇÃO

Angelo Santos do Carmo

Processos Históricos e Culturais na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha e as Implicações na Educação Escolar Indígena.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Campus Sosígenes Costa – Porto Seguro- BA, para obtenção do título de mestre, sob orientação do professor Dr. Edson Machado de Brito- Kayapó.

Data de aprovação: 30 de novembro de 2021.

Banca examinadora:

Edson Machado de Brito

Prof. Dr. Edson Machado de Brito (UFSB / PPGER)
Presidente da banca

Ana Cristina de Sousa

Prof^a. Dra. Ana Cristina de Sousa (UFBS / PPGER)
Membro interno

Bárbara Nascimento Flores

Profa. Dra. Bárbara Nascimento Flores (UESC)
Membro externo

Dedico este trabalho ao meu pai João Borges do Carmo (In Memoriam) e minha tia Dalila Ribeiro do Carmo (In Memoriam), duas pessoas que, desde quando eu era criança, sempre me incentivaram a buscar os estudos como meio de ampliar meus horizontes e conquistar os meus sonhos.

Sei que agora deve estar impressionando os anjos com sua risada

(Dennis Ricardo Andrade Toquetao/
Gustavo Pieroni Miotto)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida, aos meus pais (meu pai in memoriam) que, mesmo sem terem a oportunidade de adentrar a vida escolar, fizeram todo o esforço para que eu pudesse ingressar e concluir as etapas da educação básica, numa época muito difícil em que, por vezes, tínhamos que caminhar 10 quilômetros a pé para chegarmos à escola, pois não havia transporte escolar.

Quando conclui a etapa do ensino médio, tinha o sonho de prosseguir o estudo em nível ensino superior. Meus pais disseram que já estava “formado”, pois era como as pessoas costumavam falar com estudantes que concluía o ensino médio.

Sempre digo, tenho duas fases em minha vida: a primeira quando morava em Arraial d’Ajuda e por lá vivi minha infância, adolescência e parte da fase adulta. A outra quando vim morar na Aldeia, fase onde pude continuar meus estudos contribuindo com a luta de resistência e afirmação cultural do meu povo.

Vim morar na aldeia e após quinze anos, ingressei no ensino superior e concomitante, iniciei a pesquisa de minha etnia e comunidade Pataxó. A partir dessa imersão fui participando de movimentos da educação escolar indígena, conheci outros pesquisadores indígenas e não indígenas.

Agradeço aos meus familiares que sempre me apoiaram e incentivaram em meus estudos, as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram nesta caminhada. Minha esposa que, além de incentivar, foi fundamental na contribuição da pesquisa com seus depoimentos e olhar indigenista. Aos moradores e lideranças da comunidade, aos membros do Grupo de Cultura da Aldeia Velha, a comunidade escolar da Aldeia Velha, sobretudo os que, gentilmente, contribuíram com seus depoimentos.

RESUMO

O estudo intitulado "Os processos Históricos e Culturais na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha e suas implicações na Educação Escolar Indígena", é o resultado das sistemáticas pesquisas realizadas na referida aldeia e em outros espaços, e sobretudo é fruto do acúmulo de experiências da minha trajetória de pertencimento e de liderança no movimento indígena. Utilizando os pressupostos teórico-metodológicos que passam pela etnografia, pela história oral e pelas análises de fontes oficiais, dialogadas com a bibliografia selecionada, busca-se compreender as relações da escola da aldeia com os conhecimentos tradicionais como os saberes dos anciões, dos pajés, das benzedeiras, das parteiras, das lideranças e demais grupos que compõem o seu cotidiano, sem desconsiderar as contradições e os desafios próprios dessas relações. A pesquisa sinaliza para o fato de que os professores da escola e a comunidade estão empenhados em romper com a colonialidade de saber e do poder, e assim focam na construção da educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural, específica e comunitária, e um dos desafios é encontrar o caminho que viabilize o diálogo das ciências com os saberes tradicionais, garantindo uma educação de qualidade, que forme para a autonomia e para a autodeterminação do Povo Pataxó. A pesquisa busca evidenciar os caminhos dessa construção, e no bojo das análises emergirá a história do Povo Pataxó, a constituição histórica de Aldeia Velha, a organização da coletividade Pataxó, os saberes tradicionais e os avanços no campo educacional, como a revitalização da língua Patxôhã, a construção da infraestrutura da escola, a formação inicial e continuada do corpo docente, e os processos de contratação dos servidores da escola. O produto final apresentado é uma publicação virtual, de caráter didático-pedagógico sobre a história e os saberes do povo Pataxó da Aldeia Velha, que será alojada no site pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro - BA, organizada para atender tanto às demandas da escola indígena quanto às escolas não indígenas do município, convergindo com a perspectiva da educação escolar indígena diferenciada e com a determinação da Lei 11645/08, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

Palavras-chaves: Aldeia Velha, Interculturalidade, Saberes Pataxó, Patxôhã.

ABSTRACT

The study entitled "The Historical and Cultural processes in the Aldeia Velha Indigenous Community Pataxó and the implications to Indigenous School Education" is the result of the systematic researches carried out in the aforementioned village and in other spaces, and above all is the fruit of the accumulation of experiences of my trajectory of belonging and leadership in the indigenous movement. Using the theoretical-methodological assumptions that go through ethnography, oral history, and the analysis of official sources, in dialogue with the selected bibliography, we seek to understand the relationship between the village school and traditional knowledge such as the knowledge of the elders, the shamans, the witchdoctors, the midwives, the leaders, and other groups that make up their daily lives, without disregarding the contradictions and the challenges inherent in these relationships. The research points to the fact that the school teachers and the community are committed to breaking with the coloniality of knowledge and power, and thus focus on the construction of a differentiated, bilingual, intercultural, specific, and communitarian indigenous school education, and one of the challenges is to find the way to enable the dialogue between the sciences and traditional knowledge, ensuring a quality education that trains for the autonomy and self-determination of the Pataxó people. The research seeks to show the pathways of this construction, and in the core of the analysis will emerge the history of the Pataxó people, the historical constitution of Aldeia Velha, the organization of the Pataxó collectivity, the traditional knowledge, and the advances in the educational field, such as the revitalization of the Patxôhã language, the construction of the school infrastructure, the initial and continuing education of the teaching staff, and the hiring processes of the school staff. The final product presented is a virtual publication, of didactic and pedagogical nature about the history and knowledge of the Pataxó people from Aldeia Velha, which will be hosted in the pedagogical website of the Municipal Secretary of Education of Porto Seguro - BA, organized to meet the demands of both the indigenous school and the non-indigenous schools in the municipality, converging with the perspective of differentiated indigenous school education and with the determination of the Law 11645/08, which establishes the mandatory study of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in schools.

Keywords: Aldeia Velha, Interculturality, Pataxó Knowledge, Patxôhã

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da TI Aldeia Velha.

Figura 2- Cabana e primeira Escola da Aldeia Velha erguida em 1998.

Figura 3- Farinheira compartilhada com salas de aula.

Figura 4- Primeira escola construída de alvenaria.

Figura 5- Primeira escola de alvenaria sendo ampliada.

Figura 6- A imagem de cima do lado direito foi construída pelo ISHC, as do lado esquerdo foram às salas que estavam sendo construídas pela prefeitura, as imagens abaixo as obras já concluídas as quais foram anexadas, formando uma única estrutura da escola 2009.

Figura 7- Escola atual após as construções de quatro salas em 2014.

Figura 8- Imagens da exposição do acervo fotográfico realizado nas Escolas Indígenas Pataxó de Aldeia Velha e Coroa Vermelha.

Figura 9- Lideranças indígenas no Seminário da Marcha de Resistência na Aldeia Pé do Monte em 19/08/2013.

Figura 10- Alunos e lideranças do intercâmbio na Aldeia Barra Velha em 2015.

Figura 11- Alunos fazendo oração indígena na abertura do seminário na Escola Aldeia Velha em 2015.

Figura 12- Gráfico dos docentes da educação escolar indígena do ano letivo de 2020.

Figura 13- Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro, anos iniciais.

Figura 14- Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro, anos finais.

Figura 15- Choça dos Patachós.

Figura 16- As três primeiras imagens casa de sopapo e o mutirão para o embarreio. As duas abaixo, casa de envaramento preenchida de palmeira.

Figura 17- Imagens das casas modelos na Aldeia Velha.

Figura 18- Pinturas e significados Pataxó.

Figura 19- Grupo de Cultura da Aldeia Velha apresentado um ritual no seminário de (s) colonialidade - IFBA-Eunápolis, BA.

Figura 20- Pinturas faciais respectivamente de casados e solteiros.

Figura 21- Montagem a partir das imagens do VII Jogos Infante Juvenil.

Figura 22- Materiais para a pintura. Carvão, talisca de coco, barro amarelo e urucum em destaque a pasta do urucum

Figura 23- Montagem a partir das imagens do VII Jogos Infanto Juvenil.

Figura 24- Montagem das pinturas da comunidade, conforme descrito acima.

Figura 25- Sem título, 2009; sem título 2009, Dxahã patxitxá Kutuyuna, 2011.

Figura 26- Da esquerda para a direita: Cocar com três penas de Arara atrás, colocadas na tiara feita da palha de coco de airi. Cocar com uma pena de arara e duas penas de Gavião na frente colocadas na tiara feita da estopa de coco da Bahia. Cocar com duas asas de Gavião na parte frontal costurado no pano da bananeira .

Figura 27- Da esquerda para a direita: Cocar feito com penas de Arara. Cocar feito com penas de Papagaio, com mechas de pena de Coruja e as três penas centrais de Arara. Cocar com penas de Faisão e a centrais de Arara. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com a cor vermelha com tiaras feita da palha do coco de airi e bordadas com lã em formato geométrico. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com a cor Preta. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com cor laranja com tiaras feita da palha do coco de airi e bordadas com lã em formato geométrico.

Figura 28- O primeiro Tupsay é feito de Taboa e as duas seguintes da entrecasca da Biriba, nesta imagem podemos observar um indígena manuseando uma ferramenta retirando a entrecasca para confeccionar a Tupsay.

Figura 29- Da esquerda para direita: Os dois primeiros cintos são feitos de semente de açaí, no primeiro as pontas das “perninhas” são de casco de Pé de Cabra no segundo as pontas são de coco de ricuri; em sua base feita de palha do coco de airi, Cinto em base de semente de açaí, as “ pernas” de bambu e pontas de miçangas; cinto bordado em lã, com traços geométricos, as ‘pernas’ de sementes de açaí e nas pontas coco de ricuri; cinto feito de lã de crochê com coco de ricuri.

Figura 30- As quatro primeiras gargantilhas são feitas de sementes de tendo tingidas com cores variadas e a última confeccionadas com semente de açaí.

Figura 31- Brincos variados confeccionado com sementes e penas de diversas aves.

Figura 32- Da esquerda para a direita: os quatro bustiês são feitos de linha de crochê com detalhes diferentes; o quinto bustiê é feito da entre casca da Biriba; sexto feito de Imbira; o sétimo feito da casca de coco da Bahia e o oitavo feito de estopa.

Figura 33- O primeiro maracá e feito de cabaça, o segundo de coité e o terceiro de coco da Bahia.

Figura 34- Indígenas usando seus arcos e flechas nos Jogos Infanto Juvenil realizado pela Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha em 2019.

Figura 35- Imagens de alguns tibérios.

Figura 36- Tacape feito de Paty com ponta de osso.

Figura 37- Existe mundéu de uma ou duas cabeças, e este demonstrado é de uma cabeça e serve para pegar animais de pequeno porte como tatu, teiú dentre outros.

Figura 38- Demonstração de um laço de forca usado na Reserva da Aldeia Velha.

Figura 39- Espera feita na Reserva da Aldeia Velha, como demonstração para os visitantes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de docentes da Escola Aldeia Velha em 2009.

Quadro 2 - Cronograma de execução das atividades da LICEEI.

Quadro 3 - Ano de inserção dos alunos dos anos finais da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha.

Quadro 4 - Distribuição das coordenações por áreas/aldeias.

Quadro 5 - Distribuição dos Territórios etno educacionais pactuados até outubro de 2014.

Quadro 6 - Números de professores aprovados na área indígena no concurso público de Porto Seguro em 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAI	Associação Nacional de Ação Indigenista
APLB/BA	Associação dos/as Professores/as Licenciados da Bahia
ATXÔHÃ	Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó
CEB	Câmara de Educação Básica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIPAV	Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha
CNE	Conselho Nacional de Educação
CVN	Ciências da Vida e da Natureza
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Indígena
DEEI	Diretoria de Educação Escolar Indígena
DOU	Diário Oficial da União
DOPMPS	Diário Oficial Prefeitura Municipal de Porto Seguro
EIPAV	Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha
FEEI	Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena
FIEI	Formação Intercultural para Educadores Indígenas
FUMP	Fundação Universitária Mendes Pimentel
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAIPA	Grupo de Apoio aos Índios Pataxó
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
INGA	Instituto de Gestão de Águas e Climas do Estado da Bahia
ISHC	Instituto SHC
ITJ	Instituto Tribos Jovens
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LICEEI	Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena
LINTER	Licenciatura Intercultural
MEA	Associação Mulheres em Ação
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAIC	Programa Nacional de Aprendizagem na Idade Certa
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPGER	Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico- Raciais
PROGRAD	Pró - Reitoria de Graduação
PROLIND	Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECULT	Secretaria de Cultura
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIL	Summer Institute of Linguistics
SJCDH	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos
SMEPS	Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TEE	Território Etnoeducacionais
TI	Terra Indígena
UEX	Unidade Executora
UFBA	Universidade do Estado da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Questão – Problema da Pesquisa	19
Procedimentos Metodológicos	20
Estruturação da Dissertação	25
1 COMUNIDADE INDÍGENA PATAXÓ ALDEIA VELHA	25
1.1 Ipê e os indígenas não aldeados	39
1.2 Os que foram chegando após a retomada	41
2 ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ ALDEIA VELHA	42
2.1 Novas instalações da escola na aldeia: aspectos físicos	47
2.2.1 Formações docentes na EIPAV: o Magistério Indígena	51
2.2.2 Ensino Superior	54
2.2.3 Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI/UNEB	58
2.2.4 Licenciatura Intercultural – LINTER/IFBA	63
2.2.5 Formação Intercultural para Educadores Indígenas- FIEI/UFMG	64
2.2.6 Formação Continuada: PNAIC	66
2.2.7 Ação Saberes Indígenas na Escola	67
2.2.8 PIBID – Diversidade	68
2.3 Material Didático – Pedagógico Específico e Diferenciado	70
2.4 Experiência Pedagógica Intercultural, Bilíngue e Comunitária	75
2.4.1 Intercâmbio Cultural e Territorial	75
2.4.2 Experiências do Intercâmbio	75
2.4.3 Experiência da professora Arnã na Aldeia Mãe, Barra Velha	83
2.4.4 Planejamentos e Desafios na Realização do Projeto Intercâmbio Cultural	85
2.4.5 Protagonismo Feminino na Resistência Pataxó	88
2.4.6 Luta Pelo Direito ao Território	90
2.4.7 Reencontrar Parentes, procurando suas Raízes	93
2.4.8 Seminário	94
2.5 Patxôhã - Língua Materna do Povo Pataxó	96
2.5.1 Desafios na retomada da língua pataxó	98

2.5.2	Língua Patxôhã e a Aldeia Velha.....	99
2.5.3	Encontro dos Pataxós em Terra Tupinambá -----	102
2.5.4	Encontro dos Pesquisadores na Aldeia Pataxó Pé do Monte -----	104
2.5.5	Encontros dos pesquisadores da Língua Materna na Aldeia Velha-----	105
2.5.6	Patxôhã e Prática Pedagógica.....	107
2.5.7	Materiais pedagógicos e contratação-----	109
3	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -----	111
3.1	Legislação e Vínculo dos professores indígenas do Município de Porto Seguro--	117
3.2	Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro -----	121
	PRÁTICAS E VIVÊNCIAS DO POVO PATAXÓ (PRODUTO FINAL)-----	124
1	Habitações do Povo Pataxó e suas Transformações -----	124
2	O Uso das plantas e ervas medicinais e a Comunidade Indígena Pataxó da Aldeia Velha..	131
3	Pinturas e Grafismos indígenas Pataxó na Aldeia Velha-----	131
3.1	Cores e Símbolos.....	139
4	Canto e dança Pataxó.....	143
4.1	Minha Aldeia.....	143
4.2	Ramiando no Sambaqui.....	144
4.3	Pindorama-----	146
4.4	Awê/Heruê.....	147
5	Adereços e Artefatos do Povo Pataxó-----	150
5.1	Cocar/Casquete.....	150
5.2	A Tanga ou Tupsay.....	153
5.3	Cintos	154
5.4	O colar	155
5.5	Brincos.....	156
5.6	Burtiê.....	157
5.7	O maracá	158
5.8	O arco e flecha.....	159
5.9	Tibero	160
5.10	Tacape	161
6	Armadilhas, Comunicação Localização Tradicional -----	161

6.1	Mundéu.....	162
6.2	Laço de força.....	162
6.3	Espera.....	163
6.4	O uso do vento	165
6.5	Sonda- - - - -	165
6.6	O Sol.....	165
6.7	Folha de Patioba	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----		167
REFERÊNCIAS - - - - -		168

INTRODUÇÃO

Iniciarei um breve relato cujo objetivo é contextualizar minha trajetória de engajamento e luta no movimento indígena, sobretudo da educação escolar indígena. Situar o leitor sobre quem está falando e de onde estou falando, trazendo experiências que têm relação direta com tema da pesquisa.

As minhas raízes indígenas Pataxó são por parte da família de minha mãe, pois meu pai era não-indígena com descendência italiana. Meus avós moraram no Rio dos Frades, próximo a Juacema, terra tradicional Pataxó e lugar sagrado de muito encanto (localizada entre Trancoso e Caraíva). Depois de alguns anos vieram morar em Arraial d'Ajuda e posteriormente foram para Aldeia de Boca da Mata, no município de Porto Seguro - Ba, onde ficaram até seus últimos dias de vida.

Meus avós tiveram seis filhos, a maioria foi criada na Aldeia de Boca da Mata e aldeias circunvizinhas, enquanto que minha mãe foi criada por uma madrinha, na cidade de Porto Seguro, onde casou-se e foi morar em Arraial d'Ajuda. Ali criaram seus dez filhos e continuam vivendo até os dias atuais. Todos os meus irmãos moram em Arraial d'Ajuda, e eu “saí” de Arraial e fui morar na Aldeia Velha em 2004, após ter conhecido minha esposa, que é indígena Pataxó. Ela nasceu na Aldeia Indígena Pataxó de Águas Belas e quando adolescente foi morar na Aldeia da Coroa Vermelha. Nos conhecemos em Arraial d'Ajuda, quando estava vendendo artesanato no período do verão 2002/2003.

Após irmos a uma visita na Aldeia Velha, Arnã pediu apoio ao cacique Ipê Pataxó para morarmos na comunidade (para morar na aldeia era preciso a permissão do cacique e algumas lideranças), então fomos aceitos e no mês de janeiro de 2004 fizemos a nossa mudança, sendo que nos sete primeiros meses vivemos num quartinho que havia no fundo da casa do cacique.

Nos três primeiros anos morando na Aldeia Velha, não tive muito envolvimento nas ações da comunidade, pois eu trabalhava prestando serviços em um supermercado para o sustento da família, mas já mantinha um sentimento de preocupação com a aldeia, especialmente com o fato de que aqui residiam muitos conhecidos indígenas não aldeado iguais a mim que antes moravam em Arraial d'Ajuda e Japara. Essa relação de parentesco e pertencimento, ou seja, o cuidado coletivo foi se perdendo com o crescimento populacional desordenado do distrito.

Quando eu chegava à noite do trabalho sempre conversava com Ipê, ele contava as histórias de como se deu a retomada de Aldeia Velha (neste local havia uma fazenda chamada Santo Amaro¹), sobre as reuniões com as famílias, com os parceiros e as estratégias de luta, assim como narrava sobre a riqueza do território, sua fauna e flora. Estou me reportando a uma liderança que tem um conhecimento e uma coragem incríveis, e que liderou todo processo da retomada do território em Arraial d'Ajuda.

Naquele tempo eu queria estar mais envolvido nas ações da comunidade e, conseqüentemente, procurar ajudar o meu povo. Todavia, trabalhar fora da aldeia tornava inviável a minha participação mais efetiva nas ações comunitárias e coletivas. No ano de 2005 ajudei a organizar as atividades culturais que são realizadas todos os anos, no dia ²29 de abril em nossa comunidade.

No ano de 2007 a gestão municipal de Porto Seguro realizou um concurso público que abriu vagas na área da educação escolar indígena. Participei e fui aprovado, pois havia concluído meus estudos em 1993, na época era segundo grau, no curso do magistério. Comecei a lecionar na Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha em 2008, com contrato temporário, e tomei posse em julho como efetivo, iniciando uma nova fase em minha vida, trabalhando na Aldeia e me envolvendo de forma efetiva nas ações da comunidade, sobretudo na educação escolar indígena.

Por ter ficado quinze anos sem a prática da docência, eu precisava me atualizar. Foi então decidi fazer o curso de Pedagogia numa universidade particular na região, e neste mesmo período aconteceu o processo seletivo para a primeira turma do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI, na Universidade Estadual da Bahia-UNEB, no qual participei e fui aprovado.

Como professor na escola da aldeia, um dos primeiros projetos que participei foi a elaboração e discussão do projeto para concorrermos ao edital da SECULT/BA, referente à

¹ O que eu sabia desse local é que meus pais me contavam. Segundo eles, meu tio Antônio Monteiro junto com minha tia Denise (irmã de pai) havia morado aqui na década de 60, depois o senhor Dandão, que era compadre de meus pais, tomava conta ou explorava essas terras, na década de 1970.

² Em nossa comunidade as festividades do mês de abril são realizadas em 29 de abril. Um dos motivos é homenagear Galdino Pataxó, que numa viagem a Brasília em que buscava reivindicar os direitos indígenas, foi brutalmente assassinado nesta cidade em 19 de abril de 1997, outro motivo é que devido as outras comunidades pataxó fazerem festividades em 19 de abril, principalmente praticando as modalidades dos jogos tradicionais, os nossos parentes promovem um intercâmbio em que no dia 19 nossos atletas vão as outras comunidades e no dia 29 recebemos os parentes para essa integração.

criação do Ponto de Cultura da Bahia, onde fomos contemplados, sendo que a inauguração ocorreu em 2009. Na construção do projeto houve a participação de representantes da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, Associação Comunitária e Associação de Ecoturismo. Ressalto que o proponente foi o Instituto Tribos Jovens – ITJ, pois as nossas associações não estavam regularizadas nos órgãos de controle.

Fui aprofundando nos conhecimentos da cultura Pataxó, e Arnã foi uma das pessoas que mais contribuíram para isso, afinal eu era um indígena não aldeado e precisava conhecer mais de minhas raízes, e principalmente a cultura e história da Aldeia Velha e do meu povo.

Em 2008 participei da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, no centro de convenções do município de Porto Seguro, onde pude assistir várias palestras esclarecedoras, especialmente na área de antropologia indígena. Foi lá que tive o primeiro contato com os estudos antropológicos realizados na Aldeia de Barra Velha, a partir das exposições da pesquisadora Maria Rosário Carvalho.

O meu primeiro ano de experiência na escola da aldeia foi um grande aprendizado, em que fui observando várias problemáticas e tentando criar respostas e encaminhamentos ao longo do trabalho. A precária estrutura física era uma delas, pois a nossa escola tinha apenas duas salas pequenas, de 30 m² cada, que não comportavam todas as turmas, e para tentar resolver a situação, usávamos o corredor como espaço de aulas. Havia dois banheiros, uma cozinha pequena e um almoxarifado que mal cabia os arquivos da escola com alguns materiais de apoio pedagógico e não havia computadores, chegamos a ganhar um usado, mas ao testar percebemos que estava sem condições de uso.

Em abril de 2008, a escola foi convidada a participar de um Curso do INGA (Instituto de Gestão de Águas e Climas do Estado da Bahia), que foi realizado em três etapas de 40 horas cada. Este projeto tinha cinquenta participantes das aldeias Barra Velha, Boca da Mata, Aldeia Velha, Mata Medonha e Coroa Vermelha. O objetivo era adquirir conhecimentos técnicos que nos auxiliassem na conservação das matas ciliares e, ao final do curso seríamos Agentes Voluntários das Águas. O curso foi concluído em fevereiro de 2010.

Em março do ano de 2009, na semana pedagógica realizada na Aldeia de Barra Velha, fui escolhido para representar as Aldeias Indígenas Pataxó de Imbiriba, Juerana e Aldeia Velha, no I Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena, etapa realizada em Salvador. Foi a minha primeira experiência fora de minha comunidade, onde pude participar das discussões sobre a educação escolar com indígenas, com a presença de pessoas de diversas etnias da Bahia e da etnia Xucuru Kariri de Pernambuco, além de indigenistas, técnicos e

pesquisadores. Na ocasião tive a oportunidade de conhecer o professor Gersem Luciano Baniwa, que é uma referência na temática educação escolar indígena.

No mesmo ano participei do encontro dos Pesquisadores da Língua e da Cultura Pataxó–Atxôhã, na cidade de Salvador, realizado através da Coordenação de Políticas Indígenas da Bahia, que fica na pasta da Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos, representado pelo Pataxó Jerry Matalawê. Além de vários pesquisadores indígenas, sobretudo os professores Pataxó das aldeias do Extremo Sul da Bahia, contamos também com a presença da professora, pesquisadora e historiadora Maria Hilda Baqueiro e da professora América Cesar, doutora em linguística, ambas da UFBA. Um dos objetivos deste encontro foi à criação das Coordenações de Áreas do Grupo Atxôhã, que iriam auxiliar os professores que lecionam a língua materna nas escolas Pataxó.

Em julho do mesmo ano foi realizada uma reunião na escola da Aldeia Velha, para aprovação da nova diretoria do Conselho de Cacique das Comunidades Pataxó da aldeia Velha, Juerana, Imbiriba, Coroa Vermelha, Mata Medonha e Recanto da Patioba, onde fui escolhido para ser o segundo secretário do referido conselho.

Na escola, fui presidente da Unidade Executora da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha e junto com os colegas gerenciamos alguns programas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, sempre adequando os programas às particularidades e especificidades da educação escolar indígena. Em 2010 fui eleito para a função de coordenador pedagógico da escola de Aldeia Velha, sendo que, até então, a nossa coordenação era realizada por pessoas de fora da comunidade, que também faziam o mesmo trabalho em outras escolas indígenas.

Representei o povo Pataxó de Porto Seguro nas reuniões do Território Etnoeducacional Yby Yara³ – que na língua Tupinambá significa donos da terra. Participei de reuniões no processo de criação da Licenciatura Intercultural Indígena - LINTER, no IFBA Campus de Porto Seguro. Atuei como supervisor do PIBID-Diversidade na mesma instituição, contribuindo na pesquisa e elaboração de documentários, materiais específicos e diferenciados que auxiliam nas atividades escolares nas comunidades indígenas.

³ O território etnoeducacional, instrumento de gestão da educação indígena, foi definido pelo decreto 6861 em maio de 2009. O Território Etnoeducacional Yby Yara compreende as terras indígenas na Bahia.

Cada comissão gestora é coordenada pelo MEC, e composta pela representação dos povos indígenas envolvidos no território, das secretarias de educação do estado e dos municípios, de universidades públicas, da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre outras instituições. O mandato é de dois anos.

É nos colegiados que os povos indígenas dizem aos governos da União, de estados e municípios que tipo de educação querem, estabelecem as prioridades e definem a formação de professores e os materiais didáticos. Os territórios asseguram que a política de educação escolar indígena atenda as populações segundo a área geográfica que ocupam, e não mais por município ou unidade da Federação.

Particpei, com lideranças tradicionais e com o professor Carlos Caruso, em reuniões na implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia, no Campus de Porto Seguro, cuja finalidade era discutir sobre as contribuições e parcerias que a universidade poderia construir com as comunidades indígenas locais. Com essa parceria recebemos em nossa comunidade o professor Boaventura de Sousa Santos, no dia da aula magna e inaugural daquela universidade.

Em 2013 fui indicado para Diretor de Educação Escolar Indígena, que é um setor situado na Secretaria de Educação Municipal de Porto Seguro, que faz a interlocução entre as 14 escolas indígenas e 04 extensões e a gestão municipal, sendo o primeiro indígena a assumir o cargo, no qual fiquei até o final de 2015. No ano de 2016, através de eleição comunitária, me tornei cacique da Aldeia Velha, permanecendo na função até 2019.

Todas essas experiências acima narradas contribuíram na minha formação e no fortalecimento do meu pertencimento enquanto Pataxó, a partir delas pude perceber e entender com mais profundidade as problemáticas que envolvem o binômio povos indígenas e Estado, especialmente no que se refere ao Povo Pataxó.

Questão-problema da pesquisa

Nas conversas informais com o cacique Ipê, aprendi sobre a história da retomada da Aldeia Velha, foi quando percebi a necessidade de registrar a memória de luta e resistência dessa comunidade. Despertei para a urgente necessidade da escrita e do reconhecimento daquelas e de várias outras memórias e histórias transmitidas por nossos antepassados e anciões, as quais chegam a nós por meio da oralidade. A apropriação que fazemos da escrita pode possibilitar que essas histórias e memórias cheguem a nossa aldeia, à escola e ao conhecimento das crianças, adolescentes e jovens na aldeia e fora dela.

Vemos os não índios chegarem às comunidades indígenas e fazerem trabalhos de pesquisas, monografia e teses, publicam livros e artigos, enquanto nós, Pataxó, ficamos à margem e excluídos da autoria dessas escritas e da possibilidade de protagonizarmos as pesquisas sobre as nossas próprias histórias e memórias. Diante dessa questão, lancei o desafio de pesquisar e escrever sobre as memórias e as histórias da Aldeia Velha, a partir do nosso olhar.

A escrita desses processos históricos e culturais na comunidade estão intimamente relacionados com a escola, pois são saberes e fazeres produzidos e vivenciados por anciões,

lideranças, professores e alunos os quais são e serão sistematizados contribuindo na educação escolar enquanto material didático específico e diferenciado.

Esta experiência, que no primeiro momento era um projeto pessoal, resultou no trabalho de monografia apresentado na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena-LICEEI/UNEB, intitulada “Aldeia Velha, Saberes, Fazeres e Memória”, que foi defendida em agosto de 2019.

Com a experiência da pesquisa que resultou na minha monografia de conclusão de curso e o meu envolvimento na educação escolar indígena, novas inquietações surgiram, desembocando na pesquisa que estou desenvolvendo no âmbito do PPGER/UFSB.

No bojo da referida pesquisa, serão investigados os aspectos interculturais da escola na aldeia, a formação dos professores indígenas, as metodologias de ensino e aprendizagem utilizadas e os materiais didáticos existentes na escola.

Ressalto que desde a implantação da Escola da Aldeia Velha, em 1998, já havia um corpo de legislações que amparam a educação escolar indígena diferenciada, delineando sobre seus princípios, objetivos, autonomia na gestão, processos próprios de aprendizagem, formações interculturais e currículos específicos e diferenciados. Neste sentido, venho investigando sobre os desafios que atualmente a escola e a minha comunidade vêm enfrentando para efetivar a educação escolar indígena específica e diferenciada, e o nível qualitativo de envolvimento da escola com os saberes tradicionais, com os anciões e lideranças.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adotará a abordagem etnográfica, com a realização de pesquisas qualitativas, realizadas a partir de observações, vivências, entrevistas, conversas formais e informais.

A etnografia, na sua acepção mais ampla, pode ser entendida como "a arte e a ciência de descrever uma cultura ou grupo" (Fetterman, 1989, p.11). A pesquisa etnográfica abrange a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo.

Ludke e Menga (1986, p.11), apresentam cinco características básicas que configuram a pesquisa qualitativa em educação: a primeira característica é que a pesquisa qualitativa tem

o ambiente local como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu agente ativo; a segunda é que as informações e dados coletados são predominantes descritivos, oriundos da densa observação; a terceira característica incide na constatação de que a preocupação com o processo/dinâmica da realidade observada é muito maior do que com o produto; a quarta diz respeito ao fato de que os significados que as pessoas dão às coisas e a sua vida (e à vida coletiva) devem ser focos de atenção especial do pesquisador; e a quinta característica sugere que a análise dos dados e informações coletadas tendem a seguir um processo indutivo, ou seja, as informações coletadas são indícios para se compreender a complexidade do todo.

Assim sendo, ainda que eu seja um Pataxó pertencente àquela comunidade, estarei diretamente imerso e atento ao ambiente pesquisado, uma vez que os processos históricos e culturais da comunidade analisada fazem parte da minha vivência, o que requer também uma análise mais criteriosa das questões a que me reporto na pesquisa. Portanto, trata-se de um trabalho posicionado e comprometido com minha ancestralidade, com o povo ao qual pertencço, o que não pressupõe a ausência da objetividade científica convencional, mas apenas o deslocamento do olhar objetivo que privilegiará o olhar “de dentro” e a dinâmica das relações que envolvem a temática pesquisada tornando desafios e as vantagens ao longo do processo. Neste sentido os desafios são vários dentre eles podemos destacar o compromisso de darmos visibilidade e protagonismo de forma que transpareça a história de luta e memória dos envolvidos na pesquisa. Ter um olhar de pesquisador e não deixar de ser induzido pelo envolvimento e sair do foco e objetivo da pesquisa, ao tempo que possamos contextualizar e transmitir de forma coerente respeitando os costumes, as cosmologias e tradições do povo pataxó.

Diferente de alguns pesquisadores não indígenas que por vezes fazem suas pesquisas em nossas comunidades, mas não dão o retorno. Por morar na comunidade somos cobrados de forma mais enfática, que de certa forma é normal, neste sentido precisamos dar o retorno, não apenas enquanto escrita, mas que a referida pesquisa contribua enquanto projeto societário e coletivo para a comunidade.

Ao tempo que precisamos evidenciar o protagonismo indígena, demonstrar as batalhas, a memória, a cultura, crenças e tradições. Ou seja, reescrever a nossa história a partir de nossa ótica e apropriação da escrita da língua portuguesa, pois muito de nossas histórias foram silenciadas e excluídas pela imposição da escrita de uma língua que não era a nossa. Os povos originários já habitavam essas terras, antes da invasão e colonização europeia, com sua diversidade linguística e transmitiam seus conhecimentos, principalmente pela oralidade.

Neste momento, a mesma língua que outrora foi usada para negar as nossas histórias, nos apropriamos dela para usarmos como ferramenta de luta e reafirmação cultural de nosso povo.

A pesquisa fez levantamento de um conjunto de material promissor em descrições do ambiente, situações e acontecimentos próprios da comunidade. Além das entrevistas e observação atenta da realidade, são utilizadas fotografias e desenhos produzidos por pessoas da coletividade local, os quais dialogam com os pressupostos teóricos-metodológicos selecionados para tal fim.

As problemáticas se manifestam nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas, principalmente quando observamos a estrutura física e humana para contextualizar a escola. O que a princípio parecia ser apenas um relato sobre a realidade, aparece nitidamente envolvido às questões políticas que impactam a comunidade escolar e comunitária, trazendo no seu bojo o protagonismo dos professores na luta por uma educação escolar diferenciada, bem como os diversos atores sociais envolvidos nas ações comunitárias.

Buscamos mais do que apenas observar e constatar os fatos, interessa realizar uma devolutiva que colabore na superação dos problemas e na implementação da educação escolar indígena diferenciada, pois estamos nos reportando a cultura de um povo, de saberes tradicionais, de cosmologias, portanto, trata-se de uma pesquisa que irá incidir na vida comunitária da aldeia.

Num contexto de pesquisa etnográfica, os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima. Não há como pesquisar sem observarmos atentamente o contexto, ouvirmos atentamente os desafios e anseios do nosso povo. No entanto, é necessário delinear com nitidez o campo de pesquisa, construindo um quadro de análise que expresse de forma objetiva as informações.

Para as entrevistas, foram selecionados dois grupos de pessoas que serão colaboradores na pesquisa, são todos conhecedores das tradições do nosso povo. O primeiro é composto por professores e professoras, pessoas que integram com a comunidade e são membros do Grupo de Cultura da Aldeia Velha. No segundo grupo, estão nossos anciãos, anciãs e demais membros da comunidade.

No diálogo com eles utilizarei uma perspectiva antropológica de imersão e interação para criar um ambiente propício, no sentido de que os nossos parceiros e colaboradores, neste

caso, nossas lideranças tradicionais e outros entrevistados, possam sentir segurança e confiança para colaborar na pesquisa.

Para as entrevistas, elaboramos um roteiro de perguntas no formato de entrevistas semiestruturadas e flexível, que orientarão os diálogos com os colaboradores, à luz das indicações de autores como Triviños (1987) e Manzini (1990/1991), os quais procuram definir e caracterizar o que vem a ser uma entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica os questionamentos básicos que são apoiados em teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. Colocamos perguntas abertas, relacionadas ao tema pesquisado, com o objetivo de possibilitar uma maior interação e diálogo. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (Triviños, 1987, p. 152).

Por se tratar de depoentes experientes e profundos conhecedores da temática pesquisada, a entrevista semiestruturada possibilita mais flexibilidade e dinâmica no decorrer das entrevistas, o que pressupõe tratar os entrevistados com respeito, aproveitando ao máximo as informações por eles emitidas.

Optamos pelo método das rodas de conversas, que são práticas que os Pataxó realizam ao sentarem ao redor da fogueira, de uma árvore, nos quintais, nas varandas, no centro de cultura, dentre outros espaços da comunidade para praticar o *âwe*, contar histórias sobre o movimento de luta na educação, na saúde, do território, e para dialogar sobre estratégias resistências, entre outros temas. Dentro deste movimento serão coletadas as informações que interessam à pesquisa, fazendo uso de gravações de áudio e vídeo, analisando não somente as falas, mas também os movimentos não verbais, imagens, artefatos e documentos oficiais.

Sobre a metodologia proposta, Godoy (1995) afirma que à medida em que as informações forem coletadas no campo de pesquisa, o pesquisador deve se manter sempre alerta para reelaborar o modelo da pesquisa, corroborá-lo ou alterá-lo em função dos avanços da compreensão sobre o fenômeno investigado. Essa interação contínua entre os dados reais e as possíveis explicações teóricas é fundamental num trabalho de cunho etnográfico.

Outra contribuição para a pesquisa foi que, ao longo dos últimos doze anos, participei ativamente no movimento da educação escolar indígena, dentro e fora da aldeia, em reuniões, seminários, assembleias e como cursista na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar

Indígena - LICEEI/UNEB, dentre outras ações. Foram experiências que agregaram valores e possibilitaram o olhar mais atento sobre a realidade pesquisada.

Para além das Rodas de Conversas e de nossa vivência no movimento da educação escolar indígena, foram selecionados e analisados documentos oficiais, artigos, teses e dissertações sobre a temática indígena, além das monografias produzidas por professores Pataxó nas licenciaturas interculturais.

Portanto, o presente estudo realiza a explicação relacionada das evidências, dialogando com os pressupostos teórico-metodológicos. A abordagem metodológica busca inserir os Pataxó na história, demonstrando como eles operam no dia-a-dia, que lugar ocupam na rede social, e o que representam as contradições nas suas ações e no discurso narrado nas suas entrevistas.

De outro modo, o estudo analisa as estratégias e maneiras de organização social e revitalização das tradições Pataxó, evidenciando as formas de relacionamento deles com o Estado e com a sociedade envolvente, apontando as contradições sociais, conflitos, pactos e consentimentos, especialmente no que se refere à educação escolar indígena diferenciada na aldeia.

As imagens e fotografias não são utilizadas como mera ilustração e nem como cópia fiel dos acontecimentos, mas como sugere Possamai (2008):

... a investigação das imagens, sejam estas obras de arte ou fotografias, podem abrir para o historiador um universo a ser explorado, principalmente no campo da memória e do imaginário. (...) Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, nesse sentido, podem constituir em fontes preciosas ... (POSSAMAI, 2008, p. 2).

A presente pesquisa compartilha das ideias de Cardoso (1997) no que se refere às imagens, especialmente as fotografias. O autor observa que ela (a fotografia) é “agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras” (Cardoso, 1997, p. 407).

Estrutura da dissertação

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. No capítulo I, intitulado Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha, analisaremos o processo de sua constituição, tendo por base o

relatório antropológico de identificação da Terra Indígena Aldeia Velha e a participação dos moradores e lideranças. Neste contexto, ressaltando a inserção histórica do povo Pataxó na região do Extremo Sul da Bahia. Neste mesmo capítulo serão iniciadas as discussões sobre educação escolar indígena, com foco na implantação da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha.

No capítulo II, intitulado Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, analisaremos a trajetória da referida instituição, desde sua implantação em 1998 até o ano de 2019. Serão analisados os aspectos físicos e pedagógicos da escola, a composição do seu corpo de servidores, os processos de formação dos professores e suas condições de trabalho, os materiais didático-pedagógicos disponíveis e os diálogos da escola com a proposta da educação escolar indígena diferenciada, seus avanços, limites e desafios.

No capítulo III, intitulado Breves Considerações das Legislações e a Educação Escolar Indígena, farei uma pequena discussão sobre o conjunto de legislações que amparam a educação escolar indígena diferenciada, trazendo no debate as contradições, conflitos e grupos políticos envolvidos na temática.

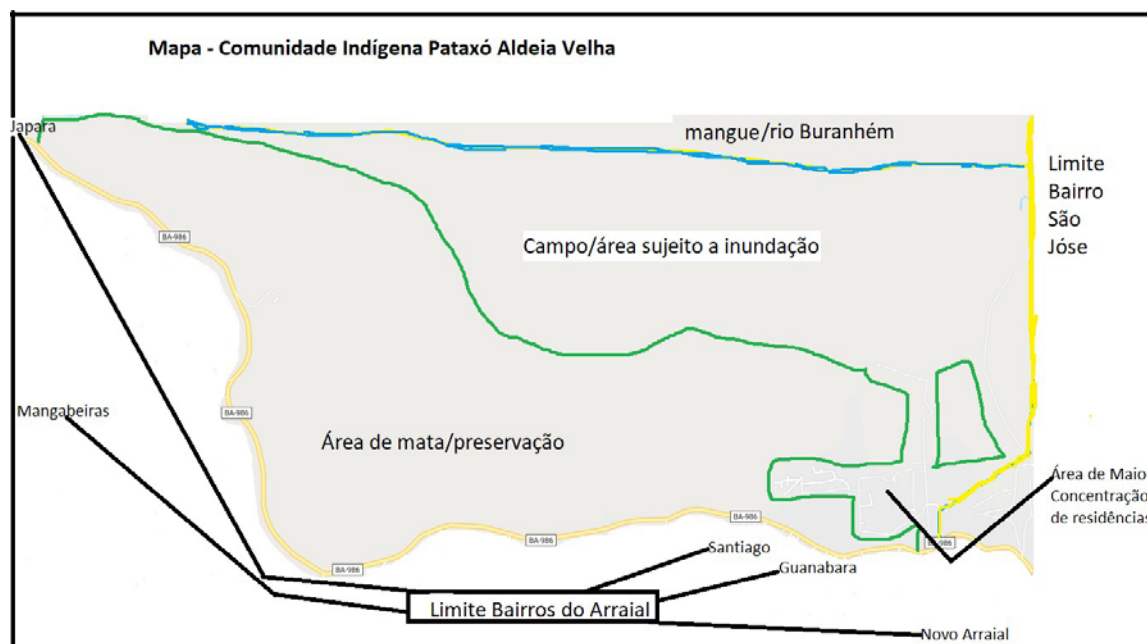
Posteriormente apresentaremos o nosso produto final intitulado práticas e vivências do Povo Pataxó, que são experiências vivenciadas no cotidiano da aldeia, evidenciando o grau de envolvimento destas manifestações comunitárias com a educação escolar indígena intercultural, comunitária, bilíngue, específica e diferenciada. O mapeamento e descrição dessas práticas e vivências do Povo Pataxó, que será apresentado ao PPGER/UFSB, o qual será disponibilizado por meio digital para as escolas indígenas e não indígenas do município de Porto Seguro.

1. COMUNIDADE PATAXÓ ALDEIA VELHA

A Aldeia Velha abriga pessoas pertencentes ao povo Pataxó e fica localizada em Arraial d'Ajuda, distrito do município de Porto Seguro, no Extremo Sul da Bahia. Abrange uma área de 2010 hectares, sendo que 40% dela é composta de mata nativa, 40% área de campo, 10% manguezal e 10% área residencial.

Segundo os mais velhos, a aldeia iniciou com apenas doze famílias, totalizando aproximadamente sessenta pessoas. Atualmente há 282 (duzentos e oitenta e duas famílias) e 1083 (hum mil e oitenta e três) moradores (SESAI, 2019).

Figura 1- Mapa da TI Aldeia Velha



Fonte: Mapa produzido pelo autor, tendo como referência o Google Maps.

Segundo Carmo (2019), onde atualmente é localizada a Aldeia Velha, foi implantado pelos jesuítas em 1534 a aldeia de Santo Amaro, por isso os “antigos donos” chamavam esta área de Fazenda de Santo Amaro. O nome Aldeia Velha foi dado pelo cacique Ipê, um dos motivos é que neste território encontram-se vários sítios arqueológicos, bem como ter sido um dos primeiros aldeamentos com a chegada dos Portugueses.

Segundo os estudos arqueológicos, que embasaram a comissão técnica que produziu relatório circunstancial daquele território.

O nome da T.I. Aldeia Velha, com o qual os Pataxó, e também os regionais, se referem às terras em estudo, e especialmente ao local onde está situada a Fazenda Santo Amaro, é uma referência ao antigo aldeamento de Santo Amaro (daí o próprio nome da fazenda), que naquele local existiu no Séc. XVI. Mascarenhas (1998:67) confirma a existência desta aldeia citando Denis (1980 [1838]), o qual se referiu à aldeia Santo Amaro informando que esta teria sido destruída pelos índios "abatiras" no ano de 1564 e Gandavo (1980 [1570/1576]) o qual também fez referência a esta aldeia (SOTTO-MAIOR, 2008. pag.2). Um mito regional, registrado por Casal e que segundo Mascarenhas tem sua estrutura ainda narrada por nativos da localidade de Vale Verde, dá conta da destruição da Aldeia Santo Amaro e da fundação da Aldeia da Patatiba. Esta foi oficialmente reconhecida com o nome de Aldeia do Espírito Santo dos Índios e depois Vila Verde, constituindo-se no atual distrito de Vale Verde (MASCARENHAS, 1988).

A Capitania de Porto Seguro foi doada em 1535 a Pero de Campos Tourinho, o qual ergueu na foz do rio Buranhém a Vila de Porto Seguro (Sampaio, 2000). As primeiras ocupações colonizadoras ocorreram nas regiões litorâneas, na qual foram fundadas as

primeiras vilas e missões, sendo que as investidas no interior tinham como objetivo principal a captura de indígenas e a exploração da madeira.

O projeto colonizador tinha uma espada de um lado, que era para matar, exterminar e se apropriar dos bens originários, e a cruz do outro para converter os indígenas ao cristianismo, atacando diretamente as suas tradições, trabalho que ficou a cargo dos padres jesuítas, os quais criaram as missões, cuja organização as tornavam um misto de unidade territorial, administrativa, produtiva, eclesiástica e militar.

Segundo o autor citado acima, os indígenas eram “convencidos” ou levados a força, para essas missões. As aldeias/missões implantadas foram extintas paulatinamente, perdurando a de São João Batista (atualmente Trancoso) e da Patatiba (também conhecida como Patativa, Vila Verde, e atualmente Vale Verde).

Em sua tese, Cancela (2012) afirma que as referências geográficas para fazer a demarcação da capitania de Porto Seguro foram muito imprecisas, sendo apenas declarado que “começa[vam] na parte onde se acaba[vam] as cinqüentas léguas de (...) Jorge de Figueiredo Correa na dita Costa do Brasil (...) e [daí] correndo para o sul quanto couber as ditas cinquenta léguas” (p. 36). O autor relata que a imprecisão desses limites resultou em alguns conflitos com as autoridades, um desses conflitos foi a suposta definição do Rio Doce como fronteira com a Capitania do Espírito Santo na parte do Sul e, ao Norte, o Rio Grande (atual Jequitinhonha) como divisa com a Capitania de Ilhéus.

Sendo a região habitada por vários povos indígenas, os limites da Capitania de Porto Seguro eram também o limite dos *Patachós* e *Maxacali*, que conviviam com outras etnias. A imposição do projeto colonial significou o brutal ataque e extermínio de diversos povos, muitos dos quais foram incorporados ao que as autoridades chamavam de nacionais, sendo que os *Pataxó* e os *Maxacali* resistiram e se dispersaram por outras localidades, como o território das Minas Gerais.

O viajante e naturalista, o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, em sua viagem ao Brasil entre os anos de 1815 a 1817 passando pelo Rio Doce, relatou em suas minuciosas anotações as primeiras descrições dos povos indígenas habitantes nesta região que limitava a capitania de Porto Seguro à Capitania do Espírito Santo. O viajante escreveu:

As florestas próximas do Mucuri são principalmente habitadas pelos “Patachós”. Só acidentalmente andam os “Botocudos” por esse trecho da costa. Várias outras tribos de selvagens residem nessas matas: nos limites de Minas, os “Maconis”, os “Malalis” e outros vivem em povoados fixos. Os “Capuchos”, os “Cumanachos”, “Machacalis” e “Panhamis” também perambulavam por elas. Dizem que as últimas quatro tribos se aliaram com

os “Patachós”, para que assim unidos, possam fazer frente aos “Botocudos” mais numerosos. (NEUWIED, 1940, p.170).

Apenas nesta região constatamos oito diferentes povos que habitavam aquele território, neste sentido percebe-se a diversidade étnica. O mesmo autor, completa: “Os Botocudos vagueiam pelo alto Santa Cruz; mais perto do litoral, porém o rio lhes demarca os limites do território, vivendo os “Pataxós” e os “Machacalis” na região situada à margem sul” (p. 222).

Neuwied afirma que este rio irá demarcar os limites dos Pataxós e Maxacalis em relação aos Botocudos, etnia mais numerosa que habitava este lado do rio, contudo o príncipe menciona que encontra, “algumas hordas de “Patachós” nas margens desse rio (Rio Pardo) e nas matas da “barra” de Poxi” (Neuwied, p. 317). A barra de Poxi, fica em Canavieiras, no sentido de Ilhéus o que nos leva a crer que outros Pataxó possam perambular nesta região da capitania de Porto Seguro.

Cancela (2012), afirma que, “de acordo com o Mapa Etno-histórico elaborado por Curt Nimuendaju, o território sobre o qual se instalou a Capitania de Porto Seguro era habitado por grupos indígenas dos troncos linguísticos Tupi e Macro-jê” (p.58). Sendo que cada grupo possuía seu próprio padrão de dispersão geográfica, neste sentido a localização e a acomodação nos territórios estava relacionada com o contexto histórico e sociocultural de cada um, bem como sua convivência com os demais grupos e a suas interações com o meio ambiente.

O autor prossegue sugerindo que os mais recentes estudos desenvolvidos na linguística comparativa, têm demonstrado que os falantes Tupi migraram para a região da costa litorânea a partir da conquista portuguesa nas terras sul-americanas, ocasionando uma dispersão na qual criou uma rota que, partindo da região centro-oeste do continente e o atual território do Paraguai, as famílias Tupi-Guarani, Tupinambá e Tupiniquim conquistaram os territórios de quase toda a faixa litorânea de sul a norte.

Cancela continua sua escrita relatando que os grupos nativos, integrantes do tronco Macro-jê, se concentravam na parte leste do Brasil, desde o atual estado do Rio de Janeiro até a Bahia, grupos formados pelas famílias Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó e Puri, entre outros”. Sobre o assunto, o autor escreve:

Com a expansão da conquista territorial, os colonos perceberam que os sertões da Capitania de Porto Seguro abrigavam uma grande diversidade de grupos indígenas. Protegidos pelas próprias condições geográficas da capitania, inúmeros povos se refugiavam nas serras e matas do interior do continente e mantinham relações esporádicas com colonos e índios aliados. Alguns registros coloniais trazem evidências dessa zona de refúgio, a exemplo do capítulo *Das Notícias das Coisas do Brasil*, escrito pelo padre Simão de Vasconcelos no início do século XVII, no qual informa que “as

nações que dominam o sertão [da Capitania de Porto Seguro] são todas de Tapuias, Pataxós, Atutaris, Aimorés e outros semelhantes, toda gente agreste”. (CANCELA, 2012, p.69).

O príncipe Maximiliano, ao falar dos Pataxó em sua viagem ao Brasil no século XVIII, quando passava no Rio Doce, menciona que outro viajante no século XVI já tinha tido contato com alguns povos indígenas nesta região do rio doce, entre eles os Pataxó. Segundo o autor mencionado, “(...) Já em 1662, os “Aimorés” (Botocudos), “Purys” e “Patachós” foram mencionados por Vasconcellos entre as tribos tapuias do rio doce; (Neuwied, 1940, p. 160).

As pesquisas demonstram que a presença dos povos indígenas, sobretudo os Pataxó, na região onde foi criada a capitania de Porto Seguro era constante e que, apesar do projeto colonizador e seu caráter etnocida, houve também muita resistência por parte desses povos. No entanto, seus territórios foram reduzidos tragicamente, impactando diretamente as diversidades socioculturais riquíssimas de línguas e relacionamentos com a fauna e flora dentre outros.

Os povos indígenas foram escravizados, suas terras transformadas em aldeamentos e posteriormente transformadas em vilas, sendo que muitos povos e aldeias foram exterminados. Diante dos conflitos e resistências indígenas na região, o governador da Bahia, por força de lei em 1861, criou o primeiro aldeamento com os povos indígenas que ocupavam essa região, na localidade chamada Bom Jardim, atualmente Aldeia Mãe, Barra Velha. A ordem do governo da Bahia foi uma represália aos ataques que os indígenas estavam promovendo contra os colonizadores, grileiros de terras, fazendeiros, entre outros, a fim de garantir a defesa do seu território originário. Pesquisas de Carvalho (2009) e Paraíso (1994) demonstram que em Barra Velha conviveram não apenas os Pataxós, mas também Maxakali e Botocudo.

No século XIX, o projeto expansionista dos colonizadores adentrou as regiões de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que há ausência de estudos sobre os Pataxó no período, especialmente após a instalação do aldeamento de Barra Velha, tendo novas notícias já no século XX, com o projeto de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, que impactava diretamente a região habitada pelos indígenas Pataxó.

Os povos indígenas, ao longo dos séculos, fizeram acordos e alianças, ora com outras etnias, ora com os colonizadores, ou seja, inúmeras estratégias foram feitas para sobreviver, e isto não foi diferente com os Pataxó.

A estratégia da "invisibilidade" e da "mistura" como forma de permanência no território e a identidade dos Pataxó de Aldeia Velha com os outros Pataxó

do Extremo Sul da Bahia. Os Pataxó do Extremo Sul da Bahia, porém, alcançados primeiramente pelas frentes de expansão colonialista, foram em parte forçados à transferência para aldeamentos, embora muitos ainda tenham resistido livremente nas matas do Monte Pascoal até meados do século XIX. Nos aldeamentos do Extremo Sul, obrigados à convivência com vários outros grupos e submetidos à política deliberada de casamentos interétnicos, processou-se a "mistura", alternativa que permitiu a manutenção dos laços de solidariedade interna e a ampliação destes laços pela incorporação de membros de outros grupos, através das relações de parentesco. Ao mesmo tempo, a vida nos aldeamentos garantiu a proteção legal mínima para a sua sobrevivência física e a utilização de um espaço limitado de seu território, baseada no Decreto Régio que garantia aos índios a posse de "uma légua em quadra" em torno do aldeamento. A dissolução dos aldeamentos foi a estratégia usada para esbulhar aquelas poucas terras que ainda mantinham. Não foi outra a finalidade da "extinção oficial" das antigas aldeias de Vila Verde, Trancoso e uma série de outras na região e a sua unificação na aldeia de Barra Velha. O fato da aldeia de Barra Velha fazer parte do território tradicional Pataxó e situar-se nas proximidades das matas de Monte Pascoal e dos afluentes dos Rios Caraíva e Corumbau, onde ainda viviam os seus membros mais independentes; permitiu a sobrevivência do grupo durante longos anos, de forma tão autônoma e "invisível" que pouco foram citados na documentação histórica durante um período de quase 100 anos, entre 1860 e 1951. Porém, apesar da determinação da "extinção" do aldeamento, a região da Aldeia Velha não foi inteiramente desocupada pelos índios, como pode querer nos sugerir o discurso da época. Embora seja escassa a documentação sobre este período, existem muitas pistas sobre a permanência desta ocupação. A existência permanente de índios naquela região é assegurada por indícios arqueológicos, confirmada por documentos históricos e guardada na memória oral dos índios que continuaram a viver no local. Da mesma forma, a Aldeia Velha permaneceu viva no imaginário de todos os Pataxó e especialmente daqueles que, em função de relações de parentesco, de solidariedade grupal e do sentimento de compartilharem uma origem e uma história comum, construíram o movimento que culminou na "retomada" das terras da antiga Aldeia de Santo Amaro, constituindo a T.I. Aldeia Velha. Barra Velha é para todas as outras aldeias do Extremo Sul uma referência identitária, estabelecida em torno do parentesco real ou simbolicamente construído com seus membros. É este processo que vai permitir que "caboclos do Vale Verde", "desaldeados de Barra Velha", oriundos das Matas do Monte Pascoal e dos Rios Corumbau e Caraíva e outros vários "caboclos" e "desaldeados" de diversas origens pudessem se organizar, se constituir como um grupo, com um único sentimento de identidade e, com base nesse sentimento, encontrassem na Aldeia Velha (naquele território específico e em nenhum outro) o seu território, sobre o qual constituem uma ocupação do tipo tradicional (BRASIL, DOU, Seção 1, p. 22-23).

Em 1940, existia na região sul da Bahia apenas uma Comunidade Pataxó, a Aldeia Mãe de Barra Velha, onde os indígenas viviam. Por meio do decreto lei nº 12.729 de 1943, o governo da Bahia criou o Parque Nacional do Monte Pascoal que tinha como objetivo ser um monumento histórico nacional de preservação ambiental.

A demarcação do parque adentra as terras que já faziam parte do território Pataxó, (local onde os indígenas faziam suas pequenas roças e caçavam como meio de sobrevivência além de ser um local sagrado que seus antepassados viviam há séculos).

Na busca de soluções, as lideranças indígenas fizeram várias caminhadas aos órgãos indigenistas. O governo afirmava aos líderes que iriam resolver o problema. Para concretizar o projeto o governo enviou o engenheiro Aurelino Costa Barros (Dr. Barros) e sua equipe compondo oito homens que vieram fazer a demarcação do parque, contudo para realizar a demarcação o engenheiro precisava da ajuda da mão de obra dos indígenas para abrir as picadas, carregar os equipamentos e mantimentos, além que estes conheciam o território como a palma de suas mãos. Para convencê-los e amenizar a tensão diziam que esta demarcação traria benefícios aos indígenas.

Na aldeia a conversa não era outra coisa a não ser a tal da demarcação. Não havia modo de entender aquilo. Se a terra era deles, como dizia o Dr. Barros, por que vieram de tão longe para medi-la? Tinha que haver alguma coisa por trás daquilo. Ficavam imaginando, cheios de dúvidas. (OLIVEIRA, 1985, p.14).

O grupo iniciou a demarcação e demoraram três meses, contudo não concluíram a empreitada, disseram aos indígenas que viriam no próximo mês para finalizar o serviço. Retornaram tempo depois e com mais três meses de trabalho concluíram a demarcação. De acordo com Oliveira (1985), próximo de finalizar os trabalhos Dr. Barros começou a falar para os indígenas que aquela área demarcada os indígenas não poderiam mais caçar, derrubar árvores, catar sementes, ou praticar qualquer atividade de exploração tradicional, muito menos colocar roças.

Essa notícia caiu como uma bomba na comunidade e espalhou como um barril de pólvora.

A notícia correu de boca em boca. Não sabiam o que fazer. Jamais haviam pensado numa situação como daquela. Desde que se entendiam por gente viviam ali e, pensavam que ali viveriam tanto eles como os filhos de seus filhos. Sempre fora assim. Os antigos estavam enterrados ali. Nasciam, cresciam, trabalhavam, criavam os filhos e morriam, voltando para aquele mesmo solo donde tiravam o sustento. Sabiam que ninguém escapava daquele destino. Mas ter que abandonar aquela terra e sair vagando pelo mundo era coisa que não podiam entender. Era um aperto no coração de todos. As conversas começavam cedo na beira do fogo e viravam as noites (OLIVEIRA, 1985, p.15).

Percebemos como os agentes do governo utilizaram da boa-fé dos indígenas para adentrar seus próprios territórios e realizar seu projeto colonial, séculos se passaram e as estratégias de dominação e apropriação dos territórios indígenas continuam o mesmo desde a chegada destes invasores em 1500.

Perante a tensão da comunidade o líder indígena o capitão Honório decidiu junto com os parentes ir em direção ao Rio de Janeiro, no intuito de reivindicar o direito de suas terras tradicionais, principalmente de fazerem suas roças.

Em 1951, o grupo retornou da capital federal para Barra Velha. Logo após chegaram dois supostos agentes governamentais, que auxiliariam na demarcação da terra Pataxó. Estes indivíduos promoveram uma reunião e conquistaram a confiança das lideranças locais falando que eles eram os verdadeiros donos da terra e que não deixaria que ninguém as tomasse (diante o discurso e fragilidade do momento alguns indígenas afirmavam que estavam dispostos a brigar e morrer se necessário pela demarcação se suas terras).

Com isso convenceram um grupo de indígenas a irem ao estabelecimento em Corumbáu no povoado de Prado, (que fica no lado sul da Aldeia) pedir ajuda com mantimentos para o grupo, contudo ao chegar lá os dois homens armados (um se intitulava Tenente e o outro engenheiro) deram voz de prisão ao comerciante e iniciaram o saque ao comercio.

Ao chegar a Aldeia foram para uma casa grande e colocaram os objetos do saque, alguns indígenas começaram a questionar a atitude dos homens afirmando que aquilo não era certo, pois sempre viveram de forma honesta. Os dois homens estavam muitos nervosos e agitados, disseram que ninguém iria sair daquele local e puseram dois indígenas armados na porta impedindo a saída. Houve um impasse entre o grupo de indígenas alguns disseram que eles estavam apenas acatando ordens do governo.

Alguém veio avisar que os fios do telegrafo haviam sido cortados (estes fios atravessam a aldeia, sendo o principal meio de comunicação entre Porto Seguro e demais cidades).

A notícia que espalhou em Porto Seguro e região é que dois cariocas se uniram aos indígenas para saquear a região, os quais inclusive haviam cortado os fios do telegrafo, estes ladrões já haviam roubado outras localidades. Mas todos sabiam que estes indígenas desde a implantação da Aldeia nunca tinham tido qualquer divergência com os moradores da região, alguma coisa estava errada.

Os policiais de Prado e Porto Seguro montaram uma base em Caraíva e promoveram uma brusca e violenta ação na aldeia Barra Velha, tendo como consequência o cercamento da comunidade por policiais para prender os dois ladrões.

A praia de Caraiva parecia alguma praia da Normandia, tantos eram os soldados armados que desembarcavam daqueles pequenos aviões, que logo

voltavam a decolar para buscar mais e sempre mais (FONTANA, 2000, p.186).

Segundo Fontana (2000), o responsável pelo telegrafo estava consertando os fios quando apareceram os dois homens e alguns indígenas. De repente ouviu tiros disparados pelo ladrão, que o fez pular do meio do poste. Quando tentava esconder percebeu que os indígenas não tinham tantas armas, como se comentava na vila, mas sim a polícia. Ao ouvir o disparo os policiais começaram a atirar também. Os ladrões adentraram o mato com um único indígena como seu guia.

O alto comando se reuniu e mandou que os soldados cercassem a vila de Caraíva e não deixassem nenhum índio escapar. E isso valia para crianças, mulheres e velhos; qualquer um que tivesse participado ou não da insurreição. Todo índio encontrado na rua, em casa ou no mato, vinha sendo conduzido para o velho armazém na beira do rio, debaixo de porrada. O que se viu ali, segundo testemunhas, foi pura selvageria. Os índios apanhavam em todas as partes do corpo. No saco, na canela, barriga, na cara, cabeça, em tudo quanto fosse parte. Quando os índios caíam no chão, os soldados pulavam em cima de suas barrigas e, com os pesados coturnos, lhes chutavam a cara como se fosse bola. Valia tudo para que eles confessassem onde estavam os dois homens que os insuflara e os seus seguidores (FONTANA, 2000, p.187 e 188).

De acordo com Oliveira (1985, p. 22) na busca pelos dois ladrões a polícia do Prado chegou atrasado em decorrência da condição do terreno e ficaram na parte elevada da aldeia onde ficava o posto da FUNAI e começaram a atirar, alvejando a casa dos indígenas. Os policiais de Porto Seguro que estavam na parte baixa pensaram que a resistência era dos índios que deviam estar muito bem armados. Isto se deu depois da meia noite e chovia bastante, era o mês de maio.

A batalha foi se intensificando e os índios foram tratando de ganhar a mata. Atravessaram o brejo, saindo pelos lados nortes e sul da aldeia. Nessa hora ninguém sentia os espinhos ou arranhões. Só muito depois vieram perceber as roupas rasgadas, e os cortes de tiririca e os espinhos de cardos. O João pequeno logo que saiu do brejo, recebeu uma descarga de tiros. Jogou-se ao chão e saiu rastejando, com os tiros passando por todos os lados, arrancando tufos no chão. Levantava e corria mais um pouco até conseguiu esconder-se num buraco donde tiravam o barro para o reboco das casas. Daí a pouco começou a ouvir um barulho se aproximando e pensou que seria então o seu fim. Mas percebeu logo que o barulho era do pé de Mané Súia, que sendo defeituoso, falseava nas passadas. Com o Simplício a coisa estava andando feia um pouco mais atrás. Conta que tinha hora que não podia nem se deitar no chão, porque as balas passavam por baixo. Teve que arranjar uma posição meio de banda e as balas chegaram a riscar - lhe o corpo. Cada índio foi ganhando a mata como pode. Levavam vantagem de conhecer o terreno (OLIVEIRA, 1985, p.22).

As casas, roças e os animais foram saqueados, mulheres estupradas por soldados, casa de farinha destruída. Essas atrocidades se deram até encontrarem os dois ladrões e o indígena que servia como guia que, ao serem encontrados foram mortos.

Essa violência com requinte de crueldade ficou na memória dos indígenas, muitos faleceram em decorrência dos ferimentos. Grande parte dos moradores da aldeia debandou, dispersando-se e aglomerando-se em novos pequenos grupos e nas cidades vizinhas (Sotto-Maior, 2005).

O fato é que o estado que ocasionou toda a situação pela apropriação das terras tradicionais Pataxó, pela omissão de intervenção quando as lideranças procuraram seus direitos. No momento que deveria investigar e prender os verdadeiros culpados, que induziram os indígenas a tal atitude, usou da força e do poder do estado para prender, intimidar, coagir e matar.

O que mais nos aflige é que após setenta anos de massacre os povos indígenas Pataxó continuam lutando para que suas terras sejam demarcadas.

E, infelizmente, outros povos indígenas sofrem com massacres similares ao fogo de 51 que ocorreu com o povo Pataxó, tendo a força policial, que deveria nos proteger como instrumento do estado, se colocando a serviço de interesses privados e corporativos.

Foi por conta desse episódio que ocorreu a diáspora do nosso povo, desembocando no surgimento das demais aldeias que foram formadas por esses indígenas que foram dispersados e por outros que não foram aldeados nessa primeira aldeia, mas que tinham familiares que foram obrigados a ficarem confinados na aldeia mãe. De acordo com Carvalho, na década de 1970, além de Barra Velha havia, naquela época, as aldeias de Águas Belas, Pé-da-Pedra (ou Pé-do-Monte), Imbiriba e Comuruxatiba. A autora escreve:

Mediante meticuloso recenseamento, registrei a presença de 599 habitantes no que eu denominei área do PNMP, 401 dos quais residiam em Barra Velha (206 homens e 195 mulheres), enquanto 198 (109 homens e 89 mulheres) no entorno. Um segundo censo, realizado seis meses depois desse inicial, registrou uma população de 666 indivíduos (CARVALHO, 1977, p. 113).

A autora afirma que após a FUNAI estabelecer um acordo entre os indígenas e o órgão responsável pela manutenção do parque, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, ficou decidido que os indígenas teriam o direito de fazer plantio em algumas capoeiras. Famílias e outras pessoas resistentes que mantinham relações nessas proximidades do monte criaram os aldeamentos de Boca da Mata, Meio da Mata, Corumbauzinho e Trevo do Parque. A esse respeito, Sampaio escreveu:

Ao implantar sua assistência sobre os Pataxó de Barra Velha, a FUNAI estabeleceu um acordo pouco mais que apenas tácito com o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passou a facultar aos índios o direito de plantio nas capoeiras já existentes na área do Parque (Carvalho, ib) e, embora tal não fosse suficiente para atender às demandas produtivas dos Pataxó, manteve-se, assim, intocada a crucial questão da legitimidade de domínio sobre as terras. Àquela altura era já irreversível o processo de dispersão dos Pataxó de Barra Velha, muitos dos quais, após perambular por locais e atividades diversos na região, voltariam a se concentrar em novos núcleos indígenas, alguns dos quais incipientemente brotados já antes dos anos sessenta (SAMPAIO, 1996, p.6).

Na década de 1970 foi criado um posto da FUNAI em Barra Velha e a sede da delegacia regional da FUNAI era em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, por isso os Pataxó da Bahia passaram a frequentar essa cidade, ocasionando aldeamentos neste Estado. Atualmente vivem mais de 300 indígenas Pataxó divididos em seis aldeias nos municípios de Carmésia, Açucena, Candonga e Itapeirica.

Já na região de Trancoso e Vale Verde vários grupos indígenas buscam sobreviver, em sua maioria cultivando áreas de plantio de mandioca e atividades de pesca nas terras tradicionais que foram transformadas em vilas, as quais eram objetos constante de conflitos, sofrendo ameaças e coação por posseiros, foi o que ocorreu com as famílias que habitavam o antigo aldeamento de Santo Amaro.

Em 1940, na terra da aldeia(...) O Antônio Monteiro morou aqui nesta área no período de 10 anos. Depois ele saiu e área ficou abandonados por algum tempo. Dos lugares onde foram as roças, só ficou o capoeirão. Aí vieram algumas famílias indígenas e começaram a produzir alimentos de subsistência. Quando essas famílias já tinham mais ou menos uns três anos de habitação nesta área, houve alguns conflitos, com outro senhor Eduardo, não índio que passou a tomar posse da Fazenda Santo Amaro. (CONCEIÇÃO – Paru, 2003, p.9).

Ouvimos outro relato de uma indígena e antiga moradora de Arraial d'Ajuda (Maria d'Ajuda) que na década de 1940 a 1950 ficaram por lá (na fazenda Santo Amaro). Um moço por nome de Antônio Monteiro, aparentemente ligado a algum partido político, pois teve que sair às pressas. Posteriormente, um morador do Arraial d'Ajuda conhecido por Dandão, ficou cuidando do local, e por fim aquelas terras foram apropriadas pela Cosvar Ltda, em 1983.

De acordo com o relatório circunstancial da TI Aldeia Velha buscando melhorias de vida, na década de 1960 a família de dona Dió, instalou-se em uma das margens do rio Buranhém e limite de Santo Amaro, local de passagem dos “caboclos” de Vale Verde, próximo ao mangue e cercado por vários pés de dendê. Do mangue catava os mariscos, no rio

pescava, e para ajudar melhor no sustento da família, coletava o coco de dendê que fazia o óleo para, juntamente com seu filho Damião, vender nos restaurantes do Arraial d'Ajuda e Porto Seguro, seu esposo trabalhava com olaria no mesmo lugar.

Para comercializar e comprar seus produtos, dona Dió passava pelo covoão, estrada que ficava nos fundos da fazenda em questão, que também era usada pelos moradores de Arraial D'Ajuda para pegar lenha, catar mangaba e caju, pegar caranguejo quando estava na andada e explorar o próprio manguezal.

Durante muito tempo, apenas algumas poucas famílias residiam no local, sendo considerada a família de D. Dió como a mais antiga ali permanentemente estabelecida. Porém, outras famílias utilizavam a área de forma temporária, em atividades agrícolas, caça, pesca e coleta. Há mais de 30 anos atrás, provavelmente como reflexo das mudanças na estrutura fundiária da região, a área passou a servir de moradia permanente para um maior grupo de famílias. Estas, seguindo os padrões de dispersão familiar típico dos grupos indígenas da região, chegaram a constituir uma verdadeira aldeia. Tal ocupação somente veio a ser frustrada por volta de 1983, quando os proprietários da COSVAR Agropecuária tomaram posse da Fazenda Santo Amaro, usando de todos os meios possíveis para dali tirar os seus antigos moradores. (SOTTO-MAIOR, 2008, p.14).

Outro indígena que habitava essa região era o seu Bergue, ele nasceu na região do Pataxó há há há, foi para o sul de Minas Gerais e aos dezesseis anos chegou no projeto Vale Verde, na década de 1970 foi prestar serviço a empresa BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria), que contratava indígenas da região para explorar o corte de madeira. Após décadas de atuação ela abriu falência demitiu os trabalhadores e não pagou seus direitos trabalhistas, sendo um deles o senhor Bergue que, após perder seus direitos e não ter para onde ir, juntou-se com outro parente o Senhor Vital e ambos vieram e se instalaram às margens do Rio Buranhém, próximo a Dona Dió. Nesse período, estes indígenas sofriam constantes perseguições por parte dos posseiros, conforme relato de dona Nair, esposa do senhor Bergue.

Assim que Eduardo disse que ia tirar a gente, então acabamos com todas as plantações. E ele não apareceu, começamos a plantar de novo. Quando as plantas já estavam quase maduras, ele veio com processo para eliminar os índios da área.(....)Pela manhã partimos para Porto Seguro, quando nós já estava mal de fome foi que o Eduardo Chegou com uma mixaria que mal dava para comprar uma casa muito menos um terreno(...). Nós sobrevivíamos com a venda de esteira de taboa e de marisco do mangue. A estrada que a gente passava pro mangue ficava dentro da aldeia, um dia Bergue vinha do mangue o Eduardo falou que se ele passasse outra vez, ia mandar a polícia prender ele. Nair, 2002 (CONCEIÇÃO- Paru - 2003, p.12).

Diante o exposto percebe-se que novamente, por força de interesse do capitalismo de empresas que detêm o poder econômico, os moradores tradicionais foram retirados daquela localidade para implantação de grandes projetos. Posteriormente estes indígenas, juntamente com Ipê fazem a retomada da Aldeia Velha.

Com a chegada de Eduardo (acima citado), o mesmo aconteceu com a família de Dona Dió, que foi impedida de continuar suas atividades de cerâmicas, fazer plantações, criar animais, dentre outras atividades. Alguns filhos de Dona Dió, que já estavam erguendo suas casas, viram as mesmas serem demolidas, com isso eles, desanimados, foram morar no bairro Campinho, em Porto Seguro, que fica do outro lado das margens do Rio Buranhém, ficando apenas Dona Dió e seu filho menor vivendo da produção do dendê e marisco.

Nesta época houve dois movimentos de grupo Pataxó, um foi saindo da região circunvizinha para ocupar a região de Vale Verde e Arraial d'Ajuda, devido a construção da BR 101 na década de 1970, projeto que provocou o crescimento populacional e exploração de madeiras na região, impactando diretamente as terras tradicionais indígenas.

O outro movimento foi o surgimento do novo cenário oriundo do fluxo turístico, que levou outro grupo de indígenas a se deslocar da região de Barra Velha e Juacema, os quais saem do litoral sul e passam ao litoral norte, entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Com essa nova realidade, esses indígenas Pataxó constituíram o aldeamento de Coroa Vermelha, constituindo ali a sua principal fonte de renda: a exploração da venda de artesanato, como consequência do turismo. Vale mencionar que neste último município fica o Rio João Tiba, que era o limite do território dos Pataxó do lado sul, antes da criação do aldeamento de Barra Velha; do lado norte habitavam os Botocudos.

Na década de 1980 os Pataxó iniciaram várias mobilizações para o reconhecimento e regularização fundiária de suas terras originárias. A primeira a ser demarcada foi a TI de Barra Velha.

A terra indígena foi demarcada em 1981 e declarada como de posse permanente do grupo indígena Pataxó por meio da Portaria nº 1.393, de 01 de setembro de 1982. Os Pataxó nunca se conformaram com a demarcação que excluiu dos limites da terra indígena a área de mangue e grande parte da mata do Monte Pascoal, inclusive a aldeia Pé da Pedra. Cabe ressaltar que a área de 8.627 há "destacada" do PNMP para os Pataxó nunca foi excluída do Decreto de Criação do Parque, ou seja, mesmo constando nas cláusulas terceira e quinta do acordo, a área permaneceu nos limites do Parque o que caracteriza uma superposição de Terra Indígena com Unidade de Conservação, dando continuidade à dualidade administrativa da área. (SOTTO-MAIOR, 2008, p.4).

Adentrando a década de 1990, os Pataxó continuaram a luta pela demarcação de seus territórios tradicionais. Com o advento da comemoração dos "500 anos de Brasil", vários órgãos governamentais começaram a discutir o projeto de comemoração, que consistia em fazer a réplica das Naus portuguesas na Aldeia de Coroa Vermelha, além de outras ações impactantes na organização sociopolítica dos Pataxó. Tiveram várias divergências entre os órgãos governamentais e as organizações indígenas em relação a esse tema.

Nesta mobilização sempre se faziam presentes representantes da justiça, das esferas estaduais e federais. Com isso, os movimentos indígenas conseguiram destravar alguns processos territoriais, inclusive a demarcação da TI de Coroa Vermelha. Nesse contexto, o movimento indígena desencadeou um novo processo de retomada dos territórios tradicionais, o que Sampaio (2000) iria chamar de "A Marcha das Retomadas", e é neste contexto que Ipê irá liderar o primeiro grupo de indígena na retomada da Aldeia Velha.

1.1 Ipê e os indígenas não aldeados

Silvino Lopes do Espírito Santo - conhecido como Ipê Pataxó, liderou um grupo de indígenas com cerca de vinte famílias, principalmente da região do projeto Vale Verde e Arraial d'Ajuda, e fez a retomada que viria a ser a Aldeia Velha. Sobre a questão, em entrevista com Ipê, ele diz: "peguei os índios que estavam espalhados por aí, juntei e fiz a aldeia". Por sua vez, Carmo (2019), faz a seguinte consideração:

Silvino Lopes do Espírito Santo (cacique Ipê) nasceu às margens do rio do Norte, no distrito de Caraíva no dia 05 de janeiro de 1955. Morou lá até os dezoito anos de idade, este local era povoado por alguns indígenas, mas por ameaças de um fazendeiro, eles tiveram que sair do local. Seus pais foram para o Arraial d'Ajuda, onde ele permaneceu por dois anos. Posteriormente foi morar na cidade de Itabela-Ba (na época município de Porto Seguro). Lá permaneceu por 15 anos onde constituiu família (hoje Ipê é divorciado, tem nove filhos e nove netos), mas a sua raiz indígena não o deixou. Ao longo desses anos sempre quis voltar para a sua terra e sua gente, principalmente por ter sido expulso de forma arbitrária sem saber a quem recorrer. Ipê começou a se informar melhor sobre os direitos dos indígenas e a que órgãos ele deveria recorrer. Para dar continuidade melhor a seu trabalho veio morar na aldeia de Coroa Vermelha. O cacique de Coroa Vermelha na época era Benedito Cacique, que o convidou para ser uma de suas lideranças, então Ipê continuou a sua luta com várias reuniões, principalmente porque na época havia especulações por parte das imobiliárias e da Marinha sobre as terras indígenas de Coroa Vermelha (CARMO, 2019, p.10).

Assim como Ipê, inúmeras famílias Pataxó tentaram sobreviver em vários lugares da região após a expulsão do território do entorno do Monte Pascoal, devido aos conflitos

ocorridos com a implantação da Reserva do Monte Pascoal e a exploração de madeiras. Ipê afirma que vinha fazendo uma pesquisa e sabia que aqui viviam os índios, os outros não sabiam. Fazia a reunião, mas não falava com antecedência onde seria. Em uma de minhas conversas com Ipê, ele disse que vinha pesquisando o local para a retomada, sendo que era um território tradicional habitado pelos Pataxó e demais remanescentes, mas como estratégia não dava muitas informações, para que sua investida não desse errado. Contudo, na primeira tentativa ficaram poucas semanas no local pois, sem apoio institucional, os fazendeiros conseguiram uma liminar com o juiz da comarca de Porto Seguro e os indígenas foram despejados com o apoio da força policial. A esse respeito, Sampaio (2000) faz a seguinte referência:

Em 1992, famílias pataxó ainda dispersas pelo Extremo Sul se reuniram na povoação do Arraial d'Ajuda, próxima à cidade de Porto Seguro, para formar a Associação dos Pataxó Sem Terra. No ano seguinte, a Associação se reuniria na localidade próxima que denominam Aldeia Velha, um antigo assentamento indígena, da qual algumas daquelas famílias haviam sido expulsas, também nas décadas de sessenta e setenta. A reunião deliberou que permanecessem no local, onde começaram a abrir roças, configurando o que seria a primeira "retomada" de terras promovida pelos Pataxó do Extremo Sul. A ocupação durou poucas semanas: uma liminar de reintegração de posse em favor do fazendeiro ocupante da área foi rapidamente acolhida pelo juiz local. A FUNAI enviou técnicos à área que atestaram a legitimidade do pleito indígena sobre as terras, mas o relatório competente sequer saiu das gavetas da Administração Regional do órgão em Eunápolis. (SAMPAIO, 2000, p.2).

O autor denomina de *marcha das retomadas* a uma série de ocupações dos Pataxó e Pataxó hã hã hã em terras tradicionais, que antecederam a comemoração do quinto centenário da chegada dos portugueses no Brasil, sendo a primeira dessas retomadas a Aldeia Velha.

Sobre a marcha das retomadas, Carmo (2008) informa que no ano de 1998, recomeçou a luta pela terra. Eles partiram de Coroa Vermelha em duas embarcações pelo mar em direção à atual Aldeia Velha, cortando o rio Buranhém, chegando a uma de suas margens no fundo da aldeia (Carmo, 2008, p.18). Nesta segunda investida da retomada, algumas famílias que compuseram a primeira, não quiseram participar pois ficaram com receio da forma truculenta da ação dos policiais, que chegaram atirando para o alto, quebrando os barracos e jogando fora os seus pertences e alimentos. Possivelmente em suas memórias vieram às lembranças do fogo de 1951, que se não vivenciada, eles conheciam através dos relatos dos parentes. Outras

peessoas vieram a compor o novo grupo, e o líder Ipê uniu o movimento às famílias que já estavam neste local, inclusive dona Dio, que forneceu dados importantes sobre o território.

Neste movimento de retomada, contaram com importantes parcerias como o CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e GAIPA (Grupo de Apoio aos Índios Pataxó). Várias instituições estavam mais próximas das comunidades indígenas, principalmente a de Coroa Vermelha, devido às especulações em torno da comemoração dos 500 anos de Brasil.

Desta vez, com experiência e de forma estratégica, foram mais ágeis em relação à questão judicial, conforme relata Sampaio:

Efetuada a retomada, o detentor da posse da área recorreu de imediato a uma ação de reintegração de posse, medida bem-sucedida, em 1993, obtendo, agora, do juiz de Porto Seguro, um despacho favorável ainda mais imediato, em menos de 24 horas. Desta vez, porém, os Pataxó também agiram rápido e antes que fosse executada a reintegração o fórum de Porto Seguro recebeu, da Justiça Federal em Salvador, o comunicado do acolhimento de ação do Ministério Público Federal arguindo a incompetência do foro da Justiça comum para apreciar a matéria, que envolve interesse fundiário indígena (SAMPAIO, 2000, p.6).

1.2 Os que foram chegando após a retomada

Após a retomada exitosa de 1998, nos primeiros dois anos Ipê convidou outras famílias indígenas a se juntarem ao grupo e constituírem a Aldeia Velha. Para a entrada, as famílias conversavam com o cacique e lideranças e explicavam sobre seu pertencimento e os motivos de querer residir naquela aldeia, pois a maioria que procuravam moradia no local era indígena que não havia morado em aldeias antes. Se o conselho de lideranças aprovasse, marcava uma reunião com a comunidade para discutir e decidir coletivamente sobre a entrada da nova família. Rosalvo Rufino, sempre gosta de falar como se deu a sua entrada na comunidade, em uma entrevista que nos concedeu ele relata: Eu tive que participar de três reuniões, mesmo sendo de Barra Velha, para eu ser aceito aqui dentro.

É importante ressaltar que na aldeia há famílias de outras etnias, a exemplo de Valdelice e sua irmã Adinólia, que são Pataxó hã hã hãe, e Aruanã e seu irmão Adilson, que são Kiriri.

Vieram também Pataxó de outras aldeias morar na Aldeia Velha, uma dessas foi Arnã, que veio de Coroa Vermelha, e tornou-se uma grande liderança da comunidade. Nasceu em Águas Belas, aldeia do entorno do Monte Pascoal, e por questões de familiares foi morar em Coroa Vermelha, na segunda metade da década de 1990, onde presenciou os movimentos em torno da comemoração dos quinhentos anos. Fez parte do Grupo de Cultura que compôs os

trabalhos de implantação do Etnoturismo da Reserva da Jaqueira e é portadora de uma conexão com a ancestralidade muito forte e, com essas experiências, ajudou a compor o Grupo de Cultura da Aldeia Velha, o qual lidera até os dias atuais.

De Coroa Vermelha também veio Antônio, que se tornaria cacique após a renúncia de Ipê (2008), que é seu primo. Antônio nasceu em Arraial d'ajuda, onde morou com seus pais, indo para a Aldeia de Coroa Vermelha aos dezesseis anos. A partir da gestão do segundo cacique a comunidade foi crescendo e as práticas de admissão de novas famílias passaram por mudanças, assim como grupos começaram a imprimir novas formas de organização. Atualmente a comunidade tem aproximadamente 350 famílias, e um dos fatores que levaram ao crescimento significativo de sua população foi a sua localização estratégica, fácil acesso, próximo ao Arraial d'ajuda, onde os trabalhos provenientes do turismo e serviços de bem de consumo são mais acessíveis, bem como o estilo e qualidade de vida que temos diante de nossa riqueza de fauna e flora.

Em relação às questões territoriais, em 12 de junho de 2008 a FUNAI reconheceu os estudos de Identificação da Terra Indígena Aldeia Velha. Em 31 de dezembro de 2010 foi publicada a portaria nº 4.221, declarando posse permanente da terra e, posteriormente, em 2011, foi promovida a demarcação administrativa, sendo que atualmente o nosso povo aguarda a homologação do território por parte da presidência da República.

Uma das ações envolvidas nas retomadas Pataxó que iniciaram na década de 1990 foi a implantação de uma escola em Aldeia Velha. De forma geral, as escolas são inseridas com a participação de lideranças e comunidade, que iniciaram as atividades em galpões de tábuas e taipa, construídos através de mutirões, enquanto outros membros da comunidade cederam espaço em suas casas, as quais foram transformadas em sala de aula. Após a organização do espaço, as lideranças procuraram apoio na própria comunidade e com parceiros externos, foram à secretaria de educação de Porto Seguro solicitar a implantação da educação escolar.

Os desafios e conquistas que lideranças, professores e comunidade alcançaram no período entre a implantação da escola aos dias atuais será tema apresentado nos capítulos do trabalho, no entanto é importante ressaltar de antemão que a comunidade está empenhada na construção de um projeto escolar que supra as necessidades e respeite as especificidades do nosso povo.

2. ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ ALDEIA VELHA

A expectativa é que a presente pesquisa contribua com a comunidade escolar, seja no registro de suas memórias, ou na escrita sistemática dos processos protagonizados pela comunidade, lideranças e parceiros indigenistas. Para os debates acadêmicos é de suma importância o diálogo sobre o tema a partir da ótica indígena, evidenciando a luta da educação escolar indígena diferenciada, os processos próprios de aprendizagem, as cosmologias Pataxó e as especificidades da escola na aldeia. Ao mesmo tempo, pretende-se que a pesquisa seja fonte para outros pesquisadores da educação escolar, pois ainda há uma lacuna a ser preenchida no que tange ao povo Pataxó e suas formas de organização escolar.

Portanto, a pesquisa abordará desde a implantação da escola, no ano de 1998 até o ano de 2019. Será realizada uma discussão sobre os principais problemas, desafios e avanços que a comunidade escolar vem experimentando. Buscarei responder sobre a adequação dos aspectos físicos e sua estrutura, se a escola atende aos anseios da educação escolar indígena demandada pela comunidade, os processos de formação inicial e continuada dos professores e a situação de trabalho desses professores, a relação da escola com a comunidade, com o poder público municipal, estadual e federal, bem como sobre os materiais didático-pedagógicos utilizados na escola.

A primeira escola iniciou suas atividades em abril de 1998, com aproximadamente vinte alunos divididos em duas turmas multisseriadas. Uma no período matutino, com os estudantes que estavam iniciando a alfabetização, e a outra no período vespertino, com os que já estavam no processo mais avançado da leitura e escrita. Na entrevista que fizemos com o cacique Ipê ele afirma que a escola na aldeia serve como esteio, ela é a base da comunidade, colaborando com a reafirmação de tradições do Povo Pataxó, principalmente por estarem iniciando uma retomada, em que os indígenas daquela aldeia e seus filhos não eram aldeados.

Quando a aldeia foi fundada, algumas crianças estavam sem estudar, pois seus pais não tinham condições de levá-los, devido às distâncias, com isso percebeu-se a urgente necessidade de construir ou erguer um local que atendesse a essa demanda. Sendo assim, o cacique Ipê fez uma solicitação a FUNAI, para que custeassem e enviassem materiais para a construção de uma cabana para o funcionamento de uma sala de aula. Em resposta às lideranças, o setor responsável afirmou que não poderia atender à solicitação, pois não havia estrada até a aldeia, o acesso a ela ocorria através de pequenas trilhas.

Diante a situação os indígenas alargaram as trilhas para que dessem passagem a um carro de pequeno porte. Isso foi feito de forma cuidadosa com serviço braçal. Em alguns

pontos tiveram que fazer vários contornos para que a mata não fosse afetada, realizando um percurso de aproximadamente um quilômetro.

Com a chegada dos materiais de construção na aldeia, os moradores construíram a cabana, cujo formato era redondo, sem divisória, com piso de cimento queimado e cobertura de piaçava. Além de servir como sala de aula, também agregava outras atividades comunitárias tais como: assembleia das lideranças, atividades culturais, vacinação, encontros com instituições parceiras, entre outras.

Figura 2- Cabana que foi a primeira Escola da Aldeia Velha erguida em 1998



Fonte: Arquivo pessoal da professora Alzenir Martins.

Após a conclusão da cabana, as lideranças solicitaram apoio da FUNAI no diálogo junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, no sentido de garantir a contratação de um profissional docente para a escola. A pessoa contratada foi a professora não indígena Alzenir Martins Pereira, formada em magistério e tinha experiência na educação do campo, onde atuou por três anos em uma fazenda, mas não tinha experiência na educação escolar indígena.

Na entrevista que fizemos com a professora Alzenir em abril de 2010, ela relata que teve apoio de uma servidora da FUNAI, responsável pelo setor da Educação Escolar Indígena, a senhora Irene. Segundo a professora, o órgão colaborava principalmente no transporte e na disponibilização de material de apoio pedagógico.

A professora diz ainda que teve apoio da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, que se fazia presente, inclusive chegou a receber da instituição um exemplar do RCNEI para auxiliar em seu trabalho. A merenda nunca faltava, nem o material básico de uso escolar para os alunos (caderno, lápis e borracha), sendo seu depoimento.

Na sequência da entrevista a professora Alzenir nos conta que projetava e executava práticas pedagógicas contextualizadas com a realidade local, com as tradições Pataxó principalmente a fauna e flora. A partir da doação de sementes, a escola produziu hortas. Ela tentou fazer intercâmbio com alunos não indígenas da rede municipal de educação, mas tal ação esbarrou da dificuldade em conseguir transporte. Além das atividades inerentes à docência, a professora auxiliava a comunidade nas reuniões de lideranças, fazia atas, ofícios, enfim, colaborava no que era possível.

Por sua vez, o cacique Ipê colaborava na escola com atividades culturais, no uso e ensino da língua Pataxó, falava sobre a importância de preservar as matas, organizava o toré, solicitava que os alunos viessem trajados com seus adereços, entre outras ações.

Os principais adereços produzidos e utilizados pelos alunos eram o tupy say, feito de taboa (alguns chegaram a fazer de cipó), o maracá de cabaça, os cocares com pena de galinha, faziam pinturas corporais e utilizavam o carvão, urucum e jenipapo.

No início de seu funcionamento, a escola tinha em torno de quinze alunos, sendo que a maioria não vinha de aldeias, e alguns não se identificavam como indígenas, tinham vínculos de parentesco com seus antepassados, mas não tinham a vivência, eles estavam realizando “a viagem de volta” (Oliveira, 1999), reaprendendo a cultura de seus ancestrais.

Em novembro de 1999, os indígenas saíram da área da reserva e ocuparam o local onde funcionava a sede da fazenda, no lugar havia algumas casas de tábuas, uma farinheira e uma casa que os indígenas chamavam de casa grande. Havia um cômodo separado no fundo da casa, lá iniciaram as aulas do ano letivo, no entanto, no decorrer das atividades perceberam que o lugar era pequeno, úmido e escuro, pois não tinha janelas ou qualquer abertura de ventilação. Diante da situação, os professores decidiram mudar as aulas para o espaço que era a farinheira, por ser uma área mais ampla, contudo se depararam com outros problemas.

Devido à produção de farinha de mandioca, havia muito pó que provoca nos alunos alergias e tosse, e nos dias de produção não havia aulas no lugar. Com isso retornaram ao mesmo cômodo que iniciaram suas atividades escolares, e em meio aos empecilhos, dificuldades com a estrutura física e falta de apoio por parte dos órgãos competentes, concluíram o ano letivo.

Na entrevista que realizamos (2019) com a professora indígena Maria Aparecida, que participou da retomada junto com seus familiares, ela nos conta que no ano letivo de 2000 as lideranças colocaram algumas tábuas de madeiras na farinheira, fazendo uma espécie de divisória, cujo objetivo era minimizar os impactos oriundos da produção de farinha. Com essa sala de aula improvisada iniciaram o ano letivo. É preciso mencionar que não havia banheiro, cozinha ou qualquer tipo de dispensa. A merenda era feita na casa da merendeira e cada pessoa utilizava o banheiro de sua casa.

Figura 3 – Farinheira compartilhada com salas de aula.



Fonte:

Arquivo pessoal da professora Marialva.

Mesmo com as obras de improviso, o pó da farinha continuava ocasionando incômodo, principalmente aos alunos. Sem obter uma resposta dos órgãos responsáveis, os

professores fizeram uso deste espaço por dois anos e os professores utilizavam outros espaços da aldeia, como os pés de árvores, quintal das casas dos moradores, e realizavam atividades de campo na comunidade.

Devido a problemas pessoais, a professora Alzenir teve que se afastar da atividade docente, e por não ter indígenas da comunidade com formação escolar que pudessem assumir as salas de aula, o cacique Ipê convidou o casal recém-chegado na comunidade, a professora Marialva e seu esposo indígena José Roberto (Puhuy Pataxó). A professora tinha formação em magistério e já exercia a docência, mas na educação escolar indígena era sua primeira experiência, enquanto que seu marido era técnico em contabilidade.

Apesar da inexperiência na educação escolar indígena, os professores com a ajuda do cacique e apoio da comunidade, foram superando as dificuldades, colaborando na proximidade da escola com comunidade.

2.1 Novas instalações da escola na aldeia: aspectos físicos

Com a escola funcionando de forma compartilhada com a casa de farinha por dois anos letivos, as lideranças continuavam solicitando que a secretaria de educação municipal construísse uma escola que atendesse a comunidade de forma respeitosa. Finalmente, no ano de 2002 foi finalizada a primeira parte da construção, contendo uma sala de aula pequena, cozinha, banheiro e varanda.

Figura 4 – Primeira escola construída de alvenaria



Fonte: Arquivo pessoal da professora Marialva

No ano de 2006 o local foi ampliado, ficando com cerca de 100m², contando com dois banheiros, uma cozinha, uma sala pequena que servia para guardar materiais pedagógicos e

documentos escolares, duas salas de aula e um corredor, que com o crescimento do número de alunos serviu como sala de aula até 2008. O número de alunos matriculados aumentava rapidamente e as turmas, que eram multisseriadas, foram gradualmente substituídas por seriação, com isso necessitava de mais espaços físicos.

Figura 5 – Primeira Escola de alvenaria sendo ampliada



Fonte: A imagens ao lado direito de Marialva e as da esquerda e debaixo do autor.

A escola vinha recebendo apoio da ONG– Instituto Sandra Habibi- ISHC, através de doações de materiais pedagógicos e brindes. Por perceber a precariedade e falta de espaço na escola, a representante do Instituto, após consultar as lideranças e terem permissão, decidiram construir duas salas, na qual uma seria destinada às doações e consequentemente fazer uma melhor distribuição do material pedagógico disponibilizado aos alunos, e a outra sala, com a parceria de outras instituições- Associação Mulheres em Ação - MEA e o Instituto Brazil Foundation, instalaram uma biblioteca.

No mesmo ano a Secretaria Municipal de Educação estava construindo algumas escolas no município, um projeto padrão com uma boa estrutura física contendo quatro salas de aulas amplas, uma cozinha com dispensa e área de refeitório, banheiro masculino e outro

feminino, um depósito para material de limpeza, uma secretaria com almoxarifado para guardar os arquivos. Com o apoio do diretor do setor de Educação Escolar Indígena, a comunidade conseguiu que uma dessas escolas fosse construída na Aldeia Velha. As lideranças decidiram que as novas construções seriam ao lado das salas que já estavam sendo erguidas através da ONG, perfazendo um espaço amplo com 680 m² de construção.

Figura 6- A imagem lado superior direito foi construída pelo ISHC, as do lado esquerdo eram as salas que estavam sendo construídas pela prefeitura. As imagens abaixo mostram as obras já concluídas, as quais foram anexadas, formando uma única estrutura escolar em 2009.



Fonte: Imagens Angelo Pataxó, 2008/2009.

Outra conquista importante foi que no ano de 2008 a comunidade, em parceria com as associações comunitárias, escola e a ONG- Instituto Tribos Jovens - ITJ, conseguiram através do edital da SECULT-BA o Ponto de Cultura. O projeto visava instalar equipamentos audiovisuais, computadores e capacitação de jovens indígenas através de oficinas para o manuseio dos equipamentos, com o objetivo de reafirmar suas identidades étnicas, tradições e projetos societários da comunidade. Neste contexto, o projeto precisava de local para instalar os equipamentos, e através de reunião com as instituições e parceiros envolvidos, a diretora escolar e lideranças decidiram, em comum acordo, usar a sala que seria destinada a guardar e

distribuir os materiais pedagógicos. As lideranças entenderam que o espaço era amplo e a distribuição de materiais que aconteciam em eventos e datas pontuais, não prejudicaria o projeto inicial, e, ao contrário, agregou aos projetos escolares e comunitários para realizar uma educação diferenciada e comunitária.

Os moradores da aldeia ficaram satisfeitos com essa nova conquista após anos sem uma estrutura física adequada, os alunos podiam dar continuidade em sua Educação Escolar Indígena em um espaço digno. No ano letivo de 2009 foi inaugurado o novo prédio escolar.

A escola, que atendia aos alunos da educação infantil aos anos iniciais, a partir do ano letivo de 2012 passou a atender a primeira turma do 6º ano do ensino fundamental, nos anos consecutivos foram inseridas novas turmas, e no ano letivo de 2015 foi inserido o 9º ano, abrindo a necessidade de mais salas de aulas.

As lideranças da comunidade conseguiram que, através de uma parceria- um empresário da área da construção civil em concordância com a Prefeitura Municipal, a escola fosse ampliada; Sendo assim, foram construídas mais quatro salas de aula, sendo concluídas em 2014. Atualmente a estrutura física da escola supre as necessidades da comunidade, mas precisa de reformas.

Figura 7- Escola atual após as construções de quatro salas em 2014.



Fonte: Angelo Pataxó, 2019.

Em relação à estrutura física percebemos que desde a implantação da escola na aldeia, lideranças e comunidade buscaram junto aos órgãos e instituições parceiras as melhorias para atender aos alunos. As edificações têm um modelo padrão do município, exceto a primeira

cabana que as lideranças fizeram. Contudo, os profissionais fizeram pinturas com grafismo Pataxó nas paredes do prédio, colocaram imagens de lideranças indígenas, dando um aspecto diferenciado ao ambiente escolar.

2.2.1 Formações docentes na EIPAV: o Magistério Indígena

Inicialmente quero pontuar a diferença entre educação escolar e educação indígena. Segundo Luciano (2006) a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, ou seja, suas cosmologias, crenças, tradições, artes dentre outros saberes que são transmitidos através das gerações anteriores. Já a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção de conhecimentos por meio da escola que, de acordo com o autor, é uma instituição própria dos colonizadores.

A Educação Escolar Indígena Diferenciada refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas, para valorizar e fortalecer seus pertencimentos, saberes tradicionais, línguas e seus projetos societários, dialogando com os conhecimentos da sociedade envolvente com os conhecimentos originários, os quais são necessários para que possamos atingir novas demandas instituídas a partir deste contato, sobretudo nesta sociedade globalizada.

Portanto, a Educação Escolar Indígena é intercultural e dialoga com as diversas culturas das sociedades indígenas. Para (Munsberg e Ferreira da Silva, 2018) interculturalidade é mais do que a coexistência de culturas; implica diálogo cultural, o que pressupõe miscigenação de diversas culturas.

Para além da interculturalidade da educação escolar que se propõe a Escola Indígena Aldeia Velha no sentido de valorização dos saberes e fazeres da cultura Pataxó, precisamos romper com o individualismo, as estruturas excludentes os discursos eurocêntricos, neste sentido a escola tem um papel fundamental:

Cabe destacar o papel da escola e do currículo no que se refere à implementação de um processo educacional verdadeiramente intercultural. A escola é a instituição social em cujo espaço se processa tanto a produção quanto a reprodução da cultura, podendo ocorrer tanto a desconstrução de práticas discriminatórias em relação aos diferentes quanto a naturalização das desigualdades. Daí que o currículo escolar precisa ser construído de forma a possibilitar “olhares outros” e “abordagens outras”, tendo em vista a representação da realidade e os tipos de subjetividades e identidades que pretende produzir. Um currículo intercultural requer conteúdos, procedimentos, atitudes e relações que privilegiem o protagonismo do estudante no contexto e/ou espaço escolar. Pensar a educação nessa

perspectiva não é idealismo; é possível (MUNSBURG e FERREIRA DA SILVA, 2018, p.149).

Essa interculturalidade que se propõe à educação escolar foi um desafio para os primeiros professores da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, que mesmo sendo indígenas, não tinham vivenciado em aldeias indígenas, ou seja, não tinham a vivência da educação indígena, contudo a forma de vida em que muitos foram criados tem relação direta com os meios de sobrevivência de seus pais e avós em atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, e apesar da redução das matas, em algumas situações a caça. Muitos fazem as artes indígenas e artefatos para sua subsistência (canoa, rede, armadilhas tradicionais). Essas memórias dos antepassados, anciãos da comunidade e suas atividades tradicionais serão temas de pesquisa dos professores em suas práticas pedagógicas na aldeia.

Os primeiros docentes a lecionar na comunidade tinham somente o ensino médio, sendo duas professoras com magistério convencional e o professor com formação de técnico em contabilidade. No ano de 1999 iniciou a primeira turma do Magistério Indígena⁴, curso específico para conclusão do ensino médio, destinado aos professores das escolas indígenas. O cacique da aldeia indicou a primeira estudante a fazer a formação, Maria Aparecida Alves da Conceição. O cacique e as lideranças decidiram indicá-la, pois a indígena era a única pessoa da comunidade que estava concluindo os anos finais do ensino fundamental, neste sentido ela teria melhores condições de fazer o curso.

Essa foi uma das principais conquistas em relação à formação específica na Educação Escolar Indígena. Numa entrevista realizada em 2013 por Thaís de Jesus, da Revista Ciência e Cultura, o coordenador da LICEEI, professor e antropólogo Marcos Luciano Messenger, fala da importância dessa luta em cursos específicos para professores indígenas:

Desde a década de 90, os professores indígenas vêm se mobilizando para a conquista de uma política de educação diferenciada, uma educação que realmente contemple aquilo que prevê a constituição, ou seja, o respeito às culturas indígenas, ideias e comunidades indígenas e aos seus modos próprios de aprendizagem. O modelo de escola que nós temos é um modelo ocidental, baseado em princípios que não são completamente condizentes com o processo de formação de membros de sociedades diferentes. Os professores indígenas se mobilizaram junto com organizações não

⁴ Magistério Indígena - O Programa de Formação para o Magistério Indígena na Bahia resulta de um processo de reivindicação e de articulação dos professores indígenas e pesquisadores na Bahia, que teve início em 1996 e foi articulado através de uma parceria interinstitucional entre a Secretaria de Educação da Bahia - SEC, a Universidade do Estado da Bahia- UNEB, a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com apoio financeiro do Ministério da Educação. (Professores indígenas, povo pataxó- leituras pataxó: Raízes e Vivências do povo pataxó na escola. Secretaria da Educação. Salvador: MEC/FNDE/SEC/SUDEB, 2005, p.5).

governamentais de apoio, geralmente também vinculadas às universidades no Brasil inteiro, que se iniciou com a oferta dos cursos de magistério, de formação de professores de nível médio (MESSENDER, 2013).

A primeira estudante da aldeia a fazer o curso do magistério indígena foi Maria Aparecida Alves da Conceição– Paru. Na entrevista que ela concedeu, a mesma nos conta sobre os desafios no processo da formação. Segundo seu depoimento, ela foi convidada juntamente com seu irmão Áureo, pelo cacique Ipê para fazer o curso, preparando-os para ministrarem aula e serem os primeiros professores indígenas da comunidade, no entanto seu irmão não aceitou. A formação contemplava indígenas das 14 etnias da Bahia, cujo objetivo era qualificar professores para atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), com enfoque intercultural.

Em seu relato, a professora afirma que o magistério indígena tinha previsão de ser concluído em três anos mas, devido às inúmeras dificuldades, o concluiu em seis anos. Os módulos aconteciam em regiões e aldeias diferentes, com a finalidade de que houvesse maior integração entre os indígenas, troca de experiências e conhecimento das diversas realidades socioculturais dos povos da Bahia. Tiveram aulas na cidade de Salvador, no Instituto Anísio Teixeira, na cidade de Paulo Afonso, em Rodelas, nas aldeias de Coroa Vermelha e Barra Velha.

A previsão era realizar encontros a cada seis meses, contudo, tiveram módulos que demoraram oito meses e até um ano para serem iniciados. Devido a esses imprevistos, acrescentados com os problemas de logística complexa e as dificuldades de as informações chegarem nas aldeias, a professora Maria Aparecida – Paru, perdeu dois módulos do curso, segundo seus relatos.

Diante das inúmeras dificuldades, finalmente o curso foi concluído em agosto de 2006, e a colação de grau aconteceu em dezembro daquele mesmo ano, na cidade de Salvador. A referida professora informou que foi muito rico todo o processo de aprendizagem, contribuindo de forma significativa na sua prática docente. No mesmo ano de conclusão iniciou a segunda turma do magistério indígena no Estado da Bahia, na qual três (03) professores da comunidade ingressaram, sendo que duas estavam atuando em sala de aula, e uma estava no serviço administrativo da escola.

No ano letivo de 2009 havia dez (10) professores na escola da Aldeia Velha, com as seguintes formações:

Quadro 01- Número de docentes da Escola Aldeia Velha em 2009.

Formação	Número de docente
Ensino Médio	04
Magistério Tradicional	01
Magistério Indígena	03 (01 completo e 02 cursando)
Licenciatura Intercultural	02 (cursando)
Ensino Superior completo	-

Fonte: Tabela produzida pelo autor, baseada nas fichas dos servidores da Escola Aldeia Velha.

Conforme a tabela acima, após dez anos de atividades escolares, apenas dois professores estavam cursando ensino superior em licenciaturas interculturais, o que demonstra que a educação escolar para os povos indígenas não está agendada como prioridade nas ações governamentais.

2.2.2 Ensino Superior

Alçar ao ensino superior é uma história à parte, o que temos de solidez são as conquistas formais na constituição promulgada em 1988 e o corpo de legislações aprovadas nos anos posteriores.

Sobre o tema, Vianna, Lanna e Urquiza (2014) fazem as seguintes considerações:

As primeiras políticas para ingresso de estudantes indígenas nas universidades ocorreu através de incentivo financeiro da FUNAI, em boa parte dos casos conhecidos, trata-se de indivíduos que lograram obter respaldo financeiro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para estudar em instituições privadas Paralelamente, por força de um ato da presidência da República (PR, 1991), as competências mais amplas relacionadas às políticas de educação escolar indígena foram transferidas da Funai para o MEC. Quanto mais se foram apropriando de debates referentes a essa área e vendo trajetórias escolares alcançarem o nível médio – nem sempre nos novos moldes –, as comunidades, lideranças e organizações indígenas passaram, na companhia de seus apoiadores, a ser simultaneamente testemunhas e porta-vozes de três vetores básicos de “pressão” por Ensino Superior. Eles, que têm tido a necessidade de dirigir-se ao MEC, à Funai e a toda e qualquer outra instância eventualmente capaz de colocar ambas as agências para atuar juntas, assumem distintos aspectos...**primeiro vetor** de reivindicação imediata, que se expressa como coletivização de desejos individuais de continuação dos estudos por parte de egressos do ensino básico; **O segundo vetor** manifesta-se como uma voz de avaliação e proposição comprometida, em primeiro lugar, com a construção da nova educação escolar indígena ao nível básico; Por fim, há uma voz de perfil mais difuso, em que o aspecto reivindicatório e o de “**como as coisas devem ser**” aparecem combinados, muito embora o primeiro nem sempre se escute

com todas as letras. Trata-se da avaliação de que as diversas modalidades de exercício profissional qualificado no campo das políticas públicas indigenistas e dos projetos voltados para as comunidades merecem ser cada vez mais ocupadas por seus membros, e não apenas, tampouco majoritariamente, por intermediários externos. (VIANNA, LANNA e URQUIZA, 2014, p.19 e 20).

Conforme os autores apontam no primeiro vetor, à medida que os indígenas completam a etapa do ensino médio, há o desejo e demanda de continuidade nos cursos superiores, mesmo que estes indígenas, em sua maioria, venham de escolas urbanas. Vale lembrar que neste momento ainda estamos reivindicando que as políticas por uma educação escolar indígena específica e diferenciada sejam implantadas no nível da educação básica em suas comunidades, como é o caso dos Pataxó de Barra Velha e Boca da Mata, situadas em Porto Seguro – BA que, em 2005 iniciaram a primeira turma do Ensino Médio em regime de alternância, com 38 alunos aprovados no ano letivo de 2005, 25 alunos aprovados no ano letivo de 2006 e 46 alunos aprovados no ano letivo de 2007, os quais iriam fazer parte das primeiras turmas das licenciaturas interculturais da Bahia, na LICEEI-UNEB/2009 e LINTER-IFBA/2010.

Na perspectiva do segundo vetor apontada pelos autores, consiste no novo cenário de implementação da Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, sobretudo no Ensino Fundamental, os quais requerem no mínimo professores indígenas protagonistas de seus saberes, crenças, costumes e tradições, com seus próprios processos de ensino e aprendizagem, com formação em nível superior.

Há o anseio do protagonismo indígena na construção de seus projetos societários, especialmente no que se refere à garantia e gestão de seus territórios, pautas que estavam postas pelo movimento indígena desde a década de 1970 e que se mantém prioritária, conjugada com a conquista dos territórios originários, sistema de saúde específico, dentre outros. Sabe-se que parte considerável dos territórios originários ainda não estão regularizados, mas atualmente vemos a escola como agência que pode vir a ser instrumento de conquista e gestão dos mesmos, daí a necessidade de implementar a formação específica e diferenciada dos indígenas, em todos os níveis de ensino.

É preciso fazer a gestão desses territórios com suas complexidades, que envolvem conflitos relativos às suas especificidades- cada território indígena tem suas especificidades, e a Educação Escolar Indígena deve estar atenta a isso, ao tempo que nos deparamos com inúmeros desafios em todos os setores e demandas dos povos indígenas. Busca-se a

autonomia e o protagonismo dos povos indígenas na luta e nas conquistas dos seus direitos, daí a necessidade de pensarmos na amplitude da formação nas diversas áreas do conhecimento: médicos, professores, engenheiros, economistas, agrônomos e outros profissionais indígenas.

O indígena, ao ingressar nas universidades e faculdades, além de conquistar um direito individual enquanto sujeito de direito, mantém vínculo com um direito e conquista coletiva. O texto abaixo esclarece na compreensão da referida demanda:

O ano de 2001 pode ser tomado como marco cronológico do início de processos nos quais as referidas brechas foram ganhando institucionalidade, e é aí que a diversificação das formas se torna mais perceptível. Em 2001, com efeito, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por um lado, e uma lei estadual no Paraná, por outro, inauguraram modelos que, com especificidades caso a caso, têm-se replicado em instituições públicas de Ensino Superior Brasil afora: respectivamente, a implantação de licenciaturas específicas, destinadas a formar professores para as escolas das aldeias, e a abertura de espaço para estudantes indígenas em cursos regulares, via vagas suplementares ou sistema de cotas. (VIANNA, LANNA e URQUIZA, 2014, p.22).

Importa ressaltar que, além dos cursos específicos de formação de professores indígenas, as ações afirmativas e políticas de cotas são fundamentais na garantia da qualificação de indígenas para a gestão dos territórios originários de seus povos.

Segundo Luciano (2012), antes das licenciaturas interculturais já havia indígena cursando diversos cursos regulares nas universidades, principalmente na região Norte do Brasil.

Sabemos que mesmo antes do surgimento da primeira Licenciatura Intercultural, que foi a da UNEMAT em 2001, já havia estudantes indígenas ingressados em diversos cursos regulares de universidades, como os estudantes indígenas do estado do Amazonas, que desde 1992 aproveitaram o projeto pioneiro de interiorização daquela universidade para ingressarem nos cursos oferecidos nos campos instalados nos municípios do interior do estado. Só no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) mais de 500 estudantes indígenas já cursaram ou estão cursando o Ensino Superior, reforçado atualmente, nesses municípios do interior, pela presença da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) que também está oferecendo cursos específicos aos estudantes indígenas, além de vagas, também específicas, nos cursos regulares da capital, aderindo às políticas de ações afirmativas por meio do sistema de cotas. (LUCIANO, 2012, p.138).

Na primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena protagonizada pela UNEMAT, três indígenas da Bahia foram contemplados (Rosilene - Tuxá, Jerry Matalawê –

Pataxó e Erlon - Pataxó Hã Hã Hã). Estes indígenas fazem parte do movimento indígena da Bahia, seus ingressos na universidade fortaleceram a luta pela Educação Escolar Indígena Diferenciada. A mesma educação que outrora foi usada para exterminar os povos indígenas, hoje torna-se instrumento de luta a partir da busca por conhecimentos ditos científicos. Como afirma o intelectual indígena Edson Kayapó em uma palestra, “[...] devemos ter uma borduna em uma mão e a caneta na outra”.

Com o cenário político do governo do Estado da Bahia, administrado pelo governador Jacques Wagner –Partido dos Trabalhadores, lideranças indígenas que o consideravam aliado político depositaram nele confiança e apoio no decorrer do processo eleitoral de 2006. Nesse contexto foram criados dois cargos de relevância para os povos indígenas da Bahia – a Coordenação de Educação Escolar Indígena – SEC-BA e a Coordenação de Políticas para Povos Indígenas - SJCDH-BA, com as indicações de Rosilene Araújo Tuxá e Jerry Adriane Matalawê Pataxó, ambos foram escolhidos pelos caciques e um dos critérios para a opção era serem portadores de formação em nível superior completo.

Sobre as coordenações acima citadas, Costa e Silva (2013) explica como elas funcionam:

Constatamos que a **Coordenação de Políticas para Povos Indígenas** opera como estrutura central da política (foi instituída em 2007 e fica na pasta da SJCDH). A CPPI se constitui enquanto uma instância de mediação, legitimação, de canalização de demandas e de coordenação, acompanhamento, fiscalização e até mesmo de avaliação e proposição da política para povos indígenas em todo o governo da Bahia. Devido à sua atuação e à percepção generalizada de que esta Agência é o órgão central da política, tanto as lideranças indígenas quanto os gestores de outros órgãos buscam-na para tratar das políticas indigenistas. Isso se reflete na dinâmica de funcionamento do órgão, cujos funcionários se organizam por grupo de secretarias para acompanhar o andamento das ações para povos indígenas, no governo. **A Coordenação de Educação** formula o planejamento que envolve toda a política de educação indígena da Bahia – incluídas as escolas indígenas municipais – que, após aprovação pelas instâncias superiores da Secretaria Estadual de Educação, é enviado ao Ministério da Educação (MEC). Este, após fazer avaliação do planejamento, encaminha-o ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que também avalia os projetos e repassa o orçamento diretamente para a Secretaria Estadual da Educação ou para as escolas, de acordo com as ações previstas no planejamento. Na fase de implementação os recursos são distribuídos segundo os setores de execução dentro da Secretaria Estadual de Educação. (COSTA e SILVA, 2013, p.26-37).

Neste contexto, percebemos que o acesso à educação escolar em nível superior vem fortalecendo o movimento indígena e indigenista para ingresso em espaços institucionalizados

da sociedade envolvente, sendo um dos objetivos a intermediação das políticas públicas para as sociedades indígenas.

2.2.3 Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICCEI/UNEB

A Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICCEI - UNEB, foi a primeira da Bahia, e nesta experiência pioneira ingressaram dois docentes da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha. Por fazer parte dos estudantes do referido curso irei contextualizar algumas experiências e os desafios do percurso, bem como as contribuições do curso na educação escolar indígena, sobretudo na Aldeia Velha.

O Edital do processo seletivo determinava que do cento e oito (108) vagas do curso, doze (12) estavam reservadas aos membros da comunidade. As vagas ficaram distribuídas da seguinte forma: Cinquenta e quatro (54) alunos vinculados ao Campus X da UNEB, em Teixeira de Freitas, formando uma turma composta pelos Pataxó, Pataxó há há hã e Tupinambá. As demais vagas, cinquenta e quatro (54) estavam vinculadas ao Campus VIII da UNEB, sediada em Paulo Afonso, composta por estudantes indígenas de vários povos do norte e oeste da Bahia dentre eles: Kiriri, Tuxá, Tumbalalá, Kaimbé, Pankararé, Pankararu e Xukuru Kariri.

O coordenador da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena-UNEB, Marcos Luciano Lopes Messenger, em uma entrevista à revista ciência e cultura, fala sobre a implantação e os desafios do referido curso:

O MEC criou, em 2005, um programa chamado PROLIND (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas), que é um programa de apoio às licenciaturas indígenas, exatamente para fomentar que as universidades pudessem oferecer esses cursos como regulares, em princípio para a formação de professores em serviço, ou seja, para professores que já atuam em comunidades indígenas e que não tem licenciatura específica. De forma que pudesse se oferecer uma licenciatura que tivesse um conjunto de características que obedecessem aos princípios propostos pelos referenciais curriculares nacionais para escolas indígenas, os RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas). Que prevê princípios básicos, como a interculturalidade, ou seja, a ideia que você deve trabalhar em diálogo com os chamados saberes acadêmicos e os saberes tradicionais, onde a educação deve ser baseada nos modos próprios dessas comunidades desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. Então desde 2004, os professores indígenas estão mobilizados na Bahia, talvez anterior até a isso, no fórum de educação indígena. E eles vieram através desse fórum reivindicando a oferta nas universidades de diversas formas, seja no sistema de cotas para a entrada desses estudantes, propuseram também que a UNEB, que estava oferecendo um programa especial para a formação de professores

(Rede UNEB), fizesse uma turma especial para professores indígenas, e finalmente em reunião, que ocorreu em Porto Seguro/BA, onde estavam presentes o reitor da UNEB e na época uma pró-reitora de extensão, a UNEB se comprometeu a constituir uma equipe para trabalhar na elaboração de um projeto de licenciatura no âmbito da UNEB. O MEC, no PROLIND, financiava inclusive a própria elaboração desse projeto. O projeto, constituído por uma equipe eram professores que historicamente têm trabalhado com essas questões na universidade e que estavam nos campus próximos ao local do evento. O fato é que no final de 2007, 2008, você tinha de entregar o projeto para o MEC, o projeto ainda tinha algumas pendências e aí toda a equipe se mobilizou, para contribuir com a conclusão desse projeto, que foi enviado ao MEC e aprovado em 2008, no PROLIND. Ele prevê um financiamento, relativamente tímido, para a licenciatura da UNEB que tem um projeto que prevê a formação de 108 professores divididos em 02 polos, de 54 alunos, que estão localizados nos departamentos de Teixeira de Freitas – para atender aos índios do Sul- e Paulo Afonso – para atender os índios do norte. (MESSENDER, 2013. Entrevista realizada por Thaís Araújo, pela revista eletrônica, [cienciaecultura.ufba.br](http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/marcos-messenger/). Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/marcos-messenger/>, acessada em 23 de janeiro de 2019).

A aula inaugural foi uma espécie de seminário, que aconteceu durante uma semana do mês de novembro de 2009, com a solenidade de abertura em Salvador e os demais dias ficamos alojados em um hotel na cidade de Feira de Santana a 120 quilômetros de Salvador, onde aconteciam também as aulas e as refeições para os cursistas. As atividades aconteciam durante os dois turnos do dia, com eventuais atividades à noite.

Para completar a carga horária do primeiro módulo, em janeiro de 2010 ficamos vinte e um dias no vilarejo de Cumuruxatiba – no município de Prado, próximo às aldeias indígenas Pataxó Cahy e Pequi, distante 100 quilômetros do Campus X da UNEB em Teixeira de Freitas.

A ideia inicial era que as aulas acontecessem nas comunidades indígenas ou em suas proximidades para que pudéssemos ter essas vivências, como uma aula de campo e neste sentido intensificar, valorizar e sistematizar os saberes tradicionais, fazendo o diálogo da academia com os conhecimentos “científicos”. Contudo, esse plano não foi realizado, pois a falta de recursos financeiros dentre outros motivos (segundo a coordenação, o curso deveria acontecer no campus da UNEB, essa era uma exigência para o reconhecimento do curso). Na medida do possível, ocorreram aulas nas comunidades próximas do Campus, isso ocorreu nas aldeias Pataxó Cahy, Pequi, Maturembá, Pé do Monte e Aldeia Alegria do Saber, situada no município de Alcobaça, do povo Pataxó hã hã hã.

Os módulos de aulas aconteciam no período das férias escolares, nos meses de janeiro e julho, com objetivo de interferir o mínimo nas atividades das unidades escolares em que os

professores atuavam. As aulas eram ministradas durante todo o dia e, na maioria das vezes, à noite. Para contemplar a carga horária do curso, tinha o tempo comunidade que era um conjunto de atividades e pesquisas acompanhadas pelos orientadores, que algumas vezes chegavam a ir até as aldeias.

Muitas dessas experiências de formação eram diretamente vinculadas aos trabalhos das escolas indígenas, como as análises dos PPPI – Projeto Político Pedagógico Indígena, metodologias e prática de ensino, pesquisas dos saberes relacionados às comunidades, ou seja, a formação tinha relação direta com a docência e com os saberes indígenas, contribuindo efetivamente na construção da Educação Escolar Indígena Diferenciada nas aldeias.

É importante ressaltar que a LICEEI criou um quadro de docentes formado por profissionais que tinham algum tipo de experiências com a temática indígena, sendo que o curso contava também com palestras proferidas por lideranças tradicionais (pajé, xamã, cacique, anciãs, anciãos, líderes dos movimentos e estudantes universitários indígenas), além das contribuições das indígenas Arissana e Anari Pataxó, únicas indígenas da Bahia com a formação de mestras. Enfim, a metodologia de ensino e aprendizagem era diferenciada, trazendo o protagonismo indígena, a valorização dos saberes tradicionais em diálogo com os saberes acadêmicos, promovendo uma interculturalidade de fato.

Por sua vez, o corpo discente da LICEEI era formado por professores, diretores, caciques, líderes de movimentos, presidentes de associações, indígenas que trabalhavam nas secretarias municipais e estaduais de educação, dentre outros, fato que possibilitava mais dinamicidade aos diálogos.

De acordo com o Projeto do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, a proposta de duração do curso era de 04 anos, sendo que nos dois primeiros anos os estudantes cursariam disciplinas do núcleo comum e, a partir do segundo ano, as turmas seriam compostas por áreas de conhecimentos: Linguagem e Artes, Matemática e Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Humanidades e Pedagogia Indígena. O projeto do curso previa que:

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena é um processo organizado de forma modular, no qual as áreas serão trabalhadas durante as aulas, do Tempo-Escola, e outras atividades complementares, não presenciais do Tempo-Comunidade, tais como: momento de estudos autônomos e pesquisas orientadas, ações curriculares em salas de aula e outras atividades político-pedagógicas na escola e na relação desta com as famílias e comunidade em cada território indígena. Sendo assim, orientadas pela perspectiva teórico/prático para formação do professor pesquisador, as atividades nas áreas de estudo terão carga horária de acordo a distribuição a seguir:

Quadro 2 – Cronograma de execução das atividades da LICEEI.

Atividades	2008	2009	2010	2011	2012
Vestibular diferenciado para a composição das turmas	Nov.	-	-	-	-
Início do curso	-	Jan.	-	-	-
Módulos das disciplinas	-	Jan. e jul.	Jan. e jul.	Jan. e jul.	Jan. e jul.
Estágio Supervisionado	-	-	-	-	Jan. e jul.
Entrega do Trabalho Monográfico	-	-	-	-	Dez.

Fonte: UNEB, 2008, p.38.

A realização do curso não saiu em conformidade com a previsão do cronograma apresentado, pois tiveram imprevistos e readequação do cronograma. Segundo a coordenação do curso, a demora da conclusão ocorreu principalmente por dificuldade no repasse de recursos financeiros para o seu funcionamento.

De acordo com o coordenador do curso, Luciano Messenger, a LICEEI assinou um convênio com o MEC, mas os recursos financeiros repassados não eram suficientes para custear toda a logística.

O convênio com o MEC foi assinado no final de 2008, que prevê (O MEC tem um cálculo, na realidade o FNDE, que é quem financia efetivamente os recursos para os projetos, tem um cálculo baseado no número de alunos.) – a locação de R\$ 4 mil por ano/aluno, o que não é suficiente. Esse é um convênio que é renovado anualmente, que prevê a locação inicial, para um total de 120 alunos, de R\$480 mil, no próximo ano já vamos receber menos será R\$ 430 mil (MESSENDER, 2013. Entrevista realizada por Thaís Araújo, pela revista eletrônica, cienciaecultura.ufba.br. (Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/marcos-messenger/>, acessada em 23 de janeiro de 2019).

Nas etapas seguintes, que aconteceram no campus X da UNEB, em Teixeira de Freitas, os cursistas ficaram hospedados em hotel e havia um ônibus que fazia a logística de transporte da pousada ao campus. Houve etapas do curso em que os dois polos tiveram aulas em conjunto, sendo que os parentes do norte e oeste do estado vieram para o Campus X da UNEB- Teixeira de Freitas, e depois fomos para o Campus VIII UNEB - Paulo Afonso.

Diante desses impasses de atraso do cronograma, os alunos preocupados com o término do curso, foram realizadas várias reuniões com os alunos e a coordenação do curso para discutir e encaminhar soluções para os problemas que impediam a sua continuidade regular, e numa dessas reuniões estavam presentes estudantes, lideranças do movimento

indígena, coordenação do curso, reitoria e coordenação do Instituto Anísio Teixeira. Na oportunidade, o coordenador do IAT colocou a instituição à disposição do curso, e os últimos módulos de aulas aconteceram nos anos de 2016 e 2017, reunindo os cursistas dos polos de Teixeira de Freitas e Paulo Afonso para finalizar suas atividades acadêmicas.

Em todas as etapas da LICEEI havia ônibus que transportava os alunos de suas aldeias e/ou cidades próximas e levava até o hotel e/ou pousada para hospedagem nas cidades onde iriam acontecer os módulos de aula, após o encerramento dos módulos o transporte fazia o percurso de retorno dos estudantes às suas comunidades. Nas cidades de Teixeira de Freitas e Paulo Afonso os hotéis ficavam um pouco distante do Campus universitário onde aconteciam as aulas, nestes casos havia um transporte que fazia o percurso dos alunos de ida e volta do campus.

Finalmente, em 2017, finalizamos o último módulo do curso. Após a realização do módulo os alunos começaram a organizar suas monografias para defender seus TCC, e a instituição resolveu as questões administrativas e protocolos para a conclusão do curso.

A experiência que tivemos muito contribuiu para o fortalecimento da luta do movimento da educação escolar, além das contribuições que nos foi proporcionada para a implementação de novas metodologias de ensino e aprendizagem nas nossas comunidades, habilitando-nos para as discussões no âmbito da comunidade escolar desde a gestão escolar, o fazer pedagógico nas salas de aula, dentre outros.

2.2.4 Licenciatura Intercultural – LINTER/IFBA

Em 2010, abriram inscrições para o processo seletivo da primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena – LINTER, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Porto Seguro, no qual foram ofertadas oitenta vagas, sendo sessenta e cinco vagas para docentes indígenas em exercício, gestores e técnicos indígenas que estivessem trabalhando nas escolas indígenas, e quinze vagas para indígenas egressos do magistério indígena e Ensino Médio que moram da comunidade, mas não atuam na educação escolar. Estas vagas foram distribuídas entre as etnias Pataxó dos municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália; Pataxó hã hã hã dos municípios de Pau Brasil, Itajú do Colônia e os Tupinambá de Olivença.

A Licenciatura Intercultural Indígena – LINTER foi criada pela Portaria 719 de 05 de junho de 2009 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). O curso funciona no campus de Porto Seguro e teve suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2010, quando

entraram oitenta acadêmicos indígenas aprovados no processo seletivo específico. A criação e implantação da LINTER seguem as orientações definidas na Constituição Brasileira de 1988, bem como as orientações da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais instrumentos legais que regem a educação escolar indígena diferenciada e a formação específica de professores indígenas (SOUZA e BRITO, 2017, p. 227).

Com muita luta e embate do movimento indígena com suas lideranças e parceiros o IFBA, o curso tornou-se regular. Neste sentido, a instituição já está com sua terceira turma de indígenas fazendo suas formações, sendo que na primeira turma ingressaram duas professoras da Escola da Aldeia Velha e uma estudante pela cota de não docente representando a Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha.

Na segunda turma de 2016 ingressaram um professor e uma professora da Escola da Aldeia Velha. E na terceira turma uma professora e um aluno pela cota de não docente representando a comunidade.

O curso adota a pedagogia da alternância, em que os alunos ficam estudando cerca de 30 dias no Campus de Porto Seguro, com atividades no tempo comunidade e intermediário, nos quais são realizadas em suas respectivas aldeias, a maioria sempre relacionadas aos saberes e fazeres da comunidade, práticas e experiências pedagógicas.

O curso atende dezenas de aldeias localizadas nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Pau Brasil, Ilhéus, Buerarema e Prado, sendo que o seu funcionamento acontece seguindo as pressupostos da pedagogia da alternância (ARAÚJO, 2007), estabelecendo relações acadêmicas não convencionais, como a maior proximidade da instituição formadora com as comunidades nas quais os acadêmicos vivem; visitas frequentes às aldeias e a criação de uma estrutura curricular dinâmica, que respeite os ciclos da vida comunitária. Sendo assim, são realizados, por exemplo, estudos e tarefas durante períodos semanais ou quinzenais, ou na concentração em períodos específicos, rompendo os ciclos semestrais ou anuais convencionalmente utilizados nas instituições de ensino superior (SOUZA e BRITO, 2017, p.234).

Em relação à formação profissional, nos quatro primeiros módulos do curso, os estudantes cursam disciplinas comuns, nos quatro módulos seguintes os cursistas devem optar por uma das áreas específicas de formação: Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, e Linguagens Códigos e suas Tecnologias.

2.2.5 Formação Intercultural para Educadores Indígenas- FIEI/UFMG

É preciso reafirmar que as demandas em busca de formações, infraestrutura e outras reivindicações vieram das necessidades reais das comunidades indígenas, geralmente as lideranças fazem comissões e vão às instituições em busca da efetivação dessas políticas públicas, garantidas legalmente. Isso ocorreu na LICEEI, na LINTER e também no FIEI. No FIEI o pleito se deu através da formação continuada de professores indígenas egressos do ensino médio, que resultou na formação intercultural para educadores indígenas na UFMG. Numa reportagem realizada por Marcos Fernandes ao Boletim da UFMG (2011), a coordenadora do curso, Maria Inês de Almeida, fala sobre a trajetória do referido curso:

A iniciativa começou em 1999, quando lideranças indígenas reivindicaram do reitor Francisco César de Sá Barreto a continuidade nos estudos dos professores indígenas que haviam se formado no magistério por meio de programa desenvolvido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais em parceria com a UFMG. Comissão foi instaurada dois anos depois com o intuito de criar um projeto de formação intercultural estruturado por percursos acadêmicos em vez da tradicional grade curricular.

À época presidente dessa comissão, Maria Inês conta que a opção por percursos acadêmicos visava atender diversos interesses das comunidades indígenas, que variavam entre cursos como Direito, Medicina, Artes, Linguística, Literatura, Comunicação Social e Ciências Agrárias. “A reivindicação não era pela formação pura e simples de um professor; eles queriam alguém que fosse capaz de agenciar os próprios projetos comunitários. Assim, pensamos numa formação transdisciplinar”, justifica, na prática, em lugar do conhecimento pronto, os alunos indígenas trabalhavam em sistemas de oficinas juntamente com pesquisadores de todas as áreas da UFMG.

O Fiei se dividiu em duas etapas: intensiva e intermediária. A primeira ocorreu nos campi da UFMG e coincidiu com o funcionamento dos outros cursos. Os estudantes indígenas, dentro do próprio modelo de flexibilidade da Universidade, tiveram liberdade para transitar por aulas e laboratórios nas diversas unidades, formando cada um o seu currículo.

As etapas intermediárias aconteceram nos locais de origem dos alunos, permitindo uma conciliação entre práticas acadêmicas e as atividades docentes em suas escolas. O curso piloto foi avaliado recentemente e aprovado pelo Ministério da Educação com nota máxima. Um dos principais desdobramentos da experiência foi a criação, pelo Reuni, de licenciatura intercultural regular na FaE, que, desde 2009, recebe 35 estudantes indígenas por ano (FERNANDES, Marcos, 2011. Entrevista realizada por Marcos Fernandes, no Boletim Aprender, ensinar e DIALOGAR, nº 1738, ano 37, em 16/05/2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1738/4.sthtml>; acessado em: 27/12/2019).

O curso FIEI, a partir de sua regularidade, todo ano forma uma nova turma em uma das quatro habilitações existentes: Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; Ciências Sociais e Humanidades; Línguas, Artes e Literatura. Os estudantes indígenas ficam habilitados a atuarem no Ensino Fundamental, nos anos finais e no Ensino Médio nas suas respectivas comunidades.

Os primeiros Pataxó de Porto Seguro ingressaram em 2009, quando o curso se tornou regular, tais ingressantes eram da Comunidade Indígena Pataxó Barra Velha, egressos do ensino médio que funcionava em regime de alternância, que foi iniciado naquela comunidade em 2005. Essa primeira turma de indígenas Pataxó concluiu o curso em 2013, habilitada na área de Ciências Sociais e Humanidades.

A primeira discente da Comunidade e Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha que ingressou no FIEI foi a professora Aline Silva Andrade na turma de 2012 e concluiu em 2016 na área de Língua, Arte e Literatura. Por ser um curso regular e ingressar novas turmas todos os anos, os indígenas da comunidade sempre participam dos processos seletivos. Com isso o número de professores que atuam na Escola Aldeia Velha, a maioria cursou ou está cursando o referido curso.

Na entrevista realizada com a diretora da Escola Aldeia Velha em 2020, verificamos que dos 12 (doze) professores que atuam na escola, que cursaram ou cursam a licenciatura intercultural, 07 (sete) cursaram ou cursam o FIEI, além de 02 (dois) que trabalham no serviço de apoio estão cursando a referida licenciatura. Em meio aos desafios enfrentados pelos professores indígenas, aos poucos eles estão concluindo suas formações acadêmicas, aperfeiçoando suas práticas pedagógicas, com objetivo de melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, reafirmando as suas tradições através das pesquisas, sistematizando os saberes tradicionais e contribuindo na realização dos projetos societários de suas comunidades.

2.2.6 Formação Continuada: PNAIC

Uma das formações continuadas que aconteceu nas escolas indígenas foi o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que é um programa integrado, cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais brasileiras. Caracteriza-se, sobretudo, pela integração de diversas ações e diversos materiais que contribuem para a alfabetização, pelo compartilhamento da gestão do programa entre governo federal, estados e municípios; pela orientação de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem aferidos pelas avaliações anuais (MEC, 2012).

A adesão ao programa foi feita pelo município e as ações se iniciaram com as formações em Língua Portuguesa em 2013, e em 2014 inseriram a Matemática. (Neste

período entre 2013 e 2015, estava na função de Diretor de Ensino Indígena, na Diretoria de Educação Escolar Indígena da Educação Municipal de Educação de Porto Seguro). As duas primeiras etapas das formações dos orientadores de estudo foram realizadas pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual da Bahia, nas cidades de Teixeira de Freitas e Eunápolis, em que cada orientador de estudo foi orientado a se responsabilizar pelo acompanhamento de 25 professores alfabetizadores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.

Mesmo sendo um programa em âmbito nacional, a coordenação indígena agrega questões específicas da educação escolar indígenas como os saberes, fazeres indígena Pataxó, bem com a língua materna (Patxôhã).

Numa entrevista que realizamos com a professora da Escola Aldeia Velha que participou da referida formação, ela nos conta que as oficinas produzidas pelos formadores ajudaram a trabalhar, em sala de aula, de acordo com a vivência, possibilitando a criação de jogos com objetos de sua realidade tais como o maracá, as sementes, as folhas, e, com isso, o processo de ensino e aprendizagem no processo alfabetização melhorou bastante com os alunos.

2.2.7 Ação Saberes Indígenas na Escola

A professora e profissional responsável pelo setor pedagógico da Educação Escolar Indígena do município de Porto Seguro, no período de 2009 a 2017, Carla Folegatti, numa entrevista realizada via telefone em março de 2021, nos fala que a Ação Saberes Indígenas na Escola é um programa do MEC que busca promover a formação continuada de professores da Educação Escolar Indígena, especialmente daqueles que atuam no ensino de línguas indígenas, língua portuguesa e matemática nos anos iniciais da educação básica. A ação pretende oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade, que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas, oferecendo também subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas, fomentando pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar de cada povo indígena.

A Ação Saberes Indígenas na Escola é uma iniciativa do Ministério da Educação, instituída pela Portaria do MEC nº 1.061, de 30 de outubro de 2013, no âmbito da criação dos ⁵ Território Etnoeducacional, através do decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, sendo que os povos indígenas da Bahia formam o etnoterritório Yby Yara. A referida formação é realizada nas escolas estaduais e municipais indígenas, realizada pela UNEB em parceria com o Instituto Federal da Bahia/Porto Seguro.

Numa entrevista que realizamos com a professora da Escola Aldeia Velha que participou da formação, ela afirma que no Saberes Indígenas na Escola, os formadores despertam nos professores os saberes tradicionais do nosso povo, dos anciãos, das anciãs, a educação e cultura indígena Pataxó para produzir e sistematizar enquanto material de apoio pedagógico no processo de alfabetização dos alunos.

2.2.8 – PIBID – Diversidade

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, vem contribuindo na prática do processo de ensino e aprendizagem da Educação Escolar Indígena. De forma geral, os participantes do programa fazem uma análise do que já se vêm trabalhando em suas práticas escolares em sala de aula e/ou fazem um diagnóstico de alguma atividade, histórico ou temática que envolvem a comunidade, nos aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, territoriais dentre outros. Geralmente é realizada uma reunião com os envolvidos no programa, digo, discentes, docentes, coordenação, supervisão do programa e da referida escola, bem como as lideranças e os moradores da comunidade detentores dos saberes e saberes tradicionais. A partir da escuta desse diálogo, o grupo delimita as ações.

Vamos socializar a experiência realizada através do PIBID – DIVERSIDADE – IFBA no período de 2012 a 2015, na qual atuei como supervisor durante o programa. O mesmo teve duas etapas, na primeira foi realizado o projeto do ensaio fotográfico e na segunda etapa um documentário áudio visual.

A pesquisa foi realizada pelos professores indígenas das escolas indígenas Pataxó da Aldeia Velha e Coroa Vermelha, cursistas da Licenciatura Intercultural da área de ciências

⁵Território etnoeducacional compreende, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados (BRASIL, 2009, p. 2).

humanas. O ensaio fotográfico teve a finalidade de registrar, por meio da fotografia, o cotidiano das aldeias e a respectiva contextualização a fim de criar um acervo visual organizado da vida aldeã. O acervo ficou disponível para as Escolas Indígenas e serviu de apoio para professores e alunos, bem como para estudantes da temática indígena. As temáticas escolhidas foram as seguintes: Plantas medicinais da Aldeia Velha, atividade pesqueira dos indígenas de Coroa Vermelha, paisagens da retomada da Terra Indígena Caramuru Paraguaçu, linha do tempo da estrutura física da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha no período de 1999 a 2012, o protagonismo juvenil indígena Pataxó na participação das políticas públicas e nos movimentos socioculturais e rios e lagos da Aldeia Velha, o papel social da criança na família e na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha, lideranças femininas da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha e catálogo fotográfico do artesanato Pataxó.

A segunda etapa, foi a realização de um documentário/livro que teve como título sugerido **Diversidade Cultural Indígena Pataxó, Pataxó hã hã hã e Tupinambá**, devido a pesquisa abranger os três povos. O objetivo era p de que as entrevistas seriam editadas para a construção de um documentário e a transcrição serviria como material para a construção do livro.

As pesquisas foram realizadas com anciãos, anciãs, líderes e membros da comunidade detentores da história, cultura e dos conhecimentos tradicionais, com as seguintes temáticas: **A Retomada do Território do Monte Pascoal, Liderança Feminina da Aldeia Coroa Vermelha, Agricultura na Aldeia Velha; Medicina Tradicional na Aldeia Velha e Benzimento.**

Na entrevista que realizamos com alguns cursistas eles afirmaram que o projeto foi bastante exitoso, pois houve à mobilização da comunidade e lideranças na colaboração das ações em cada aldeia envolvida, mostraram os territórios com sua fauna e flora, suas atividades diárias como a pesca, agricultura e suas histórias de vida.

De acordo com os entrevistados foram realizadas exposições dos acervos fotográficos nas escolas dos cursistas que participaram da pesquisa, com a finalidade de socializar e retribuir aos demais professores, alunos, lideranças e comunidade.

Figura. -08 – Imagens da exposição do acervo fotográfico realizado nas Escolas Indígenas Pataxó de Aldeia Velha e Coroa Vermelha.



Fonte: Angelo Pataxó, 2015.

Com a educação escolar, estamos construindo e refazendo a nossa própria história para que as gerações presentes e futuras tenham a oportunidade de conhecer um pouco mais da história através desses novos meios tecnológicos, aos quais nossos antepassados não tiveram acesso. Neste sentido a oralidade, o uso de imagens, áudio e áudio visual criam uma maior interação entre os docentes, discentes e comunidade, o que possibilita uma ferramenta de transmissão e interação da educação indígena e a educação escolar indígena.

2.3 -Material Didático - Pedagógico Específico e Diferenciado

Os livros que a Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha vem trabalhando e que são fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, são os livros do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que na maioria das vezes não refletem a realidade das comunidades indígenas.

Os professores dos anos iniciais da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha usaram por muito tempo (2005 a 2015) os livros didáticos da coleção Girassol - saberes e fazeres do campo (alfabetização matemática, letramento e alfabetização, geografia e história e ciências), que se aproximavam da realidade das escolas indígenas.

Até o ano de 2011 havia apenas a educação infantil e os anos iniciais, no ano de 2012 foi inserida a primeira turma do 6º ano dos anos finais. Nos anos letivos subsequentes foi inserida, a cada ano, uma nova turma dos anos finais, com isso no letivo de 2015 a Escola Indígena Pataxó Aldeia já estava com o 9º ano.

Com essa nova fase os professores dos anos finais tiveram dificuldades com o apoio e aquisição de livros do PNLD. Os livros do PNLD são adquiridos pela escola através da inserção dos dados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC. Os dados da turma são inseridos no censo escolar do ano letivo vigente e a partir do próximo ano que começa a chegar os primeiros exemplares, ou seja, a cada nova turma que a escola inseria no ano letivo, sempre ficava uma turma sem os livros, vejamos o exemplo:

Quadro 3 - Ano de inserção dos alunos dos anos finais da Escola Aldeia Indígena Pataxó Velha

Ano de inserção da turma dos anos finais da Escola Aldeia Velha e cadastro no censo escolar	Ano que a escola recebe os livros do PNLD
Ano 2012 inserção da turma do 6º ano	Recebimento dos livros ano 2013.
Ano 2013 inserção da turma do 7º ano	Recebimento dos livros ano 2014.
Ano 2014 inserção da turma do 8º ano	Recebimento dos livros ano 2015
Ano 2015 inserção da turma do 9º ano	Recebimento dos livros ano 2016

Fonte: Censo escolar, Secretaria Municipal de Porto Seguro, 2019.

Sempre faltava o número de exemplares necessários para os alunos em todas as disciplinas da área de conhecimento. Diante da dificuldade, e para suprir a necessidade, a direção e a coordenação da escola foram em busca de alguns exemplares de livros didáticos em outras escolas do município em busca de livros didáticos excedentes, para suprir a demanda da escola na aldeia.

Em suas práticas pedagógicas, os professores da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, além de usarem os livros do PNLD realizam bastante atividades com seus alunos, através de pesquisas no território tais como o mangue, a mata, os quintais pedagógicos. Enfim, a sua

fauna, flora, as histórias dos anciãos e seus conhecimentos tradicionais, assim como diálogos com as lideranças e as histórias dos movimentos.

Na disciplina da Língua Materna, o principal material utilizado é a Cartilha de Patxôhã, organizado pela Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó - ATXÔHÃ.

Na escola da aldeia há uma biblioteca com alguns exemplares de livros paradidáticos, com temáticas indígenas do povo Pataxó e de outras etnias, os quais são bastante utilizados nas atividades escolares.

A partir da lei 11645/2008 houve um incentivo na produção e sistematização de livros com a temática indígena. No entanto, alguns desses livros ainda trazem informações distorcidas sobre os povos indígenas, principalmente aqueles livros organizados por pessoas que não têm conhecimento sobre esses povos.

Foi o que um grupo de professores indígenas Pataxó, inclusive da Escola Pataxó Aldeia Velha perceberam ao analisarem um desses livros numa formação realizada no ano de 2012 no Instituto Anísio Teixeira - IAT, em Salvador. No referido livro constatou-se que o autor escreve sobre as pinturas corporais, mas coloca uma imagem de pintura facial; escreve sobre a cosmologia e línguas dos povos da Amazônia e coloca uma imagem de um pajé dos povos norte-americanos. Outro livro apresenta o líder Mario Juruna, o primeiro parlamentar indígena, mas coloca a imagem de Raoni Kayapó, deixando evidente a necessidade de pesquisas e produção de materiais didático-pedagógicos mais afinados com as realidades dos nossos povos.

Segundo os pesquisadores Lamas, Vicente e Mayrink, (2016) as abordagens dos livros didáticos apesar de se passarem 500 anos continuam inalterada, ao menos no que diz respeito ao senso comum.

A imagem do indígena brasileiro, apesar dos séculos que separam as assertivas acima dos dias atuais, ainda permanece praticamente inalterada, ao menos, no que diz respeito ao senso comum. De um modo geral, quando o assunto são os índios, eles ainda são percebidos como bons, inocentes, mas ao mesmo tempo preguiçosos e violentos, especialmente quando são apresentados como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país (LAMAS, VICENTE e MAYRINK, 2016, p.125).

A partir de incentivo e criação de programas específicos para tratar a temática étnico-racial no Brasil, já é possível encontrar no Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, algumas produções didáticas bem sistematizadas e que dialogam com as realidades dos nossos povos, muitas das quais produzidas/organizadas por indigenistas e autores indígenas, trazendo

informações que refletem a diversidade dos povos indígenas, inclusive com informações mais contemporâneas.

No entanto, na pesquisa da análise dos livros de história do PNLD, os pesquisadores Lamas, Vicente e Mayrink afirmam que houve poucos avanços mesmo após a Lei 11 645/08.

Mesmo reconhecendo a existência de avanços, tanto sociais quanto acadêmicos (especialmente no âmbito universitário), a pouca penetração na mídia do movimento social indigenista contribui para que a temática indígena não seja explorada em sala de aula pelos professores. O trabalho de Celênia Macêdo deixou isso claro, pois demonstrou que os professores acabam se agarrando ao material didático (que já trata do assunto de maneira pobre) e que não dispõem de outros recursos para aprofundar a temática indígena. Em outros termos, ao acompanharem o material didático e paradidático distribuído pelo PNLD, os professores em todo o Brasil tendem a reforçar uma imagem que inferioriza o indígena, colocando-o como um coadjuvante no processo colonial (LAMAS, VICENTE e MAYRINK, 2016 p.129).

Diante o exposto, fica evidente a necessidade da produção de livros e/ou materiais didáticos específicos e diferenciados que atendam às comunidades indígenas, e que atendam também a necessidade de estabelecer o debate da temática indígena nas escolas não indígenas.

As primeiras experiências na produção de materiais didáticos e paradidáticos específicos para as escolas indígenas na Bahia, aconteceram durante as formações do magistério indígena, onde foram produzidas das inúmeras monografias, em sua maioria abordando as histórias, memórias históricas e saberes desses povos, que estavam ocultos nos currículos e nos livros didáticos. Parte desse material produzido passou a ser utilizado nas escolas indígenas. Na entrevista que fizemos com a professora Maria Aparecida, quando perguntamos sobre a produção e pesquisas desses materiais produzidos pelos discentes do magistério indígena, afirma que muitos trabalhos de pesquisas ficaram sob a responsabilidade da SEC-BA, que ficou na responsabilidade de organizá-los e publicar, mas até o momento isso não aconteceu.

A obra *Leituras Pataxó: Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas* (2005), produzido pelos professores indígenas e organizado pela Secretaria de Educação da Bahia - SEC, a Universidade do Estado da Bahia- UNEB, a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com apoio financeiro do Ministério da Educação, foi a compilação das principais pesquisas dos professores Pataxó nessa formação, e a sua produção foi destinada ao uso nas escolas indígenas Pataxó do Ensino Fundamental, principalmente nos anos iniciais.

A partir dessa experiência outros materiais didáticos específicos foram produzidos ao longo do tempo, tais como: Uma História de Resistência Pataxó (2007) organizado pela SEE-BA, UFBA e ANAI; Inventário Cultural Pataxó: tradições do Povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia (2011), organizado pelo Instituto Tribos Jovens – ITJ, coordenado por um indigenista, com a participação de estudantes, lideranças e pesquisadores Pataxó, que participaram de oficinas preparatórias, e os livros foram distribuídos nas escolas indígenas do município de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Prado, tornando-se um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores da escola da Aldeia Velha.

Em relação ao material didático da língua materna, Patxôhã, foi produzido uma cartilha que continha o histórico do Povo Pataxó, orientações pedagógicas e um vocabulário com palavras escritas em Patxôhã e traduzidas na língua portuguesa. Apresentaremos a seguir, um breve histórico de alguns encontros realizados pelo grupo Atxôhã.

O grupo de pesquisa realizou vários encontros com a finalidade de discutir o andamento dos trabalhos e a produção de material didático. Dentre eles, o encontro realizado em Salvador em 2009, que teve como proposta a criação de uma coordenação dentro do grupo que pudesse auxiliar os professores que trabalhavam com a língua materna nas comunidades Pataxó.

Em 2011, houve um encontro em Porto Seguro **que** contou com a participação dos professores indígenas da língua materna, diretoria e coordenação de educação escolar indígena da Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, que auxiliaram na organização dos conteúdos programáticos do Ensino Fundamental.

Dando continuidade no acompanhamento e discussões da pesquisa, realizou-se um novo encontro na Aldeia Velha em 2014, e na ocasião foram convidados os alunos indígenas que estavam cursando a Licenciatura Intercultural do IFBA – Campus Porto Seguro.

Em 2015, o encontro aconteceu na Aldeia Pé do Monte e, neste encontro, ocorreram várias oficinas de orientação dos grupos presentes com a finalidade de atualizar informações da cartilha e, ao final, foi apresentado o esboço do projeto para a confecção de uma nova cartilha de orientação pedagógica da língua materna, o que resultou na produção do livro TARAKWATÊ IÕ PATXÔHÃ: ARENEÁ, ÁBWA ÛG AMIX (2018). O projeto contou com a organização dos professores indígenas, e com recursos da PROEXT-MEC/SESu e publicado pela UFSB em 2018. Este livro contém atividades na língua Patxôhã, que auxiliam os professores da língua materna.

Ressalto que todos esses trabalhos acima citados tiveram a participação e contribuição dos professores e lideranças da Aldeia Velha, e no acervo da biblioteca da escola encontramos alguns exemplares deles e de outros livros produzidos por professores Pataxó de Minas Gerais.

O ingresso de professores indígenas Pataxó nos cursos superiores, sobretudo, nas licenciaturas interculturais, vem crescendo significativamente e se desdobrando em pesquisas nas mais diversas áreas e produção de conhecimentos. Estes trabalhos já estão auxiliando os professores em suas práticas de ensino nas salas de aula, contudo há a necessidade de sistematização e publicação no formato pedagógico, pois a maioria dessas pesquisas estão dispersas e não foram publicadas.

Acredito que, com o ingresso dos indígenas Pataxó nos Programas de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente a partir do PPGER, a produção de pesquisas e materiais didático-pedagógicos voltados para as escolas indígenas, ou que abordem a temática indígena para as escolas não indígenas, sejam mais efetivas e sistemáticas, contribuindo na construção e efetivação de novas metodologias de ensino e aprendizagem nas escolas da região.

A presente pesquisa, por exemplo, acentua seu produto final na construção de material didático sobre as vivências e práticas interculturais pataxó, tendo como ênfase a comunidade e escola da Aldeia Velha, cuja finalidade é proporcionar aos estudantes indígenas e não indígenas uma versão das nossas histórias a partir do olhar indígena.

2.4 - Experiência Pedagógica Intercultural, Bilíngue e Comunitária

Diante das discussões que fizemos em que a escola é o reflexo da comunidade e a comunidade é o reflexo da escola, numa perspectiva de uma educação escolar indígena bilíngue e comunitária, apresentaremos duas ações que refletem essa parceria: o intercâmbio cultural e territorial, e os encontros de professores, lideranças e pesquisadores de Patxôhã a língua materna do Povo Pataxó.

2.4.1 Intercâmbio Cultural e Territorial⁶

⁶ Este projeto foi apresentado nos Anais - III Seminário de De (s) colonialidades: Ancestralidade, Educação e Resistência. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) Eunápolis – BA (2019). Fazendo parte de minha trajetória de pesquisa do mestrado.

O projeto é realizado com os alunos do Ensino Fundamental II e conta com a participação de professores, pais, lideranças e membros da comunidade. Ele foi pensado a partir da inquietação da professora indígena da Escola da Aldeia Velha Arnã Pataxó, refletindo sobre a educação escolar indígena, específica, diferenciada, intercultural e comunitária.

A professora suscitou as seguintes questões: como a escola pode refletir sobre uma educação diferenciada, sendo que a maioria dos livros vem de uma tradição do PNLD que não dialoga com as questões indígenas? Como falar da valorização da história do Povo Pataxó, do movimento indígena e suas lideranças enquanto nós professores da Escola Indígena Aldeia Velha estamos apenas lendo as histórias dessas lideranças. Como falar de um território ao qual pertencemos, o território Pataxó, cada uma com suas especificidades, quando a maioria conhece apenas a própria comunidade?

Apesar de ter acompanhado o projeto em sua construção na escola, nos diálogos com as lideranças e demais participantes, não pude ir a todos os intercâmbios, por isso para relatar essas experiências fizemos algumas entrevistas com professores, os alunos, responsáveis pelos alunos, lideranças e principalmente com professora Arnã Pataxó idealizadora e coordenadora do projeto.

A Comunidade e Escola Aldeia Velha ficam sujeitos a esses impactos socioculturais, pois estamos inseridos no distrito de Arraial d'Ajuda, polo turístico de Porto Seguro. Vale mencionar que os alunos da Escola da Aldeia Velha e seus familiares são indígenas não aldeados (conforme relatamos no capítulo I desta pesquisa) e não conhecem a maioria das aldeias indígenas Pataxó. Este projeto torna possível que esses alunos conheçam outros territórios Pataxó, e reafirmem a cultura Pataxó, através dessa vivência e conhecendo outras realidades pois, apesar de sermos Pataxó, cada aldeia tem suas especificidades geográficas, históricas e sociais.

Nesse contexto, de acordo com o PPP da Escola da Aldeia Velha (2014) os principais objetivos do Projeto Intercâmbio Cultural são:

- 1) Conhecer o território do Povo Pataxó.
(Apesar de sermos Pataxó cada aldeia/comunidade tem suas particularidades);
- 2) Proporcionar conhecimento sociocultural das demais aldeias aos alunos da Escola da Aldeia Velha;
- 3) Valorizar questões ambientais;

- 4) Identificar as formas de sustentabilidade das diferentes comunidades;
- 5) Fortalecer o movimento e luta do Povo Pataxó, ouvindo e vivenciando suas memórias históricas através dos anciãos, lideranças, professores e comunidade.

Em 2019, foi realizado o VII Intercâmbio. Faremos um breve relato de cada edição para melhor entendimento de suas especificidades e o contexto geográfico:

I – Aldeia Pé do Monte (2013): Situada no território de Barra Velha, faz divisa com a Reserva do Monte Pascoal. Nesta edição, o grupo foi contemplado com o evento da Marcha de Resistência do Povo Pataxó, na qual os alunos puderam ouvir várias lideranças indígenas e parceiros indigenistas discutindo o movimento e suas pautas de reivindicações. Também participaram de manifestações culturais, conheceram a comunidade e subiram o Monte Pascoal.

II - Mata Medonha (2014). O território e aldeia ficam situados no município de Santa Cruz de Cabralia, a cerca de 50 quilômetros da Aldeia Velha. Devido a dificuldade de transportes e local para abrigar todo o grupo, ficaram apenas um dia no qual os alunos puderam ouvir um pouco da história da comunidade através de lideranças e professores, conheceram um pouco do território, realizaram um **awê**⁷ de confraternização e para finalizar um banho de rio.

III – Barra Velha (2015) e (demais aldeias localizadas no seu entorno, Aldeia Pataxó do Pará, Aldeia Pataxó Bujigão, Aldeia Pataxó Barra Velha e Aldeia Pataxó de Xandó).

Aldeia Pataxó de Xandó: Faz divisa com o vilarejo de Caraíva. Os alunos conheceram a escola, conversaram com algumas lideranças e visitaram Tururim, ancião e grande liderança Pataxó, enfermo na ocasião, e fizeram um awê juntamente com ele.

Aldeia Pataxó do Pará: Localizada em direção ao Monte Pascoal. Nela, os alunos ouviram a história de luta pela construção da Escola através do depoimento de “Coruja Pataxó”, uma grande liderança espiritual, conhecedora de ervas medicinais e cantos Pataxó. Outras lideranças falaram sobre a comunidade e suas histórias de lutas e os alunos participaram de vários awês com os alunos da escola, lideranças e anciãos. Esta comunidade tem uma ligação muito forte com as músicas, nas lutas e espiritualidade, sendo as principais representantes desta força a senhora Coruja e Conceição Pataxó.

⁷ Manifestação cultural Pataxó que envolve principalmente a música, o canto e a dança.

Aldeia Pataxó Bujigão: Limita-se com a foz do rio Corumbau que faz divisa com os municípios de Porto Seguro e Prado. Seus moradores sobrevivem praticamente da pesca e do mangue. Na ocasião, os alunos puderam ouvir histórias dos pescadores sobre a comunidade e dificuldade da comercialização dos mariscos. Os professores falaram sobre os desafios da educação escolar indígena e nossos alunos participaram do awê, praticaram atividades esportivas tradicionais, tais como corrida com maracá e cabo de guerra, além de tomar banho de rio e mar.

Aldeia Pataxó Barra Velha: localizada entre os rios Caraíva e Corumbau, mais conhecida como aldeia mãe. Os alunos ouviram histórias sobre o fogo de 51, histórias das viagens de lideranças em busca de direitos no território, entre outras. Uma das atividades principais da aldeia é o artesanato (faz-se bastante uso das sementes na fabricação de colares, pulseiras e gargantilhas); muitos parentes⁸ vivem dessa atividade e vendem aos próprios parentes para revenda nas praias próximas, além de muitos viajarem para outras cidades para comercializar seus produtos.

A reafirmação cultural na dança, no canto, nos rituais é muito forte na localidade, assim como espiritualidade que busca a força da ancestralidade. Os alunos saíram dessas atividades bastante energizados espiritualmente.

IV- Boca da Mata, Cassiana, Tupiniquins e Meio da Mata (2016). São aldeias Pataxó localizadas dentro do Território de Barra Velha, nas proximidades do Monte Pascoal. Neste intercâmbio, os alunos puderam observar que ali é uma região que realiza atividades de artesanato de madeira (por falta de opção), inclusive há conflitos entre os indígenas e os órgãos fiscalizadores. Os produtos que, na maioria das vezes, são adquiridos por atravessadores, chegam até ser trocados por produtos da cesta básica.

V - Aldeia Indígena Pataxó da Juerana (2017): a Terra Indígena e Aldeia Juerana ficam próximas ao litoral norte de Porto Seguro, há quinze quilômetros do centro de Porto Seguro. Nela, os alunos puderam conviver com atividades na produção da culinária. Ficaram três dias em atividades intensas e específicas; acompanharam e fizeram o processo de transformação da mandioca, na qual foram nas roças arrancar essa raiz, transportaram até a farinheira, descascaram e, a partir de então, fizeram a farinha, o beiju, tiraram a goma e

⁸ Pode ser parente de sangue, ser Pataxó no sentido de irmandade pertencente ao mesmo povo, também comungar dos mesmos ideais na luta e movimento dos povos indígenas.

fizeram bolo de puba, de tapioca, além de ouvirem a história da comunidade através dos anciãos, lideranças e professores.

Numa entrevista realizada em 2019 com a mãe de alunos, a mesma já participou de duas edições, ela faz o seguinte comentário sobre a Aldeia Juerana:

Esse intercâmbio na Juerana viu muitas coisas. Vi eles alegrem, feliz. Somos indígenas, mas fomos criados fora da aldeia na rua, não tinha aquela cultura, o convívio com algumas atividades. Os meninos acharam diferente o local. Não havia sinal de celular, a aldeia é distante do centro urbano, uma área mais agricultável. As casas são distantes umas das outras. Mas, quando começaram a entrar nas roças e arrancarem as mandiocas, percebiam a alegria deles, depois queriam tomar banho de rio. Fomos descascar a mandioca, e no decorrer do dia tirar a goma, descascar o coco, ralar o coco, fazer o beiju, fazer a farinha. Participei de todos os processos. Foi uma ótima experiência, na verdade foi uma aula, nunca tinha feito beiju. E, aqui fiz o beiju. Só tinha acompanhado minha mãe a fazer na Aldeia Velha no início da retomada, mas era muito pequena. Foi incrível ver a transformação da mandioca, ela ser transformada em farinha, no beiju, no bolo. Acabei comentando: ‘Nossa, dona Maria! Como a mandioca pode ser transformada numa coisa tão gostosa, fiquei maravilhada. As pessoas são muito educadas, fomos bem recepcionadas, muita atenciosas. Contudo, são recatadas. Não são pessoas que já vão chegando logo, eles observam e vão chegando aos poucos. E, é uma aldeia muito limpa’ (Mariana Nunes, informação verbal, 2019).

VI – Aldeias Guaxuma, Nova Esperança e Jythai (2018): aldeias situadas dentro do Território de Barra Velha, fazendo divisa com a BR – 101. Uma observação interessante feita pelos alunos, foi quando eles desceram na Aldeia Guaxuma e perceberam que aquela escola tinha muro, e logo perguntaram aos professores sobre aquela situação, pois uma aldeia pequena com muro na escola não é muito comum. Depois entenderam nas conversas que, por ficar próximo à BR, as lideranças entenderam que por uma questão de segurança, era necessário construir o muro.

Os parentes são muitos receptivos e os alunos ouviram histórias nas aldeias de suas lideranças e anciãos sobre a luta pelo território, pois estas terras fazem parte da ampliação do território. Os alunos participaram de atividades culturais, dentre outras atividades.

A Escola da Aldeia Velha já vinha realizando em seus próprios processos de ensino e aprendizagem a valorização e reafirmação de sua cultura ao longo de sua implantação, trazendo consigo a valorização das lideranças, dos anciãos da comunidade, mas estávamos numa nova fase, com novos desafios, novas turmas de adolescentes em fase de

⁹ Entrevista realizada com Mariana Nunes, em 03 de setembro de 2019 na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha.

experimentação. É preciso reafirmar, renovar, reinventar para não sermos engolidos por um sistema impositivo e opressor.

2.4.2 Experiências do Intercâmbio

A professora Arnã Pataxó, em sua sensibilidade de militante, faz a diferença em sua sala de aula ao perceber o movimento das lideranças indígenas. Sua sala de aula não se resume aos quarenta e nove metros quadrados, a sua sala de aula é a escola com seus corredores com todos os colegas de equipe (do porteiro à diretora), podemos afirmar, inclusive, que o espaço da aldeia é também o espaço de escola, cada um com um pouco de conhecimento para contribuir. É sua comunidade com seus anciãos e anciãs, suas lideranças, seu cacique, sua pajé (no nosso caso a pajé é uma mulher) com suas histórias de luta, de movimento, de resistência, com seus conhecimentos ancestrais e o seu território, com sua fauna e flora, com toda sua beleza, repleto de seres humanos e não humanos ameaçados a cada dia. É o seu povo Pataxó!

Na entrevista com a professora Arnã, ela disse que percebeu o movimento que estava acontecendo em seu território Pataxó, especificamente na Aldeia Pé do Monte, ali mesmo no Pé do Monte Pascoal, avistado pelos invasores de 1500. O movimento era a Marcha de Resistência do Povo Pataxó, na qual as lideranças indígenas fazem na segunda semana de agosto um seminário para avaliar a política indigenista Pataxó e encaminhar aos parceiros e órgãos competentes suas demandas.

Avistaram um monte alto, em vinte e dois de abril do ano de mil e quinhentos, o qual deram o nome de Monte Pascoal. E essa terra que eles disseram ter descoberto que, na sua ousadia, sem pedir licença, adentraram e até nomearam, como podemos notar em um dos trechos da carta escrita por Pero Vaz de Caminha¹⁰ e enviada ao rei de Portugal:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza...Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz. (BRASIL, 2015, p.1)

¹⁰Trecho da carta escrita por Pero Vaz de Caminha. Versão completa disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 30/08/2019

Mas foram além, massacraram... Exterminaram... Escravizaram... Expulsaram, mas, essa terra tinha dono... Essa casa tinha dono.... Pois é a casa do Povo Pataxó, do Povo Maxacali, dos Botocudos, dos Aimorés. Mas...Resistimos.

A presença dos índios Pataxó no entorno do Monte Pascoal não está registrada apenas na memória dos anciãos indígenas. Os documentos produzidos por colonos, religiosos e autoridades políticas no período colonial também evidenciam que essa região era tradicionalmente ocupada pelos Pataxó, juntamente com outros grupos indígenas também pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Em uma carta datada de 31 de julho de 1788, por exemplo, o padre Cypriano informava à coroa portuguesa que “nas vizinhanças do Monte Pascoal e nas suas fraldas está situada as aldeias do gentio chamado Pataxó, que saem muitas vezes à praia para pescar tartarugas” (ITJ, 2011, p.20).

Resistimos e, após quinhentos e treze anos de resistência (em 2013 ocorreu o I Intercâmbio), o povo Pataxó e suas lideranças caciques, anciãos, pajés, jovens, mulheres e crianças estavam lá fazendo a **Marcha de Resistência do Povo Pataxó**.

A Marcha Indígena 2000, organizada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500, não terminou. O movimento que levou caravanas de povos indígenas de todo o país para a Conferência dos Povos Indígenas, entre 18 e 22 abril de 2000, em Santa Cruz Cabralia, um contraponto às comemorações do “descobrimento do Brasil”, reafirmou a necessidade destes povos de recuperarem seus territórios tradicionais. (Informação verbal, SANTANA, 2017).

Sim, o movimento não terminou! Desde então todos os anos, em dezenove de agosto, muitos Pataxó e várias lideranças do movimento indígena reúnem-se ao Pé do Monte para reafirmar a resistência e a luta dos povos indígenas (A Marcha de Resistência do Povo Pataxó – Kãdawê Nuhãte Pataxó), onde ocorrem palestras e rodas de conversas de reflexão e produção de apontamento das principais reivindicações do movimento criando, com pauta e agenda das ações.

... conscientes de que o Parque Nacional está dentro dos limites de nossa terra, conforme a história de nossos anciãos, decidimos imediatamente RETOMAR o nosso território, neste dia 19 de agosto de 1999, protegidos pela memória dos antepassados, protegidos pelo direito constitucional [...] pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo da situação que hoje o governo deixou a nossa terra [...] Vamos celebrar os 500 anos em nossa terra, receberemos os nossos parentes de todo o Brasil aqui, no Monte Pascoal, único local possível para construirmos o futuro com dignidade. [...] Mais uma vez pedimos o apoio de toda a sociedade brasileira”. Carta do Povo Pataxó, 1999 (CIMI, 2017).

Dentre essas lideranças, estava Joel Braz, um dos protagonistas da retomada na ampliação do território tradicional de Barra Velha na região do entorno do Monte Pascoal entre 2000 a 2002, narrando¹¹ para os presentes - inclusive para turma de alunos da professora - a luta do Povo Pataxó, os desafios que vinham enfrentando ao longo desses anos de massacre, sua luta pela sobrevivência de seu povo, do nosso povo (também estava presente neste intercâmbio).

Nessa luta, ele relata que foi alvo de um pistoleiro, contratado por latifundiários para matá-lo, e ao perceber a emboscada, para se defender, atirou no pistoleiro que não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Joel foi processado e condenado a prisão domiciliar por 11 anos, determinada em 2006 pelo Supremo Tribunal de Justiça- STJ, num posto da FUNAI localizado na Aldeia de Barra Velha. Joel recorreu da decisão e, em 17 de agosto de 2007, Joel Braz foi julgado e absolvido pelo júri popular na Vara da justiça Federal de Eunápolis - BA.

Como nosso povo fala, estava lá um livro aberto, uma história viva, pronto para ser explorado, a ser indagado, a ser vivenciado. E esses alunos do intercâmbio, participando do movimento, assim como seus ancestrais participaram, agora numa nova conjuntura, envolvendo a educação escolar, com novas ferramentas (máquinas fotográficas, gravadores, telefones etc.) inovando para continuar lutando e resistindo. Percebemos que os problemas continuam: a luta pelo território originário, pela sobrevivência, pelo direito de viver num lugar que sempre foi nosso.

Os alunos de Aldeia Velha, por meio do Intercâmbio Cultural, puderam ouvir Carajá Pataxó, considerado uma grande liderança, um dos maiores articuladores do movimento indígena Pataxó. Ele liderou e auxiliou várias retomadas neste mesmo período do ano dois mil, além de ter sido cacique da Terra Indígena de Coroa Vermelha, presidente do Conselho de Cacique Pataxó, eleito vereador no Município de Santa Cruz Cabralia.

Essa primeira experiência de intercâmbio dos alunos da Escola da Aldeia Velha despertou, na maioria dos alunos e em outras lideranças que atuavam mais no movimento interno das organizações sociais da comunidade, uma vontade maior de lutar pelo povo, de buscar junto aos anciãos os conhecimentos tradicionais, de encontrar na ancestralidade a força dos antepassados para, junto com os parentes, fortalecerem essa incansável peregrinação, mas

¹¹ Como nosso povo passou muito de suas histórias através da oralidade, segundo eles próprios contam que iam às reuniões do movimento em diversos lugares e, depois, conseguiam socializar detalhes nas reuniões comunitárias, chegando a ficar horas explanando.

que se renova a cada pequena vitória, não pequena no sentido de sua extensão, pois seu alcance é grande na renovação de acreditar que é possível e que vale a pena, quando percebemos nesses jovens essa transformação.

Figura -9

Lideranças indígenas no Seminário da Marcha de Resistência na Aldeia Pé do Monte em 19/08/2013.



Fonte: Angelo Pataxó, 2013.

Poderíamos falar de tantas outras lideranças que construíram o movimento do nosso povo, cada uma com sua experiência, contribuição no movimento indígena Pataxó, a exemplo do Cacique Oziel Santana, mais conhecido por Braga Pataxó, da Aldeia Pé do Monte; Jurandy, Cacique da Aldeia Jitay; Sivaldo da Aldeia Guaxuma.

Adeus Monte Pascoal, que lá bem do alto eu vi, a terras dos Pataxó, a terra de onde nasci, a terra dos Pataxó, a terra de onde nasci”.

(Música de encerramento da Marcha de Resistência do Povo Pataxó – Kãdawê Nuhâte Pataxó, realizada nos dias 17/18 de agosto de 2013, na Aldeia Indígena Pataxó Monte Pascoal).

2.4.3 Experiência da professora Arnã na Aldeia Mãe, Barra Velha

A militância dessa professora, seu espírito de liderança e pertencimento que corre em suas veias, e que também é tocado pela força da espiritualidade de seus antepassados precisava dar continuidade, por isso precisava ir ao território que, como os anciãos gostam de afirmar, é a aldeia mãe. Foi lá que iniciou o primeiro aldeamento Pataxó:

Em 1816, o povo Pataxó foi visto pelo viajante alemão, o príncipe Maximiliano, que descreveu a nossa vivência no litoral do “descobrimento” às margens do rio de Alcobaça, conhecido como Itanhém e registrou um pouco de nossos costumes. Na época do império, em 1861, o governo da província da Bahia (Antonio da Costa Pinto) colocou posseiros nas terras onde predominava as nossas comunidades e muitos outros povos indígenas. Essas pessoas que vieram para se apossar do nosso local, logo foram surpreendidos pelos nossos constantes ataques, não tínhamos outra saída,

precisávamos defender o que era nosso. Com o aumento dos conflitos entre índios e brancos, o governo tomou uma decisão, e pegou a força todos os remanescentes indígenas que viviam nas localidades de Porto Seguro e regiões, inclusive os Pataxó. Obrigaram-nos a ser aldeado, na tentativa de nos pacificar. O local escolhido foi chamado “Bom Jardim”, hoje atual Aldeia Barra Velha. (CARMO, 2017. p.12).

Ir à aldeia é sentir o massacre de 51 ou fogo de 51¹², é sentir o massacre vivo e latente nos olhos dos anciãos, lembrado no silêncio de Dona Zabelê... o que as palavras não conseguem expressar. No máximo algumas lágrimas, pois no silêncio ela consegue expressar o que nenhuma escrita poderá fazer.

Sou filha de Barra Velha, mas não tenho vontade de ir pra Barra Velha mais, porque lá já sofri demais, o meu pai e a minha mãe... Morro por aqui mesmo, não que eu esteja me julgando, porque não tenho coração pra chegar e morar lá, fico lembrando o que fizeram com os meus pais, vou morar na praia mas lá eu não volto. - um silêncio se dá, e ela não consegue continuar falando- (depoimento de Zabêle, em visita na Aldeia Tibá, em Cumuraxatiba, em 2011).

Um dos objetivos previstos no projeto de intercâmbio da Aldeia Velha é que esses alunos possam vivenciar, conhecer e ouvir dos anciãos e anciãs as memórias históricas. Apesar de uma realidade triste narrada por esses anciões, é necessário ouvi-los para mantermos a história viva e fortalecer a continuidade da luta, bem como para conhecer as histórias das aldeias deste território.

Organizar este um projeto dessa natureza pressupõe muita articulação com as comunidades, pais e parceiros, pois uma aula que perpassa as paredes da comunidade demanda trabalho e muitos desafios, conforme aponta Gallo (2002, p. 05).

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da LDB, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos.

¹² O fogo de 51 é um marco bastante trágico na história do Povo Pataxó. Dois homens procuraram pelos Pataxó dizendo que tinham interesse em demarcar suas terras, que enfrentavam conflito com o governo do Estado e que queriam criar o Parque Nacional do Monte Pascoal, território Pataxó. Eles induziram alguns indígenas e provocaram um assalto na mercearia. Os policiais de Prado e Porto Seguro, nas perseguições, como “consequência”, atearam fogo nos barracos, destruíram roças, dentre outras atrocidades (Barra Velha o Último Refúgio, 1982, p.22).

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas.

Sobre a Educação Escolar Indígena Diferenciada e seus espaços de realização, encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o seu fundamento. Em seu artigo 78, a lei assegura: O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

Figura - 10

Alunos e lideranças do Intercâmbio na Aldeia Barra Velha em 2015.



Fonte: Angelo Pataxó, 2015.

2.4.4 Planejamentos e Desafios na Realização do Projeto Intercâmbio Cultural

Na entrevista com a professora Arnã, ela afirma que desde o início do projeto houve vários desafios para a execução do intercâmbio. O primeiro desafio era conseguir transporte¹³ para as cinquenta pessoas (entre alunos, professores, lideranças e representantes

¹³ Quis comentar sobre o transporte, alimentação, abordar toda a logística para demonstrar que não é fácil fazer acontecer o projeto. É necessária muita força de vontade e persistência. Montar o cardápio, o roteiro das ações *in loco*, Como eles irão orientar suas aulas de campo - pois é uma aula interdisciplinar -, orientam de que forma cada grupo fará seus trabalhos de pesquisa, a divisão de tarefas (tem o que ajuda na preparação do alimento, o do registro das filmagens) etc. Como resultado do intercâmbio, os alunos apresentaram um seminário aos demais colegas, apoiadores, servidores e comunidade, compartilhando toda experiência vivenciada.

da comunidade): fizeram ofício e encaminharam para a Secretaria de Educação, esperaram a resposta e, diante da demora, foram pessoalmente ao setor responsável, convencer e explicar que se trata de uma aula diferenciada (o percurso entre a Aldeia Velha e Barra Velha é de 80 quilômetros de asfalto e um trecho de estrada de chão para chegar ao rio Caraíva; depois há a travessia do rio e uma caminhada de um quilômetro de areal, para pegar um novo transporte e seguir cerca de seis quilômetros para chegar ao centro da Aldeia de Barra Velha).

O segundo desafio era conseguir alimentação para os cinquenta participantes. A direção da escola encaminhou um ofício solicitando apoio à Secretaria de Educação, outro para a Superintendência de Assuntos Indígenas do Município (hoje transformada em secretaria), e outros ofícios para alguns parceiros. Também havia contribuição de alimentos da própria comunidade (os professores percorriam a comunidade, com uma galeota, pedindo alimentos não perecíveis).

O Grupo de Cultura da comunidade faz apresentações culturais no Eco Parque do Arraial d'Ajuda (canto e dança), bem como em outros lugares no qual recebem cachê em dinheiro. Percebendo a relevância do projeto eles fizeram uma apresentação no Eco Parque do Arraial d'Ajuda e doaram o valor para comprar pedaços¹⁴ e temperos.

Nos intercâmbios dos anos posteriores, já fizeram diferente: como o evento acontece geralmente no início no mês de agosto, e o projeto começou a fazer parte das ações do ano letivo na escola, foi acordado pela equipe escolar que no mês de abril – mês em que há várias manifestações referentes ao “abril indígena”, a equipe de alunos e professores fazem apresentações culturais, canto, dança, oficina de pintura e palestra cultural nas escolas do município, com principal objetivo é dar visibilidade às tradições e história do povo Pataxó de Aldeia Velha, e falar desses indígenas na contemporaneidade, desmitificando visões estereotipadas. Em contrapartida, são arrecadados alimentos para serem usados no intercâmbio.

Quando arrecadamos bastante alimentos, parte deles é usado na festividade do dia 29 de abril da Comunidade da Aldeia Velha (evento que comemora mais um ano de retomada e resistência). Neste dia, promovemos jogos tradicionais, roda de conversa e oferecemos alimentos tradicionais aos participantes e convidados (estimamos que servimos mais de 400 almoços), tudo com apoio da escola.

¹⁴ Termo usado para se referir a carne, frango, peixe ou caça.

Diante do exposto, percebe-se que é um projeto desafiador, trabalhoso, que rompe com o sistema escolar colonizador. Na entrevista com a professora Arnã, ela comenta:

Quando você sai, tem de brigar com a coordenação, com a direção, com a secretaria de educação. E quando sai, você paga um preço, às vezes pensamos em desistir. Alimentação, cardápio, quantitativo em cada aldeia, não há muita parceria da prefeitura, daí procuramos outros parceiros. Há momentos que dá vontade de desistir, mas respiramos, fazemos e no final acaba dando certo. A questão geográfica da Escola da Aldeia Velha impacta nesses desafios. Ela está dentro desse contexto, está próxima a Porto Seguro, estamos de certa forma numa ilha, cercados por bairros do município. Este cerceamento influencia o corpo docente, às vezes parece que estamos lutando meio que só, parece que você está gritando e pedindo socorro. Daí fazem uma reflexão e vejo professores, diretores, caciques, lideranças em si, em seus cargos não por militância em si, mas profetas. Não quero ser uma líder de meu povo para alimentar o ego, nem tampouco para decepcionar meu povo, assim como me decepcionei com vários líderes. Quero ser militante, quero fazer a coisa acontecer. E para isso, quantas noites de sono perderam para as coisas acontecerem, os feriados, estamos fazendo cardápio, roteiros e contatos (¹⁵Arnã, informação verbal, 2019).

Com essa experiência protagonizada pela professora Arnã, estendemos uma homenagem para inúmeros professores militantes que realizam experiências semelhantes, que são energias promotoras de micro revoluções que viabilizam a implantação de Educação Escolar Indígena Diferenciada. Gallo (2003), ao tratar da leitura sobre Deleuze e a Educação, diz:

O professor seria aquele que procura viver a miséria do mundo, e procura viver a miséria de seus alunos, seja ela qual for, porque necessariamente miséria não é apenas uma miséria econômica; temos miséria social, temos miséria cultural, temos miséria ética, miséria de valores. Mesmo em situações em que os alunos não são nem um pouco miseráveis do ponto de vista econômico, certamente eles experimentam uma série de misérias outras. O professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente (GALLO, 2003. p.61).

No âmbito dessas experiências, há um enriquecimento para todos envolvidos. Uma verdadeira troca de saberes, entre organizadores, pais, alunos, lideranças dentre outros.

Como resultado deste intercâmbio, nas próximas páginas iremos apresentar depoimentos de um ancião e uma anciã, importantes lideranças do Povo Pataxó, também relatos dos responsáveis pelos discentes expressando suas vivências, o encontro e reencontro dos parentes e depoimentos dos alunos, bem como socializaremos o seminário que a escola

¹⁵ Entrevista realizada com Arnã, em 16 de agosto de 2019 na Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha.

organiza após cada intercâmbio, como uma culminância do projeto, cujo objetivo é socializar e expressar parte dessa vivência à comunidade escolar que não puderam ir ao intercâmbio.

2.4.5 Protagonismo Feminino na Resistência Pataxó

Vamos relatar o protagonismo de uma liderança feminina, a entrevista da anciã Maria Coruja foi concedida à professora Arnã, realizada no intercâmbio de 2015, na Aldeia Indígena Pataxó do Pará, ela começa assim:

Boa tarde minha gente, boa tarde meus irmãos. Agora eu vou contar a minha história, quando nós pispiciemos (começamos) esse colégio. O sofrimento que eu e aquele velho passamos (apontava o dedo referindo-se ao seu marido). Nós achávamos muito difícil e muito doído nossos filhos sair daqui e estudar em Barra veia (a distância entre Barra Velha e Aldeia Pará é de seis quilômetros). Fomos a Porto Seguro e procuramos o prefeito. Ele disse que pode deixar Coruja que vou fazer um colégio pra você. Enfatiza que foi várias vezes com seu companheiro a Porto Seguro. Com isso passaram a gestão de três prefeitos. Passaram fome, passaram sede e até privações fisiológicas. Depois de muita insistência conseguiram tábuas que deixaram em Caraíva (Vilarejo que fica cerca de 12 quilômetros de distância da Aldeia). Daí Chimo teve dó de nós e trouxe até Barra veia (Chimo era administrador do vilarejo de Caraíva). De Barra veia trouxeram até o porto da onça, pra depois trazer para cá. Eu, esse velho, as crianças e uma Jega. Lutou, lutou e conseguiram a primeira pequena escola feita de tábua. Agora foram atrás de professores, o primeiro professor foi o parente indígena Nagó que morava em Barra Velha. Agora foi nas casas dos parentes atrás do registro de nascimento das crianças para fazer a matrícula. Nagô saiu, e veio Sinivaldo, ele não ficou muito tempo e, ela foi atrás de Aurinho pra da aula (Aurinho tornou-se diretor da escola de Barra Velha e licenciou pela FAE-UFMG). Essa escola, aí essa escola minha filha...a história da escola acabou. **Sabemos que esse só foi início da continuidade da luta pela escola.**

Ela continua:

Agora essa estrada (da estrada principal até a entrada da Aldeia deve ter cerca de uns três quilômetros) a estrada foi esse velho e os filhos, três meninos e três meninas (todos de menor) foram tirar essa estrada na enxada, foi na enxada essa estrada que foi tirada daqui até lá. Pra vocês verem a lonjura. Já eu fazia o mângute (comida em Patxôhã) pra eles comerem... Agora o poço de água. Esse poço de água deu um sacrifício para eu puxar ele praqui. Eu e ele (o companheiro) saímos a procurar da FUNASA – Fundação Nacional da Saúde-, porque eu não podia descer a ladeira até o rio mais próximo para puxar água para cá. Daí fomos, daí que rolo, que rolo pra esse poço vim, aí eu disse a não, já está demais. Chamei o chefe e disse vai fazer o poço ou não? Ele ficou enrolando e meio sem segurança, disse vou fazer. Tornei a perguntar vai fazer o poço ou não? Daí voei e com as mãos agarrei a gola da camisa dele e perguntei vai ou não vai fazer o poço? Ele respondeu vou fazer. E com três dias apareceram os técnicos da FUNASA na Aldeia para iniciar a abertura do poço. Fui eu, essa velha e aquele velho na

luta para conseguir apenas um poço. Veja o quanto sofremos para colocar a escola, fazer a estrada e colocar água nessa escola, nessa comunidade, isso aqui minha filha não é para mim e para a comunidade (Entrevista da Anciã Coruja Pataxó, no intercâmbio realizada em agosto de 2015 na Aldeia Indígena pataxó do Pará).

No relato de Coruja Pataxó, percebemos o quanto é árdua a luta dos povos indígenas nos seus territórios, quantos desafios e sofrimentos para proporcionar o mínimo de dignidade ao seu povo, na implantação de políticas públicas de cunho obrigatório nas mais diferentes esferas, neste caso a implantação da escola na comunidade.

Perceber o protagonismo da mulher indígena juntamente com seu companheiro, sempre caminhando lado a lado, sua família unida em suas tarefas e labutas é a demonstração do espírito coletivo e de união dos povos indígenas.

Tão parecida à luta de dona Coruja são as lutas de outras mulheres indígenas guerreiras que protagonizam a história de seu povo, a exemplo de dona Josefa que lutou pelo direito territorial, em confronto com o Estado quando foi implantado o Parque Nacional do Monte Pascoal; dona Zabelê, pela resistência, ensinamentos e divulgação da língua Patxôhã (língua materna do Povo Pataxó); Nitinawã, que foi uma das pessoas que esteve na linha de frente na implantação do Etnoturismo da Reserva da Jaqueira; Arnã, pela preservação das tradições Pataxó na Aldeia Velha, dentre outras.

Para evidenciar e valorizar o protagonismo das mulheres da Comunidade e Escola da Aldeia Velha, a atual diretora da Escola Aldeia Velha, Aline Silva de Andrade trouxe como tema de pesquisa de seu TCC, no curso de Formação Intercultural para educadores Indígenas, na Universidade Federal de Minas Gerais. O tema: **Lutas e Conquistas: Mulheres Indígenas Pataxó de Aldeia Velha** (Andrade, 2016, p.9). A pesquisadora afirma que o assunto é de suma importância e que muitas vezes é deixado de lado.

A professora Aline Andrade foi a primeira indígena da comunidade a concluir o referido curso. As mulheres escolhidas para contribuir em sua pesquisa foram: a professora Marialva uma das protagonistas a lecionar na Escola da Aldeia Velha, a professora Arnã Pataxó uma das principais lideranças no fortalecimento da cultura da Aldeia Velha, sobretudo em relação ao canto, dança e língua pataxó. Dona Nair, anciã e uma das primeiras famílias residente desta TI, tem grande habilidade em fazer esteiras de taboa, produção de farinha e derivados da mandioca (esses conhecimentos são compartilhados na educação escolar na escola da aldeia).

Dona Esmeralda, que tem grande conhecimento com as ervas medicinais, ela faz remédios caseiros que são utilizados por moradores da comunidade e visitantes que sabem dos benefícios e vem em busca desses medicamentos. E a Pajé Jaçanã que é parteira, benzedeira e tem grande conhecimento das ervas medicinais, tendo em seu quintal uma variedade enorme de plantas que servem como fonte de estudos para os alunos da escola. Inclusive a coordenação da Escola Aldeia Velha fez um projeto para os alunos dos anos iniciais entre os anos de 2010 a 2013, denominado Quintal Pedagógico.

2.4.6 Luta Pelo Direito ao Território

Na entrevista do ancião e pajé de Barra Velha, Albino Pataxó, que foi concedida a professora Arnã, realizada no intercâmbio de 2015, na Aldeia Indígena Pataxó de Barra Velha, ele conta sobre a luta dos parentes em viagens a Brasília (DF):

Chegamos aqui fizeram uma reunião que era pra gente ir pra Brasília. Quem é que vai? Vai Chico Palha, Luís, Parmiro, João e Paulo esses vão para Brasília. Chico Palha assou um saco de peixe e colocou farinha de Pubá, mas como ele não aguentava mais andar estava aleijado da perna (e frisa: assim como eu). Manoel Santana deu a ele um jegue pra ir montado até o Prado, lá deixou o jegue e foi a pé até a prefeitura pedir ajudar ao prefeito. O prefeito disse vocês que querem ir a Brasília, vão morrer todos de fome, vocês querem trabalhar pra mim daí vocês arrumam dinheiro vão a Brasília ou voltam para casa. Os outros foram trabalhar e ele foi para rua, quando ele chegou os meninos já tinham cozinhado a comida, ele pegou o feijão misturou com a farinha colocou em seu chapéu e curvou, foi em sua caminhada. Quando chegou à tarde perguntaram cadê o velho? Foram procurar e, encontraram um guarda e perguntaram se ele havia visto um velho, o guarda disse que não, mas retrucou como vocês deixam um velho por aí de qualquer jeito, vão dá conta senão prendo vocês. Começaram a caminhar e procurar daí encontram um homem tocando uns cavalos (uma tropa de animal nessa época não havia carros nessa redondeza, eram tropas com 30 a 40 animais) e perguntaram se havia visto um velho? Ele disse encontrei muito longe daqui, lá perto de pampam, perto de uma serraria, ele estava todo molhado esquentando fogo. E um velho roco, da camisa listrada, calça preta, chapéu de couro? Sim. Ele está longe daqui. Eles voltaram quando deu de madrugada eles se mandaram, chegando lá na cidade o velho estava embarcando no trem de ferro.

Ele acenou e disse vem anda ligeiro, anda ligeiro, eles pularam, e embarcaram e deixaram os outros para trás. E foram bater em Brasília. Depois de um mês eles chegaram de volta. O chefe de posto do parque do Monte Pascoal chegou e disse e aí velho você andou em Brasília? Ele respondeu sim andei. Brasília o que mandou pra mim, mandou alguma coisa? Sim, mandou. Passou a mão num arco e disse aqui. O chefe disse isso é seu, você não trouxe nada. Você não foi a Brasília nada, daí foi embora. Quando ele saiu juntamos de novo aí já foi finado Alfredo Braz e Luís Capitão. Aí nós demos dinheiro pra ele viajar, seis mireis foi o que demos

pra eles viajarem. Foram bater em Brasília. Quando chegou o chefe do posto soube e veio aqui de novo pra saber. Eles lhe entregaram um papel. Ele disse agora vocês foram a Brasília vocês têm direito de morar aqui dentro, mas fazer roça só de enxada até resolver isso (estava falando a demarcação do território). Ficamos por aí, depois foi criado a FUNAI. O pessoal comentava vai sair uma carta do território, eles diziam fica ai bobo esperando, esperando de pé até cansar, antigamente íamos a pé e buscar....e faz um comentário aos mais novos, se fosse antigamente vocês não ganhavam isso aqui (falando do território), pois muitos tem medo de andar (Albino pataxó, informação verbal, 2015).

Na entrevista do ancião Albino, a professora Arnã estava junto com seus alunos, na oportunidade ela faz o seguinte comentário:

Vocês estão entendendo o que ele está falando, eles dizem que as lideranças antigas conseguiam. Hoje já está meio complicado, pois muitas lideranças só querem ir de carro, avião e hospedar em hotel. Os antigos não se intimidavam se fosse a pé, se fosse de jegue, eles iam buscar o direito a demarcação do território. Isso não sou eu que estou falando, quando falo em nossas aulas, na comunidade. E, ele este ancião que presenciou e fala. Quando ele fala de Luís Capitão, Manoel Santana (que inclusive está vivo e reside na Aldeia Boca da Mata). Estamos falando de lideranças que lutaram pela demarcação do território de Barra Velha. Como vocês presenciaram, em nossa vinda passamos pela Aldeia Pataxó Xandó, que faz parte do território conhecemos Tururim Pataxó e fizemos um ritual com ele (Arnã, informação verbal, 2015).

Entrevistamos em janeiro de 2019 o aluno da Escola Aldeia Velha, Saimon Aguiar, ele participou de quatro edições dos intercâmbios e nos fala da importância do intercâmbio:

Estudei na Escola indígena Pataxó Aldeia Velha desde os quatro anos de idade até concluir o Ensino Fundamental II e participei dos intercâmbios de Boca da Mata, Barra Velha, Guaxuma e Juerana”. Segundo ele foi importante à preocupação da escola de levar os alunos a conhecerem outras aldeias distantes, e com seu contexto histórico de lutas diferentes. Na qual puderam conhecer através dos relatos dos mais velhos e lideranças de cada aldeia as histórias do começo até os dias atuais, a forma como eles vêm lutando, resistindo, reafirmando a cultura, preservação do meio ambiente, luta pelo território dentre outros. Os organizadores fizeram o projeto priorizando e abrindo as portas para os jovens, como se fosse a oportunidade de estarem empenhando na sua própria cultura, como se fosse um caminho traçado, para que ele não se perca em sua própria história. Percebi que muitos alunos após participarem do intercâmbio ficaram mais ligados, pois ao oportunizar aos jovens, e se ele gostar destes, irá cada vez mais procurar se comprometer e se dedicar a cultura. Os alunos ouvindo e vivenciando essa realidade ficam mais fortalecidos. Ao ouvir os anciãos através do intercâmbio, ficamos preocupados com que essa cultura viva nessas memórias possa dar visibilidade à sociedade com isso fortalecendo o povo em sua coletividade. Ao participarmos dos quatro intercâmbios e completarmos o ciclo do Fundamental II, pudemos perceber o desenvolvimento e envolvimento de cada aluno com a comunidade Pataxó. Com isso poderemos mostrar a sociedade envolvente a nossa união em cada aldeia no fortalecimento da luta e resistência enquanto povo.

Cada aldeia tem suas histórias, seu contexto, sua realidade de luta e território mesmo sendo Pataxó. As manifestações culturais de cada uma são diferentes, mas não deixam de praticar. Percebi nos rituais e awê que a forma de cantar, dançar, a batida do maracá difere em cada aldeia inclusive da nossa também. Interagimos nas atividades culturais em todas elas. Praticamos jogos tradicionais, fizemos rituais, dançamos awê, ajudamos na culinária principalmente na Juerana nas transformações do derivado da mandioca. Com isso fortalecemos nossas praticas culturais. O exemplo tem os Jogos Infanto Juvenil que acontece em novembro em nossa escola que a princípio parece não ter relação um com o outro, mas estão relacionados, pois faz parte da cultura. Quando voltamos do intercâmbio trazemos conhecimentos, trazemos o espírito, a vontade, a lembrança de cada momento vivenciado que essa experiência nos passou. Trazemos para os jogos músicas que ouvimos nas outras comunidades e cantamos, trazemos valores, adereços. Essa força espiritual que experimentamos é trazida para fortalecer a nossa cultura (Saimon Aguiar, informação verbal, 2019).

Outra entrevista realizada em janeiro de 2019 foi com a servidora e mãe de alunos da Escola Aldeia Velha, Fátima Bomfim, que participou de quatro intercâmbios. Ela nos fala sobre a importância do intercâmbio para o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos.

Os alunos vêm com a visão totalmente diferente, principalmente os que nunca participaram retornam com bem mais energia, com vontade de participar da cultura, do awê, das pinturas. Percebi nos meus filhos, maior interesse nas disciplinas, houve uma melhora nas notas. Eles saem daqui com uma visão e retorna com outra conhecendo outras realidades, também acabam valorizando mais a nossa comunidade principalmente nossa escola que tem uma melhor estrutura física. Pois, mesmo com estruturas precárias em algumas escolas, eles perceberam interesse dos alunos no aprendizado (Fatima Bomfim, informação verbal, 2019).

Os territórios Pataxó são fundamentais para a reprodução física e cultural de suas comunidades/aldeias, nele que conservamos nossos modos de vida, saberes, fazeres, a memória de nossos ancestrais, cosmologia dentre outros. Além dos alunos estudarem sobre as questões geográficas, históricas, sociais, fauna e flora que são sistematizados na produção de suas pesquisas na educação da Escola Aldeia Velha. Ao ouvir os depoimentos das lideranças e anciãos e anciãs, fortalece sua afirmação e envolvimento cultural de seu povo, com isso eles retornam com mais comprometimento com as questões socioculturais da Aldeia Velha.

2.4.7 Reencontrar Parentes, procurando suas Raízes

Sempre dizemos que um Pataxó conhece outro. Ao irmos pela primeira vez nas aldeias Pataxó, quando não conhecemos pessoalmente seus moradores, os mais velhos sempre perguntam: Você é de que família? Quem são seus parentes? Como faço parte dos indígenas

que eram não aldeados, pois a Aldeia Velha foi a primeira comunidade que morei, isso já com vinte e nove anos de idade. Diante o contexto presenciei e participei de algumas dessas indagações, e no decorrer da conversa com esses mais velhos, eles vão falando que conheceram meus avós, ou que conhecem meus tios, dentre outros parentes, ou seja, sempre haverá um grau de parentesco ou de conhecimento do parente.

Cada comunidade/aldeia define com suas lideranças e moradores os critérios de reconhecimento de seu povo, mas de forma geral o reconhecimento de um Pataxó dá-se pela sua auto - afirmação enquanto Pataxó, mas é preciso ser reconhecido pelo grupo. Sem essa referência, o ser Pataxó é até questionado.

Numa entrevista que realizamos com a moradora da Aldeia Velha a senhora Mariana Nunes, mãe de uma aluna da Escola Aldeia Velha nos relatou que na roda de conversa com o pajé de Barra Velha. ocorrida no intercâmbio de 2015, sua filha perguntou ao pajé Albino se conhecia seus avós. A aluna começou a falar o nome de seus avós, seus tios e tias. Ela e seus pais não haviam morado em nenhuma aldeia antes da Aldeia Velha, mas tinham parentes em outras comunidades. Ao longo da conversa, perceberam que a relação entre os seus avós e o pajé era bem próxima, eram compadres e primos nos diferentes graus, conhecidos etc. (ter esse reconhecimento na relação de parentesco com a aldeia mãe é sinônimo de afirmação e orgulho enquanto Pataxó).

Os indígenas, principalmente aqueles pertencentes à Aldeia Velha, por ser uma comunidade formada por indígenas não aldeados, sofrem discriminação dos próprios parentes que não conhecem a história de muitos que aqui residem. É nesses encontros com os mais velhos e lideranças. que se afirmam e constataam essa indianidade e a relação com os demais parentes Pataxó dentro do território.

Já no intercâmbio, realizado na Aldeia Juerana no ano de 2017, fizemos uma entrevista com Mariana Nascimento, mãe de uma aluna da Escola Aldeia Velha e ouvimos o seguinte relato:

Lá encontramos parentes, fomos conversando e percebendo o grau de parentesco. Espero voltar de novo para rever os parentes. Na Aldeia Pataxó do Pará, minha sobrinha falou com minha filha. Essa é sobrinha de minha avó, então ela é prima. Nossa, não sabia! Já te conhecia e não sabia que era prima...isso é muito legal. Já esse que foram na Aldeia Bujigão, ela encontrou a prima de mãe, tirou uma foto e mandou. Essa é prima de minha avó. Nem sabíamos que tínhamos tantos primos em outras aldeias (Mariana Nunes, informação verbal, 2019).

Como se vê, ao longo dessas experiências, os alunos obtêm conhecimentos de algumas aldeias, com seus contextos históricos e sociais, ouvem relatos de pessoas que vivenciaram e vivem na luta por melhoria nas condições de vida para o nosso povo e suas comunidades, promovendo o fortalecimento da identidade e o orgulho de ser Pataxó.

2.4.8 Seminário

Figura - 11

Alunos fazendo oração indígena na abertura na Escola Aldeia Velha do seminário em 2015



Fonte:

Angelo Pataxó, 2015.

Após o retorno à comunidade de Aldeia Velha, é organizado a apresentação de um seminário que tem como objetivo socializar as experiências com os colegas que não participaram da atividade, assim como com os professores, família, servidores e pais/responsáveis. A partir daí, os alunos recebem um roteiro com temáticas que irão nortear a continuidade de suas pesquisas, sendo que as principais temáticas são sustentabilidade, meio ambiente, processo histórico da comunidade e/ou território. São atividades que colaboram na construção de novos conhecimentos e que serão avaliativas no processo de ensino e aprendizagem.

O referido seminário acontece no período noturno (as aulas acontecem no turno diurno), e as apresentações são realizadas através de encenações, imagens, vídeos, relatos, dentre outros materiais que foram utilizados. As apresentações fazem parte do processo avaliativo nas diversas disciplinas. Os grupos são organizados através de sorteios entre as

turmas do 6º ao 9º ano, entre os alunos que participaram da atividade (lembrando que existe uma média de 120 alunos no Ensino Fundamental II, destes só 50 vão ao Intercâmbio).

Observa-se o grande envolvimento dos alunos e o esforço para fazer uma boa apresentação. Muitos pais pensam que o Intercâmbio Intercultural é apenas um passeio e até dificultam a ida dos filhos (às vezes os professores têm que conversar pessoalmente e convencer os pais sobre a ida dos alunos), mas, depois de assistirem o seminário, saem com outra visão e percebem que a atividade se configura como atividade de campo que propicia conhecimentos diversos, pesquisas e fortalecimento do povo.

Podemos afirmar que vai além do que os pais possam ver ou perceber, pois o verdadeiro impacto está no fortalecimento espiritual, na atitude dos envolvidos em atividades inerentes à escola e na própria comunidade. É o que constatamos na entrevista realizada em janeiro de 2019, com Mariana Nascimento, mãe de uma aluna da escola Aldeia Velha:

É uma educação diferenciada em que eles aprendem com os mais velhos, com professores das outras escolas, aprende sobre o meio ambiente, sobre a cultura¹⁶. Fortalece muito a cultura, e uma aula de campo, que eles participam e gostam muito. Os alunos fazem questão de ir. Fui ao intercâmbio e achei muito diferente, como comento sempre com minhas filhas essa sua escola é diferenciada. Nem a escola particular tem essa coisa boa, que apresentam a vocês. São professores, são pessoas que se preocupam com vocês, se dedicam. Os professores cuidam melhor de seus alunos, todo mundo conhece todos, se acontecer alguma coisa estão ali prontos para ajudar. Sou muito feliz porque meus filhos estudam numa escola maravilhosa como essas. Aqui nos intercâmbios além da aprendizagem nadaram no rio, passearam de barco, foram ao mangue. Sempre deixo minhas filhas irem pra elas verem como vivem os demais parentes (Mariana Nascimento, informação verbal, 2019).

Ao longo da pesquisa, percebemos o engajamento dos alunos, melhoria no comportamento, no envolvimento das atividades culturais e, principalmente, do movimento da educação escolar indígena. Todo esse contexto é levado em consideração para que a equipe organizadora possa escolher os alunos para o próximo intercâmbio.

2.5 - Patxôhã - Língua Materna do Povo Pataxó

¹⁶ Ao longo do artigo, procuramos sempre falar da cultura, no entendimento em que a mesma está relacionada às manifestações culturais envolvendo o awê, as pinturas corporais, faciais, aos adereços, tupsay, colares, brincos, o cocar, o maracá, os jogos, tradicionais, os rituais, a participação nos movimentos sociais no sentido de reivindicar direitos seja pela saúde, pela educação, pelo território; ao respeito aos mais velhos e às suas histórias de luta; entender o território com essas manifestações materiais e imateriais, buscar força na cosmologia Pataxó tendo na ancestralidade sua referência de luta e empoderamento.

A imposição da língua portuguesa aos povos indígenas fez com que muitas comunidades perdessem suas línguas maternas, outras foram adormecidas, ficando na memória de alguns anciãos e anciãs indígenas, que a transmitiram às novas gerações através da oralidade.

A língua Pataxó ficou adormecida por décadas, mas, com a necessidade de reafirmar as suas tradições, lideranças Pataxó, estudantes, pesquisadores e alguns parceiros fizeram o que Bomfim (2017) irá chamar de retomada da língua Pataxó:

Desde 1998, os Pataxó desenvolvem um trabalho de “retomada da língua”, resultado de um esforço coletivo. Como terras podem ser retomadas, na luta, assim línguas podem ser retomadas e isso começou a acontecer antes de 1998. Já havia uma preocupação das lideranças e dos mais velhos pelo fortalecimento da cultura pataxó, inclusive da língua. Assim, num primeiro momento, foi sendo experimentado o ensino do Pataxó nas escolas das comunidades de Barra Velha, com um primeiro professor de “Língua e Cultura” conhecido como Antônio Arauê, e na escola da comunidade de Carmésia, em Minas Gerais. Zabelê, em Cumuruxatiba, foi uma das últimas “línguas” preocupados com a transmissão de conhecimentos linguísticos e culturais para seus filhos e netos, fora da escola. O processo de “retomada” da língua se acentuou e tomou novos rumos a partir de 1998, com uma forte mobilização de jovens e de professores pataxó da Bahia, que elaboraram o Projeto de Pesquisa e Documentação da Cultura e Língua Pataxó, formando um grupo de pesquisadores indígenas motivados pelo desejo de reaprender a língua e de fortalecer a “cultura” Pataxó. Significativamente, essa iniciativa se articulou com a luta pela criação da Reserva Pataxó da Jaqueira, área de preservação ambiental da Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, retomada em 1997. O estudo e a pesquisa documental e de campo, realizados pelos pesquisadores Pataxó, tiveram como resultado uma proposta de escrita, condição da elaboração de uma gramática e do registro de novas palavras (vocabulário), tudo aprovado pelo conselho de caciques Pataxó em 1999 e socializado nos encontros entre as aldeias. Com o apoio das lideranças, os professores Pataxó passaram a ensinar a língua que foi batizada com o nome de “Patxohã” (língua de guerreiro). Hoje o Patxohã é ensinado nas aldeias Pataxó da Bahia, de Minas Gerais e entre os Pataxó Hãhãhãe (BOMFIM, 2017, p.05).

A partir da criação do grupo de pesquisadores Pataxó, várias pesquisas foram realizadas, sendo uma delas as pesquisas bibliográficas, que identificaram e mapearam os registros encontrados acerca da língua falada pelos Pataxó. Os documentos oficiais, que sempre são escritos pelos colonizadores, pouco ou nada registravam sobre a nossa língua materna, pois o que prevalecia era a sobreposição da língua portuguesa sobre a língua Pataxó.

Os documentos encontrados pelo grupo foram escritos por viajantes que passaram pela região e escreveram a partir de sua ótica. A esse respeito, Bomfim escreve:

Segundo Loukotka (1939), a lista de palavras Pataxó registrada por Maximiliano foi de noventa palavras; porém, na versão traduzida do livro por Mendonça e Figueiredo encontrei somente 87 palavras. Martius (1867)

em seu Glossário de diversas lingoas e dialectos, que falla os Indios no imperio do Brasil registra 63 vocábulos Pataxó, dos quais 60 referem-se a lista do vocabulário recolhido por Maximiliano, tendo sido acrescentadas as seguintes: aqua (água) – tiäng; hostis (inimigo) – nionaikikepá, reescrita por Loukotka (1939) como nio-naikipepá; imo (sic sane) – man; ignis (fogo) – cõa, sendo esta última identificada também no vocabulário da língua dos Maconi por Maximiliano como coen. Descobrimos os registros que se sucederam. Listas de palavras dos Pataxó Hãhahãe, que habitam o sul da Bahia, foram coletadas pelo Cel. Antônio de Medeiros entre os Ranranrans (sic) do PI Paraguaçu, no Rio Colônia, em 1936, com o informante Tsitsia, de 45 anos. Descobrimos o vocabulário pataxó coletado por Nimuendaju no Posto Indígena Paraguaçu, com os informantes Tamani e Bekoy, em 1940. Robert E. Meader (1976), em Índios do Nordeste: Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro deixou um vocabulário pataxó colhido por Wilbur Pickering em 1961, novamente com Tsitsia, no Posto Indígena Paraguaçu, em Itaju. Em 1982, Greg Urban e Aracy Lopes coletaram palavras graças a já mencionada Bahetá. Em 1970, Pedro Agostinho compilou outra lista lexical entre os Pataxó do extremo sul, com 171 palavras, na Aldeia Barra Velha, sendo os principais informantes Vicentina e Tururim Pataxó. (BOMFIM, 2017, p.06).

Outra linha de pesquisa foi buscar junto aos mais velhos, através de suas memórias, o que conseguiam lembrar sobre o uso da língua (neste sentido, estando adormecida aguardando ser provocada para vir à tona), principalmente dos que “Corta na língua” que ainda restaram (BOMFIM, 2017. P.5). “Corta língua” era a expressão usada pelos mais velhos de antigamente, para identificar aqueles que conversavam um com outro na língua Pataxó ou a traduziam (Arawê, 2010, p.5). Com a pesquisa realizada, várias palavras foram incorporadas ao acervo linguístico criado:

Pela memória de alguns anciões, principalmente da aldeia Barra Velha, considerada como “Aldeia Mãe”, localizada entre os rios Caraíva e Corumbáu, no município de Porto Seguro, e que ainda estão vivos, foi possível recuperar mais informações acerca da língua Pataxó, no tempo de antigamente. É importante observar que, no processo de retomada, a língua foi voltando aos poucos, graças à memória de antigas práticas comunicativas vivenciadas, no passado, por esses anciões. Devemos a eles o fato de o Pataxó não ter acabado por completo e ter começado a ganhar força anos mais tarde, com a criação do grupo de pesquisadores Pataxó. Assim, mesmo com todos os fatores de caráter social, histórico, político que contribuíram para que a língua antiga se enfraquecesse, nem tudo foi esquecido, como afirma seu Tururim: “eles não perderam a metade e nunca perdeu a idioma deles”. E acrescenta: “foi o idioma português que fez a gente esquecer mais da metade da língua”. (BOMFIM, 2017, p.06).

Bomfim relata que a língua estava adormecida pelos mais velhos, sendo que o processo de sua retomada está atrelado a uma viagem realizada por um grupo de Pataxó a uma aldeia Maxacali, na década de 1940. Conforme relatos históricos, o território Pataxó era lugar

de passagens de outros grupos indígenas, sobretudo os Maxacali que tinham contato direto com os Pataxó:

Até onde alcançava a vista só se via as cimas verde-escuras e sombrias das árvores, que se adensavam em selvas primitivas e impenetráveis onde o rude “Patachó” e o “Machacari” dividem a soberania com a onça e o tigre negro”...entre estes encontrei uma mulher da tribo dos Machacaris, que entendia perfeitamente os Patachós. (NEUWIED, 1940, p.265).

Os Pataxó e Maxacali têm em comum o tronco linguístico, o Macro Gê. Eles se comunicavam e tinham muitas palavras usadas comumente.

Seu Tururim, liderança e também bisneto da Maria Correia, da Aldeia Barra Velha, diz ter aprendido o idioma com seu tio Emílio, João Vicente, Epifânio, Vicentinho “os vói que já acabou, eles tudo sabia o idioma deles”. Seu Tururim juntamente com Zabelê e Vicentina, ainda são lembrados como os últimos línguas que sabiam cortar na língua. Certamente, podemos afirmar que a língua pataxó conhecida pelos mais velhos também era resultado do processo de relações de contato entre povos indígenas no Território Pataxó, desde antigamente. Quando pensávamos que a língua pataxó estaria adormecendo, com a morte dos mais velhos, ela começou a reviver a partir do momento em que os Pataxó empreenderam uma viagem, na década de 40, a Imburana, onde viviam os Maxakali, o que contribuiu com que a língua, como afirma Zabelê, “inteirou mais com as de cá”. (BOMFIM, 2017, p.13).

2.5.1 - Desafios na retomada da língua Pataxó

A partir da pesquisa empreendida, o material e as informações levantadas foram sistematizados e organizados para serem utilizados nas comunidades Pataxó, com foco nas escolas das aldeias. A primeira experiência ocorreu na Escola de Barra Velha em 2003, com a implantação da disciplina denominada “língua e cultura”, e em 2005 foi implantada na Escola da Aldeia Velha, sendo que atualmente a disciplina está implantada em todas as escolas indígenas do município de Porto Seguro, com o nome Língua Materna para as Populações Indígenas.

Os desafios no caminho foram vários dentre eles, a grafia das palavras bem como as pronúncias, além de que existem diferenças na forma de falar entre uma aldeia e outra. Ao longo do processo de “retomada” da língua, vários encontros foram promovidos pelo grupo de pesquisadores, inclusive participei dos encontros realizados na Aldeia Velha em 2014, na Aldeia Pé do Monte em 2015, e na Aldeia Barra Velha 2016.

Podemos destacar as coisas boas que conseguimos com nosso trabalho de pesquisa: elaboramos uma lista de um vocabulário que inicialmente não passava de 200 palavras que eram conhecidas pela grande maioria de nossa população para, atualmente, depois de critérios rigorosos criados por nós, ampliarmos um vocabulário com mais 2.500 palavras. Além disto, passamos a pensar uma maneira de como organizar a linguagem falada e escrita no

nosso dia-a-dia. Foi assim que foi possível começar a ensinar na escola, o que aprendemos”. O resultado desse trabalho foi reconhecido e discutido na reunião do Conselho de Caciques Pataxó na Aldeia Pé do Monte, Porto Seguro, em 2000, o que permitiu o prosseguimento da pesquisa, com o consentimento das lideranças das aldeias. A partir de então, o desafio dos pesquisadores Pataxó foi o de disseminar tais resultados pelas aldeias, sempre com discussões e reavaliações. Mesmo com a crônica falta de recursos, alguns de nós puderam viajar para algumas aldeias Pataxó, inclusive em Minas Gerais, em 2003, para compartilhar nossa pesquisa (Grupo de Pesquisa Pataxó, 2010, p.4).

A disseminação da pesquisa se deu principalmente pelas escolas Indígenas Pataxó de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Prado, a partir do reconhecimento enquanto disciplina curricular. Ampliaram-se as discussões e pesquisas nos aspectos linguísticos envolvendo principalmente os professores que trabalham com a língua materna nas respectivas comunidades.

2.5.2 Língua Patxôhã e a Aldeia Velha

Pelo contexto em que se deu a retomada da Aldeia Velha, indígenas, em sua maioria não aldeados, ou seja, não haviam nascido e/ou crescido em aldeias com as vivências dos saberes e fazeres tradicionais do Povo Pataxó, não tinham muitos conhecimentos em relação à língua materna Pataxó. As primeiras experiências em termos do Patxôhã se deram com a chegada de Arnã¹⁷, em 2004 na Aldeia Velha, pois ela vinha de Coroa Vermelha e havia participado com outros parentes na formação do Grupo de Cultura em Coroa Vermelha, assim como havia participado nos trabalhos de Etnoturismo na Reserva da Jaqueira. Lá, a maioria dos membros participava das discussões acerca do Patxôhã.

Numa entrevista realizada com Arnã em janeiro de 2019, ela nos conta que quando foi implantada a aula de Cultura Pataxó em 2005, na Escola da Aldeia Velha, a mesma foi convidada pelo cacique e lideranças para lecionar a disciplina, contudo não aceitou e indicou outra parente, mas deu apoio, auxiliando no planejamento das aulas da professora. Na época, conseguiu com o professor da Coroa Vermelha uma cartilha/dicionário com as palavras em Patxôhã e fez algumas cópias para socializar com as lideranças e escola. Já em 2006, ela

¹⁷ Arnã Pataxó é uma liderança, professora e pesquisadora Pataxó, líder do Grupo de Cultura da Aldeia Velha uma das mais atuantes na afirmação e divulgação da cultura Pataxó, sobretudo o canto e a dança, considerada uma guardiã dos costumes, crenças e tradições de seu povo.

liderou um grupo de parentes para discutir sobre a implantação do trabalho de Etnoturismo na parte da aldeia que chamamos de reserva.

Os trabalhos de Etnoturismo proporcionaram, principalmente aos participantes, a afirmação de identidade cultural envolvendo autoafirmação em vários aspectos culturais do povo Pataxó, inclusive a língua Patxôhã, pois neste trabalho foram realizadas pesquisas, oficinas, produção de músicas e outros aspectos culturais. Vários jovens tiveram seu despertar neste período, tornaram-se lideranças e multiplicadores da cultura do nosso povo.

Neste período, os jovens, em parceria com a escola, incentivavam as pesquisas relacionadas à cultura e à língua Pataxó. Chegaram a promover aulas de Patxôhã no contra turno por um determinado período, e todo esse trabalho realizado de forma voluntária para incentivar a comunidade no uso da língua materna. Estas aulas aconteciam em sala de aula na escola, bem como em algumas casas e varandas de professores envolvidos na pesquisa.

Nas diversas atividades culturais e em outras atividades que envolviam a comunidade, os membros do Grupo de Cultura se faziam e se fazem presentes. Nas apresentações culturais, palestras, participação em seminários e eventos diversos, estavam ali os jovens do grupo, ensinando e aprendendo, com a finalidade de afirmar e divulgar a cultura do nosso povo, sobretudo com o canto e a dança, atividades que envolvem diretamente o uso da língua Pataxó – Patxôhã.

Como já mencionamos, a língua materna, enquanto disciplina na matriz curricular, começou a ser lecionada na Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha em 2005. Na entrevista realizada em novembro de 2019 com a professora Marialva a mesma afirma que os trabalhos relacionados à língua indígena na escola já existiam antes da inserção da disciplina, o que eles não tinham era material específico e apoio técnico. No entanto, a partir do incentivo de um parente foram colocados nomes¹⁸ indígenas nos alunos da escola, antes não usados por eles, pois os pais, em sua maioria, quando vieram a compor o aldeamento de Aldeia Velha em 1998, eram indígenas não aldeados e acabavam por optar em colocar nomes convencionais da sociedade envolvente. Ela afirma que esta foi uma das maiores colaborações da língua materna na escola.

O ensino da língua e da cultura Pataxó, com carga horária de 02 hora/aula (uma hora e quarenta minutos) por semana em cada série/ano ocorreu na escola com um professor, mas a

¹⁸ Os nomes dos alunos em sua maioria são registrados em cartório na língua portuguesa, com essa iniciativa os diários de classe foram inseridos o nome indígena e não indígena. Aos que têm nomes indígenas coloca apenas o nome indígena. A partir de então houve um crescimento de registro com o nome apenas indígena.

partir da inserção do sexto ano dos anos finais em 2012, houve a necessidade da contratação de mais um professor. Neste mesmo período, foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro a matriz curricular para as escolas indígenas com a inserção da disciplina de Ensino da Língua Materna, com carga horária de duas horas/aula, com duração total de uma hora e quarenta minutos por semana.

Em 2010, por motivos ainda desconhecidos, atearam fogo na cabana da reserva que servia para exposição de artesanato, palestras culturais e a realização do awê (canto e dança Pataxó), enfim, trata-se do local onde aconteciam as atividades de Etnoturismo. Os integrantes do grupo de cultura, desmotivados diante da atrocidade, decidiram encerrar suas atividades na reserva e começaram a participar dos processos seletivos para admissão de servidores na escola e, em 2012, foi iniciada a implantação das turmas dos anos finais do ensino fundamental II.

Com essa nova fase, percebemos que houve um envolvimento maior da escola em relação às questões de afirmação cultural e nas atividades que envolvem a língua materna. Os professores, que a partir de então passaram a lecionar o Patxôhã (alguns por anos seguidos, outros em tempos menores), são jovens que estavam envolvidos nas atividades da reserva na aldeia (exceto o professor dos anos iniciais, que atua desde 2008 na escola).

2.5.3- Encontro dos Pataxós em Terra Tupinambá

Em 2009, aconteceu em Salvador – BA o encontro de pesquisadores da língua Pataxó. Um dos objetivos era discutir a estruturação da língua, refletindo as questões gramaticais, fonéticas, ampliação do vocabulário, dentre outros aspectos que auxiliaram na atualização da cartilha que os professores utilizavam em suas aulas. Em meio às discussões, um colega disse que qualquer um poderia ser professor da língua materna, só bastaria colocar uma apostila¹⁹ embaixo do braço e ir à escola. Aquela palavra nos levou à reflexão sobre quem são os professores da língua materna, quais as suas formações, que conhecimentos tradicionais eles traziam. A professora América Cesar²⁰ estava presente neste encontro realizado em Salvador e

¹⁹ A apostila mencionada é a cartilha do professor de Patxôhã organizada pela Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó – ATXÔHÃ.

²⁰ América Lúcia Silva César, professora da UFBA, estava dando apoio à oficina e é uma colaboradora do Grupo Atxôhã. Sua tese de doutorado foi realizada com os Pataxó de Coroa Vermelha e o título é: Lições de Abril a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha.

avaliou que o curso estava bem conduzido pois, segundo ela, os indígenas demonstravam desejo de lecionar e vontade de aprender, e o que precisávamos era proporcionar apoio em suas pesquisas.

E era justamente o que estávamos fazendo. Após três dias de exaustivos trabalhos de discussão e sistematização, saímos com um organograma de trabalho, visando apoiar os professores da língua materna Pataxó nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Prado.

Dentre as ações de planejamento, foram criadas as coordenações em áreas/comunidades para auxiliar os trabalhos. A coordenação ficou distribuída da seguinte forma:

Quadro – 4 - distribuição das coordenações por áreas/aldeias.

Coordenador de área.	Aldeia/Escola a coordenar
Professor.1	Reserva da Jaqueira, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Nova Coroa e Aroeira. Município de Sta. Cruz de Cabrália. Aldeia Velha e Imbiriba – Porto Seguro.
Professor .2	Barra Velha, Pará, Campo do Boi, Bugigao e Xandó. – Porto Seguro.
Professor .3	Cai, Tibá, Pequi e Alegria Nova.- Prado
Professor .4	Aguas Bela, Corumbauzinho, Taua e Craveiro.-Prado.
Professor. 5	Boca da Mata, Pé do Monte, Meio da Mata, Cassiana, Trevo do Parque e Guaxuma. – Porto Seguro

Fonte: Tabela produzida pelo autor com dados do relatório do encontro realizado em Salvador em 2009.

As cinco coordenações, na época, atingiam 26 aldeias Pataxó, situadas em três municípios no Sul da Bahia (Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália), e posteriormente foi constituída a coordenação nas aldeias Pataxó, situada em Minas Gerais. O grupo de pesquisadores tinha uma vasta função, e no encontro ficou combinado que os trabalhos seriam organizados por equipes. Apresentarei cada uma delas e suas respectivas funções:

Coordenação geral:

- Orientar os professores de Patxôhã na sua prática de ensino, coordenar os encontros de Patxôhã com os coordenadores de área, promover encontros pedagógicos com todos os professores e pesquisadores, acompanhar o processo de pesquisa e visitar as aldeias.

Comissão diretora:

- Promover curso de formação continuada, viabilizar publicações das pesquisas, gerar documentários com os mais velhos (vídeo e áudio), criar uma comissão editorial, divulgar cronograma de eventos culturais das aldeias, organizar o calendário de eventos das comunidades indígenas Pataxó, mobilizar a comunidade sobre a importância do Patxôhã, inserir informações nas pesquisas do IBGE, especialmente sobre a língua Patxôhã, realizar a contratação de assessoria de Patxôhã.

Coordenadores de área:

- Sistematizar os dados dos professores de suas áreas, realizar reuniões com os professores, orientar, acompanhar e discutir as práticas de ensino, agregar pessoas da comunidade para fazerem parte dos estudos, principalmente os outros professores indígenas, esclarecer e aproximar os mais velhos e a comunidade sobre o Patxôhã, buscar formas de envolver os mais velhos e pessoas da comunidade nas atividades culturais da comunidade e da escola, organizar materiais produzidos pelos professores em sala de aula, incluir os mini encontros pedagógicos como carga horária da escola, aplicar e recolher o material de pesquisa como gravação, questionário, registro escrito, fotografias e outros.

Vejamos nesta citação um breve histórico das ações e contribuições que o grupo de pesquisadores vem realizando junto às comunidades Pataxó nos últimos anos.

Para melhor divulgar nosso trabalho, em 2017 foi organizado o I Encontro dos Pesquisadores Pataxó, com representantes das aldeias Pataxó da Bahia e de Minas Gerais, na Aldeia de Coroa Vermelha (município de Cabrália). No evento, debatemos, esclarecemos professores, jovens e lideranças, trocamos experiências, falamos das dificuldades enfrentadas no ensino da língua nas escolas. Em 2009, foi possível realizar um encontro menor com os professores da Bahia em Salvador. Em 2010, houve o II Encontro dos Pesquisadores Pataxó da Bahia e Minas, na Aldeia Retirinho (MG). Foi nesta ocasião que houve uma reorganização do Grupo de Pesquisa, que desembocou na criação da Coordenação Atxohã, no intuito de fortalecer a articulação dos pesquisadores nas aldeias e para dar continuidade às várias ações implementadas. A Coordenação Atxôhã foi estruturada em uma Coordenação Geral (Representantes do Grupo de Pesquisa) e com os coordenadores de áreas (pesquisadores locais responsáveis por aldeias mais próximas), para melhor conectar as atividades e dar suporte aos professores de Patxôhã que atuam nas escolas. O Atxôhã realizou oficinas locais, nas comunidades, dando auxílio pedagógicos aos professores. Não tem recursos próprios, o trabalho é articulado entre as escolas indígenas em parceria com as secretarias de educação, para a realização dos encontros, mas tem como meta a criação de um Instituto. Nesse processo de luta dos professores,

pesquisadores e lideranças pela retomada da língua, podemos destacar avanços importantes, entre os quais:

- A mobilização de jovens indígenas na valorização e divulgação do Patxôhã em diversos espaços;
- Ensino do Patxôhã em todas as escolas, com a contratação de professores pataxó pelas secretarias de educação municipais e estadual;
- Pais estimulando os seus filhos para a aprendizagem do Patxôhã;
- Publicação de materiais didáticos em Patxôhã entre os Pataxó da Bahia e Minas;
- Valorização do Patxôhã nas atividades culturais e esportivas realizadas nas comunidades;
- Estimular os pais a registrar seus filhos com nomes Patxôhã;
- Criação de cantos;
- Identificação no Censo Escolar – INEP;
- Artigos e trabalhos acadêmicos escritos pelos próprios pesquisadores e professores pataxó sobre o Patxôhã, contribuindo para o seu reconhecimento, divulgação e valorização;
- O Patxôhã se tornou um canal de interação e união entre as aldeias do extremo sul da Bahia e as de Minas Gerais.
- O processo de retomada linguística tem sensibilizado outros povos a valorizarem suas línguas. (BOMFIM, 2017, p.22).

2.5.4 - Encontro dos Pesquisadores na Aldeia Pataxó Pé do Monte

Para nós, Pataxó, nada melhor do que fazermos um encontro no local de resistência dos Pataxó, onde os colonizadores avistaram terras brasileiras pela primeira vez, e onde os Pataxó resistiram e foram aldeados, onde Vicentina²¹ cortou na língua para lutar contra a sobreposição em suas terras com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, e após 500 anos, fizeram o marco de resistência. O conselho de cacique apoiava os trabalhos dos pesquisadores.

Neste cenário, em agosto de 2015, foi realizado mais um encontro do grupo de pesquisa, agora já com o nome de Atxôhã. Neste encontro, conseguimos reunir um número bastante expressivo de professores, pesquisadores, lideranças e parceiros, e mais uma vez discutimos e ouvimos vários depoimentos de como estavam as pesquisas, as experiências e desafios no ensino da língua nas escolas indígenas. Retomamos algumas questões gramaticais, lexicais e fonéticas da língua Patxôhã.

Foram organizados grupos para a realização de oficinas, tendo como objetivo a construção de materiais didáticos na língua Patxôhã. Nesses dias, foram produzidos e socializados trabalhos e materiais didáticos relacionados a músicas, poemas, histórias, vivências e culinárias dentre outros.

²¹ Vicentina foi uma das anciãs que cortava na língua, sendo uma das incentivadoras na resistência e preservação da língua, que propiciou esse legado às futuras gerações Pataxó.

Filmamos as oficinas e pudemos editar o encontro com as músicas socializadas nesse encontro, e fizemos a edição numa espécie de vídeo aula para que fossem compartilhados aos demais professores e membros da comunidade, auxiliando em seus trabalhos, principalmente em sala de aula.

2.5.5 - Encontros dos pesquisadores da Língua Materna na Aldeia Velha

Dando continuidade aos trabalhos do grupo de pesquisa, em 2014 realizamos o III Encontro dos Professores da Língua Materna na Escola da Aldeia Velha, e tivemos o apoio do Grupo Atxôhã e Secretaria Municipal de Educação. O evento contou com a presença de professores de outras comunidades indígenas e foram realizadas oficinas de apoio pedagógico aos professores indígenas e levantadas sugestões e dúvidas relacionadas ao uso da cartilha.

Na Comunidade da Aldeia Velha/Escola em 2017, foi realizado o Encontro de Pajés Parteira e Benzedeiros e, paralelo ao evento, foi realizado o encontro com os professores da língua materna. Desta vez, além dos professores indígenas Pataxó das Aldeias circunvizinhas, tivemos a presença dos Pataxó Hã hã hã, Pataxó de Minas Gerais e Maxacali, além de instituições parceiras como a FUNAI, Secretaria Estadual e Municipal de Educação, Instituto Tribos Jovens - ITJ, Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB coordenado pelo grupo Atxôhã.

O encontro foi registrado pela UFSB, pois havia a parceria com o grupo Atxôhã em um projeto que, juntamente com outros trabalhos já realizados, culminaria na produção de material didático.

Em seu trabalho de monografia, Cunha (2018) faz uma entrevista com o coordenador do grupo Atxôhã, Awoy Pataxó, um dos primeiros membros a compor o grupo, que relata a trajetória e avanços sobre a pesquisa da Língua Pataxó – Patxôhã:

Kawpetô kohtú mê'á Awoy Pataxó arnã mê'á iõ nienã makinã upu rekoy Atxôhã ' Atxôhã mê'á rekoy upu maroxi dxa'á hotehô Pataxó petoi'xó. Um grupo que foi criado pela necessidade de fazer um estudo mais aprofundado e análise da língua Pataxó que hoje é denominado Patxôhã. O Grupo foi criado em 1998 onde a língua estava adormecida, onde só alguns mais velhos que falavam e outros já não falavam mais, mas guardavam na memória, e nas músicas. Antes já havia algumas outras pessoas já fazendo esse trabalho que era Arawê Pataxó em Barra Velha e Kanatyô que já fazia o trabalho de fortalecimento da língua. Na época Jerry Matalawê que estudou na UNEMAT conseguiu registros dos viajantes que passaram aqui antigamente. Criaram o grupo para fortalecer a língua nas comunidades que para o povo ainda era bastante fraco. Através dos registros fomos criando

alguns vocabulários e analisando, e através desse estudo fomos formulando a gramática. O Povo Pataxó vivia nessa região, mas tiveram bastante contato com outros povos. Então tiveram contato com povos de outros troncos linguísticos como o Tupi das palavras analisadas. Fizemos uma análise para ver quais palavras eram realmente Pataxó. E de qual forma a gente sabia se era Pataxó? Então levávamos essas palavras para as comunidades e via quais desses vocabulários eram mais falados pelo Povo Pataxó, “aí a gente fazia seleção desses vocabulários”. O grupo de estudo analisando os vocabulários e os documentos que foram encontrados dos viajantes fomos montando uma apostila que é a qual nós usamos e com isso a língua foi se fortalecendo cada vez mais. Nós reunimos semanalmente para estar analisando os vocabulários, a apostila e a gramática o grupo analisa tudo e dar o retorno para as comunidades. O grupo Atxôhã é composto também por professores que já trabalham com a língua Patxôhã as análises são entregues a eles, e eles também coletam outras palavras nas comunidades onde são novamente analisados e são ensinados para as crianças na escola. Um trabalho que vem dando bastante resultado, e com o trabalho do Atxôhã ganhou mais força. “Conseguimos fortalecer a língua não só na escola, mas nas comunidades” Até 2002 ou 2003 eram poucas escolas, poucas comunidades que trabalhavam com a língua Pataxó, e a partir daí agente foi fortalecendo, e hoje todas as escolas já fazem esse trabalho de ensino e aprendizagem da língua Patxôhã, nas comunidades também algumas das pessoas procuram aprender, e esse trabalho vem se fortalecendo cada vez mais. É um trabalho que vem sendo feito aos poucos, mas que vem dando grande resultado. O avanço que o Patxôhã teve com o Atxôhã. Poucas músicas eram cantadas na língua. Atualmente podemos dizer que a língua Pataxó é uma língua viva. Antes se pesquisasse na Internet algo sobre a língua Pataxó era dado por língua não mais falada, e hoje se pesquisar vai ter algo falando sobre a língua Patxôhã ou Pataxó. Isso é um grande avanço. A nossa língua era falada algumas palavras soltas, e hoje já conseguimos nos comunicar somente em Patxôhã, e as músicas também a maioria hoje já é falada na língua. Muitos textos e livros estão sendo traduzidos na língua sem precisar usar o Português. E isso é importante, por que vemos que a língua tem muito se fortalecido na comunidade, tanto na fala e escrita, e isso mostra que a língua está evoluindo. Como as outras línguas, a língua Pataxó também teve o seu processo de evolução, ela apenas esteve adormecida, “hoje nós acordamos ela, demos vida ela”, e fazendo esse trabalho de evolução para que ela se evolua mais. A língua Portuguesa teve reformulações para atualizar, e hoje estamos nesse processo para reformular a língua para que ela seja falada por todos os Pataxó tanto da Bahia como os Pataxó de Minas e com isso nós sentimos mais fortalecidos com esse avanço que a língua tem tido. Esse fortalecimento não está somente nas comunidades, mas também nas Faculdades e os nossos parentes cada vez mais fortalecendo e se “apossando” cada vez mais da língua, e que ela não fique somente nas comunidades escolas, faculdades, livros e que venha servir também como material didático, para ensino e aprendizagem nas escolas Pataxó. Por que hoje estamos nesse processo de retomada ou reconstrução da língua, nós quase não temos material didático na nossa língua Patxôhã, o que temos é feito por nós mesmos esses materiais didáticos. E o que precisamos é fortalecer, e produzir materiais na própria língua para fortalecer o ensino e aprendizado dos alunos nas escolas (CUNHA, 2018, p. 38).

Neste relato de Awôy conseguimos perceber que a partir da criação do grupo de pesquisadores o estudo da língua Patxôhã vem fortalecendo, assim como o pertencimento Pataxó se afirma, ganhando visibilidade.

2.5.6 - Patxôhã e Prática Pedagógica

Numa entrevista realizada com professor da língua materna, ele nos relata um pouco de sua prática pedagógica e afirma que o ensino da língua materna não se dá no mesmo método que se trabalha a língua inglesa. Na língua inglesa, trabalha-se de forma a aprender palavras, construção de frases, emprego de verbos dentre outros aspectos gramaticais. Na língua materna, além desses aspectos que mencionamos na língua inglesa, por exemplo, abordamos constantemente aspectos históricos da perda da língua, do processo de recuperação e afirmação da língua, sua importância no contexto sócio cultural dentre outros.

Na Educação Infantil, não temos na matriz curricular a língua materna. Com isso, o professor da língua materna trabalha de forma interdisciplinar, mas utiliza os horários das disciplinas de arte e cultura para trabalhar aspectos relacionados com a língua materna. Inicia a aula com o ritual, pois entende que o mais importante é o ritual e com essa metodologia, trabalha a língua materna através do canto e isso facilita o aprendizado da pronúncia das palavras, faz adaptações de brincadeiras pesquisadas na internet e traz para o contexto sociocultural dos alunos, traduzindo para o Patxôhã.

Nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, temos a carga horária de duas horas/aulas com duração de uma hora e quarenta minutos semanais, o que, segundo os professores, não é suficiente para avançar no estudo da língua. Neste sentido, nas discussões que fizemos na construção das diretrizes da Educação Escolar Indígena do Município, foi proposta a ampliação da carga horária para, no mínimo, mais uma hora/aula semanal.

Nos anos finais, enfoca-se o processo histórico da importância do uso da língua, os motivos de termos deixado de usar nossa língua de forma fluente, as dificuldades em relação a fala, a escrita, e os avanços significativos no uso da língua na comunidade nos últimos anos. Acredito que um dos fatores desse avanço, é o número de pessoas envolvidas e praticantes nas questões culturais do nosso povo, pois apesar de ser uma comunidade pequena e nova, se compararmos a aldeia de Barra Velha e Coroa Vermelha, há uma grande quantidade de

peessoas que participam dos rituais, jogos tradicionais Pataxó, nas pinturas, na produção de adereços, dentre outras atividades, e isso facilita o trabalho com a língua materna na escola.

Há comunidades maiores (em termos de população) que não têm essa mesma proporção de pessoas envolvidas nas tradições, com isso há mais dificuldades em trabalhar com o Patxôhã, pois estas pessoas não terão o mesmo interesse que os nossos alunos que participam das ações de pertencimento.

Os alunos que fazem parte do grupo de cultura Pataxó aprendem as questões históricas, sociais, culturais, a pronúncia e escrita da língua materna que, por sua vez, podem ser vistas como uma forma de resistência e afirmação cultural, pois vivemos ao lado de uma cidade turística, visitada o ano todo por pessoa de todos os continentes, e, ainda assim, realizamos apresentações culturais e atividades diversas de fortalecimento das nossas tradições.

Ressalto que, constantemente, somos questionados sobre a nossa identidade étnica e cultural, sobretudo no que se refere ao uso da língua materna. Neste sentido, os alunos da escola da aldeia aprendem a debater a nossa cultura com essas pessoas de fora.

2.5.7 - Materiais pedagógicos e contratação

Ser professor indígena não é uma tarefa fácil, temos o desafio de proporcionar aos nossos parentes o acesso aos sistemas de conhecimentos da sociedade envolvente e a valorização das nossas tradições de forma sistemática e assistemática.

Neste sentido, a escola da Aldeia Velha tem buscado construir e disseminar um currículo que forme alunos emancipados, fortalecidos nas nossas tradições e que possam atuar nos nossos projetos societários, nas diversas atividades, aptos a participar e conviver com a sociedade não indígena.

Em relação ao material utilizado em sala de aula, usamos os trabalhos feitos por outros parentes Pataxó e de outros povos indígenas, tais como: Território e Cultura/Pataxó Retirinho (2007); Inventário Cultural Pataxó (2011); Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas (2005); Uma História de Resistência Pataxó (2007); documentários, vídeos dentre outros que encontramos em nossa biblioteca escolar.

Em relação ao apoio pedagógico, identificamos dificuldades e desafios, pois os encontros com os pesquisadores do grupo Atxôhã e os professores da língua materna não se dão com a frequência que gostaríamos, devido à dificuldade da logística e falta de apoio

institucional. Na maioria das vezes, não contamos com apoio financeiro para as pesquisas e trabalhos de campo, e nesse sentido, a semana pedagógica realizada pelo Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro é uma oportunidade de ampliarmos as discussões, pois neste momento contamos com a participação de professores das outras aldeias Pataxó e pesquisadores da língua Patxôhã.

No setor indígena vinculado à Secretaria de Educação de Porto Seguro, não há apoio pedagógico para os professores da língua materna. Entre outros motivos, a falta de apoio tem a ver com o fato de que a coordenação pedagógica geral, que apoia as coordenações escolares, não tem conhecimento acerca da língua Patxôhã.

Nos anos de 2014 e 2015, havia um coordenador indígena específico para orientação desses professores de Patxôhã, no entanto, nos anos seguintes não houve continuidade dessa ação orientadora, sendo que um dos motivos é a dificuldade de encontrar indígena com perfil que possa sair da aldeia para trabalhar na sede, uma vez que o salário pago a esse profissional não é suficiente para suprir os custos da logística e estadia na cidade.

Portanto, encontramos algumas dificuldades com o ensino da língua na escola, seja na escrita ou na fala, além de que a referida língua está em processo de pesquisa e sempre está mudando. Por exemplo, a palavra “Arnã” era escrita com **r**, agora escreve-se com **h** – “Ahnã”.

Em 2003, quando iniciou o ensino da língua materna nas escolas indígenas de Porto Seguro, especificamente na Escola de Barra Velha, não havia a disciplina língua materna para os povos indígenas. Antes, ela era conhecida como aula de cultura. Os primeiros professores a lecionarem eram anciãos que tinham o conhecimento tradicional da cultura, das crenças e tradições do povo Pataxó, tendo pouca formação escolar, sendo que alguns não tinham sequer o ensino fundamental completo.

Na entrevista que fizemos com Soraia Perello, que era coordenadora da educação indígena do município, informou-nos que esses professores seriam contratados enquanto professores de notório saber. Com o crescimento das escolas indígenas nas comunidades, houve a necessidade de contratar novos professores, e alguns jovens foram despertados para lecionar a disciplina, substituindo aos poucos os anciãos em sala de aula.

No entanto, os anciões não saíram de cena, continuam colaborando no apoio às pesquisas, inclusive dando depoimentos de suas memórias, ministrando palestras e organizando reuniões, dentre outras atividades.

Neste sentido, algumas mudanças de perfil dos professores foram acontecendo, ou seja, tínhamos pessoas mais velhas com conhecimentos tradicionais, com baixa escolaridade e

sem prosseguimentos nos estudos. Os jovens que assumiram os postos docentes, em sua maioria, não tinham o ensino médio completo, mas estavam dando prosseguimentos aos estudos e eram contratados no mesmo perfil de notório saber, enquanto as normativas determinavam que:

Todos os professores e professoras da Educação Básica devem possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2024. Isso é que determina a meta 15 do Plano Nacional de Educação (MEC, 2014, p.46).

As escolas eram cobradas pelos órgãos oficiais que na contratação fosse solicitada a formação mínima no Ensino Médio, e que os professores contratados estivessem com declaração de matrícula em alguma universidade. Neste período, a Licenciatura Intercultural Indígena -LINTER- do Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus de Porto Seguro, e Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena – LICEEI – Universidade do Estado da Bahia - UNEB, ambos eram programas especiais, mas enquanto a LICEEI não indicava a criação de novas turmas, a LINTER sinalizava para a criação de uma nova turma para ingresso em 2016.

Já a Formação Intercultural para Educadores Indígenas- FIEI - da Universidade Federal de Minas Gerais- era curso regular e admitia novas turmas a cada ano, sendo que cada ano letivo inseria uma área específica (ex: um ano linguagem, Artes e Literatura, no ano seguinte inseria turma de Matemática, depois Ciências da Vida e da Natureza e no seguinte, Ciências Humanas e Sociais).

No ano de 2020, na organização e distribuição dos professores das turmas/disciplinas nas escolas indígenas de Porto Seguro, a supervisão pedagógica usou como parâmetro na seleção de professores, suas respectivas formações e área de conhecimento.

Constatamos que alguns professores que estão atuando na disciplina, que de acordo os parâmetros da supervisão pedagógica da Secretaria de Educação de Porto Seguro deveriam ser oriundos de uma formação na área de linguagem, estão cursando ou já concluíram a Licenciatura Intercultural Indígena em outras áreas, tais como Ciências da Vida e da Natureza - C.V.N, Ciências Humanas e Matemática. Provavelmente isso ocorreu por conta de situações: por virem da docência na Educação Infantil e nas séries iniciais do fundamental I, e devido a necessidade de apresentar vínculo com alguma instituição de ensino superior para não terem dificuldade no processo de contratação, portanto, não tinham como esperar o vestibular para a área específica.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha é implantada no ano de 1999, ou seja, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando começa a regulamentação da Educação Escolar Indígena Diferenciada, vale mencionar que essas regulamentações são frutos do embate do movimento das lideranças indígenas, parceiros e indigenistas.

Uma das primeiras regulamentações que foi instituída é a portaria Interministerial 559/91 retirou a incumbência exclusiva da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em conduzir processos de educação escolar junto às sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações e sua execução aos Estados e Municípios, apontando mudanças do paradigma na concepção da educação escolar destinada aos povos indígenas, quando a educação em tese deixaria de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio/ Lei 6.001/73, assumindo o princípio do reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística do país e do direito à sua manutenção.

Essa atribuição ao MEC abriu caminhos para que os indígenas pudessem ser atendidos por Programas do Governo Federal, e conquistassem legislações específicas que subsidiassem a educação escolar indígena.

A categoria “escola indígena”, no entanto, só se tornou legalmente oficial a partir de 1999, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, estabelecidas pelo Parecer nº 14/1999 e pela Resolução nº 3/1999 (BERGAMASHI e SOUSA, 2015, p.152).

Com essas diretrizes, as comunidades indígenas puderam discutir e implementar os seus projetos próprios de educação escolar, que atendessem os projetos societários dessas comunidades desde seu formato, currículo, perspectiva de autonomia e protagonismos. Neste sentido o Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 14/99 traz uma reflexão de como são tratadas as escolas pelo sistema de ensino do país.

Embora seja recente a inclusão das escolas indígenas nos sistemas oficiais de ensino em todo o país, é grande a variedade das situações de enquadramento dessas escolas. De modo geral, a Escola Indígena, ao ser estadualizada ou municipalizada, não adquire o estatuto de escola diferenciada, sendo usualmente enquadrada como “escola rural” ou como extensão de “escolas rurais”, com calendários escolares e planos de curso válidos para esse tipo de escola. É comum considerar as escolas indígenas salas-extensão ou salas vinculadas a uma escola para não - índio, sob o argumento de que não

atendem às exigências válidas às demais escolas para terem funcionamento administrativo e curricular autônomos (CNE, 2001, p. 246).

Diante da relevância da resolução para a educação escolar indígena mencionamos os objetivos principais:

A primeira é relativa à criação da categoria escola indígena, reconhecendo-lhe “a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios”, garantindo autonomia pedagógica e curricular para essa escola. Isto coloca a necessidade de regulamentação dessas escolas junto aos Conselhos Estaduais de Educação, bem como a necessidade de se instituir mecanismos de consulta e envolvimento da comunidade indígena na discussão sobre a escola indígena. Outro ponto importante da Resolução 3/99 é a garantia de uma formação específica para os professores indígenas, podendo esta ocorrer em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. A resolução estabelece que os Estados deverão instituir programas diferenciados de formação para seus professores indígenas, bem como regularizar a situação profissional dos professores indígenas, criando uma carreira própria para o magistério indígena e realizando concurso público diferenciado para ingresso nessa carreira. Ao interpretar a LDB, o Conselho Nacional de Educação, por meio desta Resolução, definiu as esferas de competência e responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas. Estabelecido o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, o CNE definiu que cabe à União legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino para o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação. Aos Estados caberá a responsabilidade “pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por regime de colaboração com seus municípios”, integrando as escolas indígenas como “unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual” e provendo-as com recursos humanos, materiais e financeiros, além de instituir e regulamentar o magistério indígena (CEB, 1999, p. 259-261).

A década de 1990 foi marcada pelo protagonismo indígena que discutia em seus vários encontros, nas mais diversas regiões do Brasil, educação específica e diferenciada, e para além desta construção própria de princípios e diretrizes especificamente das sociedades indígenas.

No ano de 2009 foi publicado o decreto Nº 6861 de 09 de maio de 2019, que cria os territórios e estabelece que os Sistemas de Ensino (Federal, Estaduais e Municipais) passem a atender as demandas educacionais escolares dos povos indígenas a partir dos seus espaços e das suas relações etnoterritoriais, ou seja, a partir das realidades concretas e das demandas dos povos indígenas, considerando suas relações socioculturais conectados aos seus territórios. Deste modo, a nova organização dos serviços de atendimento educacional deixa de ser no formato convencional, de acordo com as divisões territoriais e político-administrativo, para

corresponder aos respectivos etnoterritórios indígenas. Que leve em consideração, a organização territorial dos povos, as línguas, seus patrimônios materiais e imateriais e principalmente as relações sociais, culturais, políticas e econômicas destes povos (LUCIANO, 2010).

Os territórios etnoeducacionais são instrumentos de planejamento e gestão das políticas e ações da educação escolar indígena com organização, protagonismo e gestão desses povos, em conjunto com as instituições públicas, entes federados e União.

Em relação a gestão desses territórios, as ações passariam a serem executadas pelos Estados e Municípios a partir de um plano de trabalho articulado e territorializado sob a coordenação do MEC, e a organização e execução dos planos seguem as configurações dos etnoterritórios e não as configurações dos Estados e Municípios. Os planos deverão ser elaborados por uma comissão representativa do território (inclui povos indígenas), a partir de um diagnóstico preciso e real. Cada etnoterritório contará com um observatório de educação escolar indígena (Universidades Públicas) que fará o diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas e ações.

Seu funcionamento terá o acompanhamento sistemático do MEC e FUNAI, bem como a coordenação dos territórios etnoeducacionais se organizarão a partir dos planos de ações, sendo estes planos seu principal instrumento de trabalho. Cada território terá uma comissão mista e representativa, responsável pela elaboração do plano, seu monitoramento e avaliação, os quais podem ter representantes de fórum de educação, ministério público, universidades e lideranças indígenas.

Em outubro de 2014, de acordo com a extinta Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena, SECADI a situação dos territórios era a seguinte:

Quadro 5 – Distribuição dos Territórios etnoeducacionais pactuados até outubro de 2014.

25 TEEs Pactuados	RIO NEGRO (AM), BAIXO AMAZONAS (AM), JURUÁ/ PURUS(AM), CONESUL(MS), POVOS DO PANTANAL(MS), AUWE UPTABI – XAVANTE(MT), XINGU(MT), MÉDIO SOLIMÕES(AM), YBY YARA(BA) , CINTA LARGA(MT e RO), PYKAKWATYNHRE(KAYAPÓ)(PA e MT), IXAMNÁ (MAPUERA) (PA), ALTO SOLIMÕES(AM), VALE DO JAVARI(AM), TUPI TUPARI(RO), TUPI MONDÉ(RO), TUPI TXAPAKURA (RO), YJHUKATU (RO), VALE DO ARAGUAIA(MT, TO, GO e PA), TIMBIRA(MA e TO), TAPAJÓS E ARAPIUNS(PA), MÉDIO XINGU (PA), YANOMAMI E YE’KUANA(AM e RR), POTYRÕ (CE e PI) e SERRA NEGRA BERÇO SAGRADO (PE).
----------------------	---

03 TEEs em processo de implementação	NAMBIKWARA (MT), OIAPOQUE (AP), TENETEHAR WAYWY ZEMU' E HAW –TEMBÉE KA'APOR (PA).
13 TEEs em processo de consulta	NOROESTE DO MATO GROSSO (MT), MÉDIO NORTE HALITE (PARECI) (MT), BAIXADA CUIABANA (MT), BAKAIRI (MT), POVOS DO SUL (KAINGANG, XETÁ, XOKLENG E CHARRUA) (RS, SC e PR), LITORAL SUL (GUARANI) (RS, SC, PR, RJ, SP e ES), GUAJAJARA (MA), PARAIBA E RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS E SERGIPE, PARQUE DO TUMUCUMAQUE E WAJÃPI (AP), ACRE, RORAIMA (LAVRADO) e KAYABI E APIAKÁ (MT E PA).

Fonte: SECADI, 2014.

Podemos perceber na tabela acima como os povos indígenas podem estar nos mesmos territórios etnoeducacionais, mas em estados e até regiões diferentes.

Neste sentido percebemos duas configurações: a primeira é a divisão geopolítica do estado brasileiro, e a segunda é a configuração dos territórios etnoeducacionais, em que os laços culturais e cosmológicos dos povos indígenas perpassam a visão ocidental do conceito de território.

Na Bahia temos o território etnoeducacional Yby Yara (na língua Tupinambá os donos da terra) o qual os Pataxó fazem parte. A coordenadora de Educação Indígena do Estado da Bahia, Rosilene Araújo, afirma que a princípio, o plano de ação do território traz como prioridade o cumprimento dos seguintes objetivos: construção de escolas, formação e contratação de professores, produção de material didático, ensino médio integrado à educação profissional e alimentação escolar (SEC/BA, 2013).

De acordo com os estudos realizados por Silva (2013), o processo de implementação do TEe no estado da Bahia foi iniciado ao longo de três reuniões realizadas no ano de 2010.

Num primeiro momento, com a participação de representantes do MEC, da FUNAI e de povos indígenas da região nordeste, foi deliberado que o Território Etnoeducacional, de nome Yby Yara, seria composto pelos 14 povos indígenas no estado da Bahia. Numa segunda reunião, foi composta a Comissão Gestora. As principais funções dessa Comissão dizem respeito ao plano de ação do TEe, sendo essa responsável pela elaboração, pelo acompanhamento da execução do plano e por sua revisão. Um dos pontos importantes desse plano de ação é o diagnóstico da situação do TEe, que foi confeccionado durante um encontro amplo, envolvendo as representações da Comissão Gestora, como lideranças indígenas, professores e pesquisadores universitários, organizações não governamentais, FUNAI, MEC, secretarias municipais e secretaria estadual da educação. Registre-se a ocorrência de uma reunião no ano de 2011, na qual foi estabelecido o regimento da Comissão Gestora e elencadas suas atribuições. Porém, desde então, o processo de implantação do Território Etnoeducacional está parado. A Comissão Gestora, promovida para catalisar o regime de colaboração entre os entes federativos e demais instituições que atuam na educação escolar indígena,

não tem funcionado como previsto, pois a grande maioria das secretarias municipais não participa. Além disso, as reuniões dessa Comissão dependem de diversos atores, dificultando a eficiência do processo de implantação. Por exemplo, no ano de 2012, a morosidade no processo de repasse de verbas entre o MEC e a FUNAI resultou na realização de uma única reunião da Comissão, no mês de dezembro, às vésperas do natal, com o convite enviado para os participantes uma semana antes do evento (SILVA, 2013, p. 5 e 6).

Corroborando com Silva, o Território Etnoeducacional, por enquanto, só existe em nossas intenções e papeis de pactuação mas, na prática, pouco se desenvolveram em ações conjuntas, ficando cada unidade escolar buscando soluções para suas demandas.

Em 2012 foi realizado um diagnóstico desenvolvido pelo Projeto Observatório da Educação Escolar Indígena, através de seus pesquisadores, colaboradores e bolsistas indígenas em suas comunidades, permitindo traçar um panorama da situação do Território Yby Yara. De acordo com Silva (2013), esse Projeto, que compõe a Comissão Gestora do referido Território, e está institucionalmente vinculado ao Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, atua em cooperação com a Licenciatura Intercultural da Educação Escolar Indígena, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Assim, no ano de 2010 foi diagnosticada 60 escolas indígenas, nas quais lecionam 420 professores e estudam 7.730 alunos. Dessas 60 escolas, 51 são municipais e apenas 09 estavam sob responsabilidade direta do sistema de ensino estadual. Isso explica o fato de apenas 06 escolas oferecerem turmas de Ensino Médio, posto que esse ensino é prerrogativa das escolas estaduais, enquanto o restante só oferta turmas do Ensino Fundamental. Interessante notar que apenas três escolas não estavam localizadas em terras indígenas legalmente demarcadas. Em relação ao material didático específico, elaborado por professores indígenas, 43 escolas utilizam-no, enquanto 17 somente utilizam os livros didáticos nacionais. Porém, verifica-se que o material didático específico é utilizado somente nas turmas iniciais do Ensino Fundamental, limitando a ideia de interculturalidade na prática de ensino e aprendizagem das turmas de Ensino Médio. Todas as escolas dispõem de fornecimento de merenda escolar, mas relata-se inadequação do cardápio oferecido na merenda e a descontinuidade na oferta desse serviço público. Em termos de estrutura física, 42 funcionam em prédios escolares, 08 das quais contam com laboratório de informática e apenas 07 com salas de leitura ou biblioteca. Porém, 18 escolas não funcionam em prédios escolares e nenhuma possui laboratório de ciências. Além disso, o que os censos oficiais registram como prédio escolar mascara o grande déficit de implementação da rede física da educação escolar indígena, principalmente na rede municipal de ensino. Em pesquisa de campo, constatei que muitas escolas funcionam em prédios improvisados, como casas de professores, igrejas, bares e casas de farinha. Além disso, há escolas que funcionam, de forma ainda mais improvisada, em armazéns de cacau, casas de barro, de lona e de palha. Segundo dados do INEP de 2008 (Brasil 2009), que contabilizava 6.969 alunos indígenas, a maioria dos estudantes - 4.993 -

estava nas turmas iniciais do Ensino Fundamental, 995 em turmas de Educação Infantil, enquanto apenas 225 matriculados no Ensino Médio, número menor do que o de matrículas nas Turmas de Educação para Jovens e Adultos, que contavam com 726 alunos. A maioria desses estudantes estudava em turmas multisseriadas – 1.205, existindo somente 14 turmas unificadas. Em depoimentos, os professores indígenas apresentam como óbice para o processo de aprendizado do aluno o fato das turmas serem multisseriadas. Todos os alunos, independente da turma, assistem às aulas no mesmo horário e na mesma sala. A turma multisseriada é um problema enfrentado por indígenas em todo o estado. Nelas, os alunos, em diferentes estágios de formação, têm o aprendizado prejudicado, por não disporem de um atendimento mais especializado, de acordo com os conteúdos demandados pelo grau de formação de cada um (SILVA, 2013, p. 7 e 8).

Diante as dificuldades do pacto colaborativo através do TEe, os povos indígenas da Bahia têm se articulado através de seus movimentos sociais e políticos a exemplo do Fórum de Educação Indígena na Bahia -FORUMEIBA, Movimento Unido dos Povos Unidos da Bahia – MUPOIBA e Movimento Indígena da Bahia – MIBA. Esses movimentos são constituídos por lideranças educacionais, políticas e tradicionais. A parceria com outros órgãos indigenistas possibilitou a criação da categoria professor indígena e consequentemente o concurso público específico para professores indígenas da Bahia (2011).

Apesar da regulamentação de algumas legislações no amparo da educação escolar indígena que mencionamos no referido capítulo, na prática houve poucas mudanças no município de Porto Seguro.

No município de Porto Seguro foi instituído a Lei Municipal Nº 1240/15, de 19 de junho de 2015, que aprova o **Plano Municipal de Educação** – PME do Município de Porto Seguro, em consonância com a Lei Nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação. No referido plano foi inserido a **meta 19** para contemplar as questões específicas da educação escolar indígena, contudo até a presente data pouco se avançou no que foi posto, podemos afirmar que das 55 ações enumeradas apenas 10 destas ações foram contempladas.

Umas das prioridades é a efetivação dos professores indígenas em concurso público e específico, que inclusive está prevista na meta 19.52, (DOMPS, 2015, p.126) do referido plano. Sendo que o concurso que abriu vagas para professores indígenas ocorreu em 2007 e, em 2018, houve um novo concurso municipal, contudo não supriu a lacuna dos professores indígenas nas escolas, neste contexto faremos um histórico sobre o vínculo destes profissionais.

3.1 – Legislação e Vínculo dos professores indígenas do Município de Porto Seguro

Os professores indígenas da rede municipal de Porto Seguro, em sua maioria, trabalham em regime de contrato temporário. O primeiro concurso público do município com vagas específicas, destinadas às comunidades indígenas, foi realizado em 2007. No entanto, poucas foram preenchidas, devido às exigências. No cargo de professor nível II, por exemplo, de acordo com o edital os candidatos deveriam ter a formação mínima de nível superior. Nenhuma das vagas foi preenchida.

Os professores que tinham formação no magistério indígena e magistério convencional fizeram provas para o cargo de professor nível I, no qual doze candidatos indígenas foram aprovados, sendo que destes, três eram da Escola Aldeia Velha.

Em Porto Seguro, até o ano de 2010 a contratação dos servidores para a escola indígena era organizada pela Secretaria Municipal de Educação através da Diretoria de Educação Escolar Indígena, com a participação das lideranças das respectivas escolas. Os caciques tinham autonomia de indicar os candidatos, a partir de consultas à comunidade escolar, que avaliava as atividades e competências dos candidatos.

A partir de 2011 a Prefeitura Municipal de Porto Seguro publicou o edital para processo seletivo de contratação de servidores públicos, inclusive os indígenas. A partir de então, mudam-se as regras de contratação dos servidores, e os caciques e a comunidade deixam de ter autonomia nas decisões relativas a contratações.

Atualmente, alguns professores não indígenas atuam nas escolas indígenas, principalmente nas aldeias Barra Velha e Boca da Mata, no ensino médio. Na escola da Aldeia Velha todos os professores são indígenas que moram na comunidade.

Para inserção dos professores não indígenas além dos títulos exigidos, os candidatos não indígenas devem apresentar a comprovação de experiência com a educação escolar indígena, e a anuência das lideranças das respectivas comunidades.

Os candidatos indígenas, além dos títulos exigidos deveriam apresentar comprovação de residência na comunidade e comprovação étnica indígena pataxó através da declaração da FUNAI, com anuência dos caciques e lideranças.

O contrato em regime temporário de professores vem se prolongando nos últimos anos no município, somente no final de 2018 é que a Prefeitura Municipal de Porto Seguro abriu inscrições para um novo concurso, por meio do edital Nº 1457/2018.

O referido edital sinaliza o quantitativo de vagas nas escolas indígenas e menciona que as formações em licenciatura intercultural são apenas para candidatos indígenas. Contudo, na

entrevista que fizemos com os candidatos da comunidade Aldeia Velha que participaram do concurso, disseram que as provas aplicadas não contemplaram as temáticas, assuntos e conteúdo abordados nas licenciaturas interculturais. Diante da situação, a maioria dos candidatos indígenas tiveram nota abaixo da média, o que impediu a aprovação da maioria dos candidatos.

Os aprovados no concurso para áreas indígenas ficaram na seguinte ordem:

Tabela – 6 Números de professores aprovados na área indígena no concurso público de 2019 em Porto Seguro.

	Pedagogo	04	Não indígena		Ciências	11	Não indígena
01	Indígena		Língua Portuguesa	08	Não indígena	12	Não indígena
02	Indígena	05	Não indígena	09	Não indígena	13	Não indígena
	Matemática	06	Não indígena	10	Não indígena		Geografia
03	Não indígena	07	Não indígena		História	14	Não indígena

Fonte: Tabela produzida pelo pesquisador com dados obtidos na relação dos candidatos aprovados no concurso público de Porto Seguro, DOPMPS, 2021.

No mesmo edital os candidatos contratados para as escolas indígenas, exigiam apenas os títulos acadêmicos reconhecidos pelo MEC, as demais documentações que eram exigidos nos processos seletivos tais como a comprovação de residência na comunidade e comprovação étnica indígena Pataxó através da declaração da FUNAI, com anuência dos caciques e lideranças.

Não existe um plano de carreira específico para os professores indígenas do município de Porto Seguro, esses profissionais estão enquadrados no mesmo plano dos demais servidores da categoria do município. Após várias reuniões com a APLB, provocadas por meio da DEEI foram inseridos novos elementos no estatuto do plano de carreira dos professores do município, publicada em dezembro de 2018.

Com a reformulação do referido estatuto, foram inseridos no capítulo II “Do Ingresso”, art. 15, § 2º III – que:

Para a docência na Educação Escolar Indígena, exigir-se-á o curso de Magistério, na modalidade de Ensino Médio, Licenciatura em Pedagogia, em áreas específicas e intercultural, considerando suas áreas de conhecimento; IV – O concurso, ao tratar de vagas da Educação Escolar Indígena, será de

provas e títulos, consideradas as especificidades, quanto aos conhecimentos gerais das provas a serem realizadas (DOPMPS, 2019, p.14).

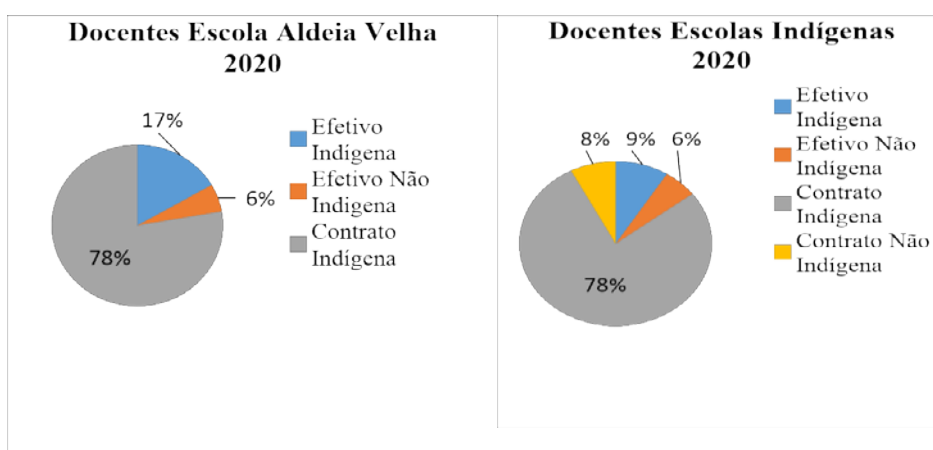
Mesmo tendo o município 19 aldeias indígenas, com 18 escolas indígenas que atendem da Educação Infantil ao Ensino Médio, bem como as legislações específicas da educação escolar indígena a gestão municipal não levou em consideração as especificidades das comunidades indígenas no processo do edital do concurso público no edital nº 1457/2018.

Numa entrevista realizada com o diretor de ensino indígena ele disse que a DEEI promoveu várias reuniões nas comunidades, em diálogo com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro, apresentando a necessidade de realizar um concurso específico e diferenciado para as áreas indígenas.

O encaminhamento dos professores não indígenas aprovados deste concurso para algumas escolas indígenas está ocasionando uma situação desconfortável, pois as lideranças indígenas e comunidade escolar não querem aceitar esses profissionais. O diretor nos apresentou um documento da escola em que as lideranças relatam que, atualmente, seus professores são licenciados ou cursando, ao aceitar esse não indígena eles estarão retirando a vaga de um parente, bem como esses não indígenas não conhecem as especificidades de sua comunidade, cultura e cosmologia.

Abaixo, o gráfico apresenta as porcentagens dos professores efetivos e contratados da Escola Aldeia Velha, e das escolas indígenas do município, tendo como referência a folha de frequência das escolas indígenas do mês de julho de 2020.

Figura 12 – Gráficos dos docentes da educação escolar indígena do ano letivo de 2020.



Fonte: Gráfico produzido pelo autor tem com base nos documentos pesquisados.

Diante do contexto, o número de professores contratados temporariamente é bem superior em relação aos efetivos, isso traz impactos na promoção de educação escolar diferenciada, pois os professores não podem reunir, organizar e planejar o ano letivo com mais qualidade porque são convocados praticamente no dia de iniciar o ano letivo.

Esses profissionais ficam vulneráveis com seus compromissos financeiros, pois o contrato pode ser rescindido a qualquer momento. Também não podem progredir no plano de carreira do magistério público municipal devido ao vínculo de contrato. Outra situação é que os que estão cursando as licenciaturas interculturais e precisam sair da comunidade para participar do curso, tem que pagar uma pessoa para substituir, porque não têm direito de um substituto por não serem efetivos.

3.2 – Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro

A matriz curricular das escolas indígenas de Porto Seguro o que difere da do município é a inserção da disciplina língua materna, suas práticas, metodologias e objetivos de aprendizagem são realizados a partir da construção de seus projetos políticos pedagógicos.

Figura 13. Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro, anos iniciais do Ensino Fundamental.

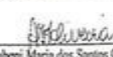
 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 (NOVE) ANOS - 1º ao 5º Ano / 2016 - EDUCAÇÃO INDÍGENA

Dias Letivos: 200 Semanas Letivas: 40 Dias por semana: 05

Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		TOTAL
		C.H. Semanal	C.H. Anual	C.H. Semanal	C.H. Anual	C.H. Semanal	C.H. Anual	C.H. Semanal	C.H. Anual	C.H. Semanal	C.H. Anual	
I - Línguas	Língua Portuguesa	06	240	06	240	06	240	05	200	05	200	1120
	Língua Materna	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
	Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
	Arte	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
II - Matemática	Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160	800
III - Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
IV - Ciências Humanas	Integradas (História e Geografia)	03	120	03	120	03	120	—	—	—	—	360
	História	—	—	—	—	—	—	02	80	02	80	160
	Geografia	—	—	—	—	—	—	02	80	02	80	160
TOTAL		29	800	29	800	29	800	29	800	29	800	4000

OBS: Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena serão desenvolvidos em todos os Componentes Curriculares.

 **Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro**
 Anselmo Maria dos Santos Oliveira Terezinha Siqueira Farias
 Presidente CME Lei N.º 256/97 Secretária Municipal de Educação

Recebido pelo CME
 Protocolo nº _____
 Porto Seguro,
 05/11/2015
 Secretário Exec. - CME

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro, 2015.

Figura 14. Matriz Curricular das Escolas Indígenas de Porto Seguro, anos finais do Ensino Fundamental.

Conselho Municipal de Educação
Educação de Porto Seguro

Lei N.º 256/97

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO
SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Coat of arms of Porto Seguro
In alba para a cidade

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO SEGURO - CME

ANEXO III - MATRIZ CURRICULAR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (5º ao 9º) - 2019 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
Dias letivos: 200

Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	EXC. FORMATIVO	7º Ano				8º Ano				9º Ano				TOTAL
			Semestral		Anual		Semestral		Anual		Semestral		Anual		
			CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH	CH			
I - Línguas	Língua Portuguesa	BNC	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160	640		
	Leitura e Produção de Texto	PD	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	160		
	Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa)	BNC	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	160		
	Língua Materna (Português)	BNC	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	320		
	Matemática	BNC	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	160		
	Educação Física	BNC	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	320		
II - Matemática	Matemática	BNC	04	160	04	160	04	160	04	160	04	160	640		
III - Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	BNC	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	480		
IV - Ciências da Terra e da Sociedade	História	BNC	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	320		
	Geografia	BNC	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	320		
	História de Porto Seguro	PD	—	—	—	—	02	80	02	80	—	—	160		
	Diversidade Cultural	PD	02	80	02	80	—	—	—	—	—	—	160		
	Educação Religiosa	BNC	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	160		
TOTAL			25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	4.000		

Secretaria Municipal de Educação - Conselho Municipal de Educação
Rua Pernambuco, 66 - Centro - Porto Seguro, BA

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro, 2015.

No entanto estes PPP estão desatualizados, tendo em vista que a maioria foi feito de forma muito rápida para contemplar a documentação necessária na regulamentação e criação dos conselhos escolares em 2013.

O Plano Municipal de Educação já previa que as secretarias de educação municipal, em parcerias com outras instituições, pudessem implantar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configuram a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.

Pactuar com a União, Estado e Distrito Federal, no âmbito da instância permanente, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental, bem como suas formas de ensino e de aprendizagem e projetos societários garantidos na Constituição Federal de 1988 e norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, no âmbito dos territórios etnoeducacionais. (DOMPS, 2015, p.121).

Tendo em vista essa necessidade de adequar os objetivos de aprendizagem de acordo com a nova BNCC, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro iniciou um processo

de elaboração e atualização da proposta curricular das escolas do município, inclusive a das escolas indígenas, diante o exposto a Coordenação Pedagógica da Educação Escolar Indígena, começou junto com as comunidades indígenas um processo de consulta e elaboração da proposta curricular das escolas indígenas, que de acordo com Carvalho e Carmo se deu da seguinte forma:

No primeiro momento foi criada uma comissão com vinte representantes, composto por professores e coordenadores que trabalham nas escolas indígenas Pataxó de Porto Seguro, subdividida em quatro núcleos, a saber: (Maroxi, Kijetxawê, Xohã e Mupãriwatá) considerando prioritariamente a logística do território, esta comissão ficou responsável por realizar grupo de estudos com a comunidade e os profissionais da Unidade Escolar, e trazer as produções para a reunião de comissão para sistematizar com os representantes dos demais núcleos. Sendo nomeados cinco profissionais, um de cada área de conhecimento, pedagogo, professor licenciado na licenciatura intercultural em linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática (CARVALHO e CARMO, 2019, p. 3).

Fiz parte da comissão, neste sentido iremos apontar algumas dificuldades que encontramos neste percurso, dentre elas: a logística para reunir a comissão devido as distâncias entre as aldeias, bem como esses profissionais estavam em suas atividades diárias na docência em sala de aula; falta de compromisso de alguns integrantes da comissão, o que dificultou melhor discussão de algumas áreas de conhecimentos. Mesmo diante as dificuldades conseguimos encaminhar, em dezembro do ano de 2020, o documento da proposta curricular da Educação Infantil, anos iniciais e finais da Educação Fundamental para o Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro, para as devidas apreciações.

Acreditamos que a partir destas orientações, as escolas possam discutir em suas bases e atualizar seus PPP de acordo com a realidade de cada unidade escolar.

Práticas e Vivências do Povo Pataxó (Produto da dissertação).



Neste produto apresentaremos experiências vivenciadas no cotidiano da aldeia, evidenciando o grau de envolvimento destas manifestações comunitárias com a Educação Escolar Indígena intercultural, comunitária, bilíngue, específica e diferenciada, trazendo aspectos e práticas da cultura tradicional Pataxó e suas transformações, bem como algumas manifestações culturais vivenciadas pelos moradores, sobretudo integrantes da comunidade escolar, do grupo de cultura, cacique, anciãos e anciãs detentores dos saberes e fazeres.

Ao longo de minha trajetória de morador, liderança e professor na comunidade e escola da Aldeia Velha, venho participando das manifestações culturais como meio de fortalecimento e afirmação da cultura Pataxó. Neste período percebemos o quanto a educação escolar vem fortalecendo esse trabalho de reafirmação das manifestações culturais, ao tempo que os professores dialogam com esses saberes indígenas na escola proporcionando uma educação específica, intercultural, bilíngue e comunitária.

A escola é o reflexo da comunidade e a comunidade é o reflexo da escola. Podemos afirmar que a escola desde sua implantação, logo após alguns meses da retomada ocorrida em março de 1988, tornou-se, até a presente pesquisa, o esteio da comunidade sempre dialogando com os moradores e lideranças no fortalecimento e construção dos projetos societários.

A metodologia que utilizamos para apresentar essas **Práticas e Vivências da Cultura Pataxó** foi a nossa trajetória de vivência e observação, pesquisas documentais e entrevistas com as principais pessoas envolvidas neste processo.

Essas práticas e vivências do Povo Pataxó que constituem o produto final deste trabalho, pretendo disponibilizar por meio digital para as escolas indígenas e não indígenas do município de Porto Seguro. A LDBEN (1996) menciona a necessidade de proporcionar às comunidades e povos indígenas, a recuperação de suas memórias históricas, elaborar e publicar sistematicamente material específico e diferenciado.

1 - Habitações do Povo Pataxó e suas Transformações

O Povo Pataxó era coletor, pescador, caçador e não tinha morada fixa. Eram indígenas seminômades e habitavam o território entre o Rio João de Tiba (atual Santa Cruz de Cabrália - BA) e o Rio Mucuri (Atual São Mateus – ES), com isso seus abrigos para descansar, dormir ou proteger das chuvas estavam espalhados pelo território.

Ao longo dos séculos tivemos que nos adaptar para sobrevivermos, nossos territórios tradicionais foram sendo transformados em capitânias, vilas, aldeamentos e, por fim, em cidades. O que temos de descrições sobre as primeiras moradias dos Pataxó, vem do Príncipe Maximiliano.

Para conhecê-los melhor, subi o rio Prado, a 30 de julho de 1816 até ao lugar que ficavam as choças dos selvagens, mas não os encontrei, porque se tinham retirado para muito longe. Os caules das árvores novas e os mourões cavados no solo são encurvados na extremidade superior, amarrados uns aos outros e cobertos de folhas de coqueiros ou de patyoba. As choças são muito achatadas e baixas; cada uma tem, perto, uma espécie de fogão constituída de quatro forquilha fincadas na terra, nas quais repousam quatro varas, sendo estas cruzadas por outras, colocadas bastante juntas, de modo a permitir assar ou cozer a caça (NIWEUD, 1940,p. 209).

Figura 15 - Choça dos Pataxós.



Fonte: Gravado por Seyffer e Rist. Stuttgart, 1816.

Observando a gravura acima, percebemos que não há divisórias, são espaços abertos para descanso. Na choça do meio há quatro forquilhas com envaramentos sobre sua base as quais servem como fogão, usados para moquear suas caças, como descrito pelo viajante.

Entrevistamos o ancião Pataxó senhor Manoel Jorge, ele nos conta, que na década de 1960 morou na T.I. Pataxó de Imbiriba embaixo da aba de uma árvore por nome de Jundiba, afirma que era uma madeira de longos anos e o vento havia derrubado, devido a necessidade aproveitou e fez de sua moradia juntamente com a esposa e filhos, moraram por cerca de um ano.

No trabalho de Carvalho encontramos aspectos das moradias dos Pataxó de Barra Velha, na qual ela descreve.

As casas são em sua grande maioria construída pelas técnicas de “sopapo”, com as paredes externas geralmente sem reboco ou pintura, destacando-se algumas pela melhor aparência, tanto externa quanto interna; dominam as coberturas de palha de palmeira, havendo as também de tabuinhas e, num caso de telhas (CARVALHO, 1977, p. 62).

As casas de “sopapo” ou de taipa deram continuidade na maioria das casas dos aldeamentos Pataxó no século XX. A principal madeira utilizada para fazer essas casas é a Biriba, por ter uma durabilidade maior e ter melhor aproveitamento da maioria de suas partes, toda a casa é feita dela (os esteios que são enfincadas ao chão, as linhas de brando, os caibros e ripas) estas árvores devem ser cortadas em noite escura, pois em noites com lua clara dá umas brocas na madeira. Feita a medida da casa, é armada uma espécie de caixa, geralmente com formato quadricular e duas águas. São colocadas madeiras mais grossas nas extremidades, e mediana sobre suas bases, que a chamam de linha de brando.

Para constituir as paredes, são feitos envaramentos, os quais são amarrados com a entrecasca da biriba, que a chamam de imbira (ou cipós), estes “quadrados” com suas medidas de aproximadamente dez por quinze centímetros de diâmetro (10X15). Após a armação da casa vem o processamento de embarreio (preenchimento das paredes com o barro).

Existem dois formatos de fazerem esse processo pelos moradores: o primeiro formato é o mutirão, que se constitui na reunião de várias pessoas e são divididas e compartilhadas as tarefas. As mulheres providenciam o mângute (comida) e a (miãga) água para beber. Os homens fazem um buraco nas proximidades para adquirir o barro, depois são retirados e colocados num local, coloca-se água e começa a amassar e misturar com os pés de forma que crie uma liga pastosa. Quando estiver no ponto certo são transportadas próximo aos

envaramentos e os envolvidos pegam os bolos de barro e, com as mãos, “jogam” nas paredes e vão colocando e delineando, parede por parede até concluírem a casa.

O segundo formato é que chamam de roubo ou adjunto – é feito o mesmo processo anterior, a diferença é que as pessoas, sabendo que uma determinada casa está apta ao embarreio, reúnem-se e antes do nascer do sol em clima festivo, com cânticos, danças chegam ao local de forma a surpreender o dono da casa e começa o processo do embarreio. O dono por sua vez, vai providenciar a comida.

As armações já devem estar cobertas antes do embarreio, pois pode chover e estragar as paredes, que precisam ficar entre uma semana a duas para secar por completo, a depender das condições do tempo. Estas coberturas são de palmeiras (malibu, que é encontrada próximas aos brejos ou folha da patyoba), tabuinhas, Eternit de amianto, e com menos frequência de telhas de cerâmica.

Encontramos algumas chocas no formato de duas águas com palhas em suas extremidades até o chão. A diferença entre esta e a de sopapo é que as amarras são no sentido horizontal em espaçamento maior que, ao invés de serem preenchidos por barro, são colocados palmeiras tais como: folha da patyoba, malibu, coco da Bahia e coco de xandó.

O piso de ambas é o chão batido com o próprio barro que é molhado e socado para que fique bastante firme.

A durabilidade das casas feitas de “sopapo” varia muito, entre dez, quinze até vinte anos. Mesmo que ela esteja com vários anos e em estado precário, enquanto tiver uma família habitando-a, não cai. Mas, ao deixar de ser habitada, ela começa a se deteriorar e cai num tempo muito rápido.

Um dos fatores relacionados ao tipo de moradia é a matéria prima disponível, transporte e recursos financeiros. Em várias comunidades indígenas encontramos casas feitas de tábuas.

Figura - 16

As três primeiras imagens casa de sopapo e o mutirão para o embarreio. As duas abaixo, casa de envaramento preenchida de palmeira.



Imagens do autor.²²

No século XXI houve várias transformações nas habitações do Povo Pataxó, isto ocorreu pelas mudanças que ocorreram na região habitada por esse povo.

A partir da década de 70, mudanças socioeconômicas ocorridas na região do Extremo-Sul, a exemplo da construção da BR-101 e da exploração sistemática da Mata Atlântica por grandes madeireiras - responsáveis pela exportação em larga escala de madeiras nobres -, a pecuária e o incremento do turismo trouxeram transformações nos fluxos culturais locais e repercutiram também na organização socioeconômica e cultural dos Pataxó, com implicações na construção de sua identidade étnica. De essencialmente agrícolas, passam a se dedicar a atividades direcionadas para o turismo, com a produção e comercialização do artesanato indígena. Com isso, os contatos com outros segmentos sociais externos à comunidade indígena são intensificados (CESAR, 2010, p. 24).

Com a construção da BR 101, a exploração de madeiras e posteriormente o aumento do fluxo turísticos principalmente nas cidades de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, um grupo de Pataxó oriundo da diáspora do fogo de 51 em busca de trabalho e melhores condições de vida no início da década de 70 retornam aos territórios habitados por seus antepassados. Inicialmente continha umas três famílias, posteriormente foi chegando mais parentes, com isso foi criada a Aldeia de Coroa Vermelha. A aldeia se constitui em um polo

²² A primeira imagem da esquerda casa de sopapo na Aldeia Velha, ao lado um embarreio realizada na aldeia Pataxó Tibá em Cumuruxatiba, as de baixo casa envarada com preenchimento de folha de xando na T.I. de Imbiriba as margens do rio dos Frades.

turístico, no município de Santa Cruz Cabralia, entre Porto Seguro e Belmonte, nos km 76 a 79 da BR-367.

Entre a década de 1970 e 1990 as construções das casas nesta aldeia se deram de forma tradicional, ou seja, de sopapo, envaramento e tábuas. Mas com a chegada dos 500 anos de Brasil o governo da Bahia fez várias intervenções arquitetônicas na gleba A²³, construção de museu, lojas para colocar artesanatos, passarelas dentre outras. Houve inúmeras situações que desencadearam com a chegada dos 500 anos, mas enfatizaremos as transformações dos modelos construtivos das casas habitacionais.

Na ocasião das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, a “Gleba A” passou por uma série de reformas, visando não apenas ampliar o número de lojas e barracas e favorecer maior quantidade de proprietários indígenas, mas proporcionar aos turistas o contato com um universo “autenticamente” indígena (MIRANDA, 2009, p. 62).

Depois do ano 2000, as lideranças da Aldeia Coroa Vermelha criaram relações políticas mais intensas com representantes do Estado em busca de projetos de políticas públicas, sendo uma delas o Programa de Unidades Habitacionais.

Segundo o relatório da CAR, o Governador do Estado em visita a essa aldeia em 2006, iniciou um plano de obras para beneficiar a comunidade com pavimentação, drenagem, centro cultural, esgotamento sanitário e, dentre essas ações, as casas com modelo padrão construídas com paredes de lajota e cobertura de telhas de cerâmica, medindo 42m² e 48m², com sala, com cozinha, com divisória aberta, banheiros, dois quartos e uma área interna com tanque. (SEDUR, 2012).

A partir de então, as lideranças de outras comunidades indígenas Pataxó buscaram beneficiar suas comunidades com esse programa de unidade habitacional. Dentre elas Barra Velha, Aldeia Velha e Imbiriba. A Comunidade Indígena Pataxó Aldeia Velha, foi contemplada com 120 unidades habitacionais.

Pensando nessa precariedade as lideranças indígenas Pataxó, com apoio de parceiros, buscaram junto ao governo Federal e Estadual a construção de moradias eco social. E através da seleção pública 001/2010 (produção social de moradias para populações tradicionais do estado da Bahia, no âmbito do sistema estadual de habitação de interesse social) foram contempladas com 120 moradias, essas substituíram as construções de taipa. A primeira etapa iniciou-se em novembro de 2010 com duas casas modelos, uma contrapartida interessante desse projeto é a participação direta dos indígenas

²³ SAMPAIO (1996) a T.I. Coroa Vermelha é formada por três glebas A, B e C. Sendo a gleba A, onde fica no lado das praias, a B área de agricultura e a C onde foi implantado o trabalho de Etnoturismo da Reserva da Jaqueira.

nas construções, a qual tem uma ajuda de custo de 12,5% do valor do projeto. Além de ajuda técnica da ONG que administra o projeto, com cursos de capacitação na construção civil para que os mesmos fizessem suas moradias (CARMO, 2019, p.26).

Na Aldeia Velha o projeto teve algumas dificuldades pois, inicialmente, deveria ser feito de solo cimento, mas a ONG responsável pela execução não encontrou matéria prima suficiente. Após reunião com as lideranças e beneficiários decidiram fazer de lajota. Foram construídos no estilo mutirão a cada lote de dez casas, os beneficiários se ajudaram mutuamente até ficarem em ponto de madeira. Com certa dificuldade, conseguiram a finalização.

Alguns moradores fizeram pinturas na faixa de suas casas com traços ou artefatos indígenas, como isso reafirmando a sua identidade Pataxó. As casas anteriores feitas de taipa tiveram que ser demolidas uma substituindo a outra, algumas famílias criaram certa resistência na demolição, pois cerca de 50% destes núcleos familiares tinham uma média de seis pessoas residindo. Com a entrega do projeto vários destes fizeram ampliações, a habitação do projeto mede 49m², com dois quartos, um banheiro, sala, cozinha, meia varanda, meia área de serviço.

Figura 17- Imagens das casas modelos na Aldeia Velha



Imagens do autor, 2012.

Podemos concluir que houve várias mudanças na forma como os Pataxó se relacionam com seus territórios e, conseqüentemente, com suas moradias. Muito somos cobrados se antes não usávamos “roupas” e nos impuseram a colocarmos roupas, hoje questionam porque não

usamos novas vestimentas tradicionais. Outros, ao adentrarem nas aldeias e verem essas construções de lajotas, falam nossa são índios moram em casa normais que nem a gente.

É necessário entender que nunca houve uma política que pudesse propor uma construção de respeito as especificidades tentando conciliar o que desejam essas comunidades, o que houve sempre foi na perspectiva de integração e assimilação.

Após a Constituição Federal de 1988, que pensávamos ter uma nova lógica de diálogo e construção de políticas públicas, deram continuidade na imposição de projetos em nossos territórios.

2 - O uso das plantas e ervas medicinais e a Comunidade Indígena Pataxó da Aldeia Velha.

O uso das plantas e os povos indígenas é secular no Brasil. Desde a chegada dos portugueses, os povos originários já faziam uso dessas ervas em suas medicinas tradicionais na cura do corpo e do espírito, elas nunca estão dissociadas.

Os europeus utilizaram dessa medicina, sendo um dos fatores para a sua sobrevivência. Posteriormente, muitos naturalistas vieram ao Brasil e foram descrevendo essa riqueza de diversidade da flora e suas diversas utilidades. O naturalista Príncipe Maximiliano, em sua viagem ao Brasil no ano de 1816, em uma de suas passagens no litoral baiano descreve uma experiência com usos de ervas medicinais utilizadas pelos Pataxó.

Um índio, que morava em Trancozo, sofria de um grande incômodo intestinal: “os Patachós” levaram-no consigo até a mata e em três meses deram-no completamente são. Puzeram-lhe sobre a cabeça, como depois ele contou, uma forquilha de madeira, colocaram o intestino no lugar devido, aplicando depois sobre o lugar doente uma espuma espessa feita com o suco fervida de uma planta, e puxaram-lhe um pé para o lado. Depois de o manterem durante algum tempo nessa incômoda posição, deitaram-no ora de costas, ora de ventre, alternadamente e aplicaram-lhe demoradamente cataplasmas daquela mesma planta, despedindo-o por fim completamente são (NIEWEUD, 1940, p. 305).

Os nossos ancestrais sempre cuidaram da saúde de nossos familiares através da medicina tradicional. Em nossa comunidade temos um Posto de Saúde Indígena – PSI, onde são disponibilizados alguns serviços básicos de baixa complexidade através da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Contudo, os moradores fazem uso de remédios caseiros utilizando ervas medicinais. Na aldeia temos rezadores, parteiras e benzedeiras.

A equipe da Escola da Aldeia Velha, em suas práticas pedagógicas, faz medição desses saberes tradicionais com o objetivo de sistematizar e reafirmar essa cultura milenar. Através da educação escolar estamos tendo a oportunidade de sistematizarmos esses saberes que vêm sendo passados de geração a geração por nossos anciãos.

Os povos indígenas do Brasil vivem atualmente um momento especial de sua história no período pós-colonização. Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural, hoje respiram um ar menos repressivo, o suficiente para que, de norte a sul do país, eles possam reiniciar e retomar seus projetos sociais étnicos e identitários. Culturas e tradições estão sendo resgatadas, revalorizadas e revividas. Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia, na escola e nas cidades. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias ou nas grandes cidades brasileiras. (GERSEM, 2006, p.40).

Dentre os projetos que a escola desenvolveu ao longo dos anos iremos citar dois que expressam o uso dessa medicina tradicional, ou seja, o uso das ervas. O primeiro é a que denominamos de **quintal pedagógico** que é um espaço no fundo da casa da Pajé Jaçanã onde são cultivadas diversas ervas e plantas medicinais, o qual é visitado por várias pessoas. Constantemente os professores da comunidade utilizam esse local para ministrar suas aulas nas quais a Pajé descreve quais são as ervas e suas utilidades. A partir desses diálogos a escola tem como objetivo catalogar, filmar, regar, acompanhar, registrar e sistematizar todas as possibilidades de informações que venham a contribuir na reafirmação e divulgação dos saberes tradicionais envolvidos dentro desse espaço. Além do quintal da Pajé, existem outros onde são cultivados essas ervas, mas o dela é o mais frequentado.

O segundo foi o **Encontro Saberes e Fazeres de Mestres Indígenas**, o projeto foi realizado em parceria com o Instituto Tribos Jovens - ITJ, Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, cacique, vice cacique, lideranças, Fundo de Cultura/SECULT/BA, outros parceiros institucionais e contou com a participação de representantes de 13 aldeias indígenas.

Houve vários momentos nesse encontro e um desses foi uma roda de conversa, a partir deste diálogo que iremos apresentar as vivências da Cultura Pataxó.

Maciel e Neto Apud Portugal em seus trabalhos, nos relata que esses saberes são transmitidos oralmente:

A medicina popular é, de início, uma medicina tradicional, o que não representa imutabilidade, e seu modo de transmissão é oral e gestual, através do 'ouvir-falar' e 'ver-fazer', que se dá por meio da família ou vizinhança (PORTUGAL, 1987). A prática da medicina doméstica não é

apenas herdada, mas também aumentada e diversificada através dos relacionamentos existentes entre as pessoas de diversas regiões do país, sendo as benzedeiras, em parte, responsáveis por tais práticas (MACIEL e NETO, 2006, p.3).

Fizemos uma entrevista com Maria d'Ajuda Alves da Conceição (Jaçanã Pataxó), que é Pajé, parteira e benzedeira da Aldeia Velha, ela nos conta um pouco de sua experiência que iremos contextualizar:

Sejam, todos bem vindos vou dá minha palestra. Sou parteira, sou benzedeira, e, sou remedeira também, porque faço muito remédio. Intonsi eu aprendi também a fazer parto com idade dos vinte anos, que desde que nasci pode se dizer que já tinha vontade de ser parteira, então realizei meu parto quando eu fiz vinte anos, eu já tinha dois filhos. Daí, eu peguei a fazer parto. O primeiro menino que peguei foi Cosmo aqui (e aponta na direção da casa de Cosme, que fica em frente ao local que foi realizado o encontro) o marido de Lourdes, ali, filho de comadre Marinalva. Foi o primeiro parto que eu fiz, ele já deve ter uns quarenta anos, não sei. Já peguei muita criança aí, já peguei mil criança e graças a Deus estou muito alegre, nunca morreu nenhuma em minhas mãos (Jacanã, informação verbal, 2017).

Depois, continua dando sua entrevista com o depoimento de uma pessoa que mora fora da aldeia, e ela fez o remédio.

É..Uma moça me agradecendo, ela já vem me agradecer, mas sempre ela vem pra me agradecer. Que graças a Deus ela botou um mioma, um cisto sei lá, deste tamanho assim (e faz um gesto como se estivesse pegando nos dedos de forma circular, medindo cerca de 5cm de diâmetro). O médico disse que já estava grande e precisava operar. Ela veio aqui em casa, na minha casa e daí falou que remédio que servia? Fiz uma garrafada, dei pra ela, Apois sumiu. Ela foi ao médico (acreditamos que o médico tenha feito um ultrassom) o médico disse oxente o que aconteceu? Como sumiu isso de sua barriga? Ela disse foi uma garrafada que jaçanã fez. E continua: Muitos vão ser cortados, porque não procuram uma pessoa que faz um remédio, então tem que ser cortada (quer dizer fazer uma cirurgia). Um corte numa pessoa não é molhe. Vamos fazer um remédio caseiro, vamos fazer um remédio que serve pra nós, pra nós não ficar cheio de cicatriz ne, não vamos sentir tanta dor, como o remédio não senti dor e bota aquilo pra fora (Jacanã, informação verbal, 2017).

Realizamos uma entrevista com Japira Pataxó, que reside na Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, e é rezadeira e benzedeira. E nos conta um pouco sobre seus conhecimentos tradicionais.

Faço banho pra olhado, às vezes tem gente que tem bruxaria, faço banho também pra bruxaria, e às vezes....(ele perde um pouco da narrativa, mas continua) hoje em dia até uma criança sabe fazer bruxaria. Por quê? Existe livro que ensina, as crianças que sabe lê faz também, não precisa nem procurar um adulto. Eu faço banho, eu rezo também de olhada, de inveja, tudo eu faço, lá na minha aldeia. E que nem dona menina fala (e aponta pra

Jaçanã) quem me procurar, eu estou aqui de braços abertos, pra eu cuidar das pessoas, agora aquele que não acredita na gente. Porque hoje em dia eu tiro assim: se um menino sente uma disenteria não procura um mato pra fazer um chá não, procura é um médico. Vou lá no médico levar meu menino que está sentido um dor na barriga, sabendo que a gente tem remédio dentro de casa. E pra derrame também, as pessoas às vezes que tem começo de derrame (AVC), a gente também, tem remédio. E assim tipo uma simpatia a gente não fala pra pessoa. Aquele remédio que a gente vai dar praquela pessoa, eles nunca sabem. Se o cara sabe, aquela doença não sara, aí é tipo uma simpatia que a gente faz (Japira Pataxó, informação verbal, 2017).

Fizemos uma entrevista com Maria Bernarda (Coruja Pataxó), ela é residente da Aldeia Pará que fica no território de Barra Velha, e ela tem conhecimentos com as ervas medicinais e uma conexão profunda com a cosmologia pataxó. Dona Coruja tem problemas na audição e às vezes repete e fala alto, por isso em sua transcrição há algumas repetições.

Eu, me chamo Coruja, significa Coruja Suindára, em Barra Velha ninguém me conhece por Maria, só, Coruja. Agora eu vou falar o nome dos remédios pra que, que serve: pra pneumonia: a gema do ovo, o cardo santo e o riço (óleo) pra pneumonia. Cadê ela? (procura nos lado e aponta pra sua filha, que deve ter uns 35 anos) ela ali tá vendo, aquela ali tava pequenininha, quase que ela morria no mar, nesse eixo de mar ai o. Eu com ela no braço, chorando e, ela só escumando. Quando cheguei em casa que eu fiz. Deus me ajudou, me avisou que o riço, o cardo santo e a gema do ovo, era bom pra pneumonia, eu cheguei peguei o ovo, o cardo santo e o riso bati e dei pra minha filha. Hoje em dia todo mundo está vendo ela aí viu é o remédio. Prá.. (ela para um pouco e pensa) pra derrame o banho da nega mina, o banho da nega mina, o sumo do coentro maranhão. Foi o que dei a meu marido, ele está lá, ele tá bom (e aponta em direção a sua aldeia). Pra febre malinada é o sudor do são caetano. Melão de são caetano. Pra lepra e o purgante da pulga do campo. Cadê ele? Pode perguntar pra ele aí o (vira em direção a um rapaz não indígena e diz pode perguntar para ele, ele responde de onde ela veio. Ela veio do País de Gales) veio aí pra mim fazer esse remédio, cheguei eu fiz, ela tá boa, tá lá em Barra Velha. Tudo aí já é uma prova do meu remédio, do remédio que eu faço. Esse daí (e aponta pro rapaz de novo e começa a rir). Estava com a doença na cabeça e não sabia o que fazia, aí foi e me pediu, eu fiz remédio pra ele, o ele aí. Está vendo ele são. (o rapaz que é careca, tira o chapéu e mostra a cabeça) nesse instante perguntei pra ele como estava e respondeu que está é bom. A bença, isso tudo é a bença. Pra pancada o óleo do coco, rala o coco o tanto que o óleo dê e pode beber que fica bom. Lá onde eu moro tinha um menino, que estava quase morrendo de dor. Fui na casa da mãe dele, pedi pra ela ralar o coco e mãe ralou, agora ele está bom, está lá pra todo mundo vê. E, eu. Eu to aqui, mas quase eu morria, eu fui pro hospital. Quem me deu a minha saúde foi tupã, minha irmã Santa e comadre Tiana, essa ela já morreu (coloca a mão no peito como um sinal de saudades e respeito). Foi lá em cima, lá dentro pegou o Gerbão, Gerbão, pegou o Gerbão minha irmã pisou, botou pra serenar, no outro dia eu bebi com leite. Esse é outro remédio pra pancada, pra quem tomar uma pancada pode beber esse remédio que ele é bom. O purgante do coco e o Gerbão. Se vocês não melhorar que tomar a pancada, que beber esse remédio e não melhorar pode ir lá em casa me xingar todinha

lá na minha casa. Muito obrigado e só o quero fala (informação verbal, Coruja Pataxó, 2017).

Nos depoimentos acima, percebemos que estes conhecimentos foram adquiridos através de observações e práticas. Contudo, a presença espiritual é muito forte, todos se remetem que são transmissores, mas que a cura vai depender de dois fatores principais a fé, a confiança ao acreditar de quem está recebendo a reza, o benzimento o remédio, e a permissão das forças superiores, da ancestralidade e espiritualidade.

3 - Pinturas e Grafismos indígenas Pataxó na Aldeia Velha

As pinturas nos povos indígenas foram observadas desde os “primeiros contatos” dos portugueses ao chegar na terra de Vera Cruz (primeiro nome dado ao Brasil) como relata na carta de Pero Vaz de Caminha:

Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha. (BRASIL, 2015, p.1).

A cor vermelha atualmente usada pelos Pataxó é extraída da semente do urucum e, como no relato, não é uma tinta que sai com facilidade.

O príncipe Maximiliano no século XVIII, também menciona o uso de pinturas corporais nos Pataxó e atribui-lhes o significado. As mulheres jovens consideram a pintura do corpo como melhor meio de agradar os homens moços, razão porque trazem geralmente consigo um pouco de urucum. (Nieweud, 1940). Percebemos que o uso de pinturas nesses povos, além da estética, trazem consigo simbologias e dão continuidade até os dias atuais, como veremos a seguir a partir dos trabalhos produzidos pelos professores indígenas num curso de formação.

As pinturas indígenas Pataxó na Aldeia Velha estão presentes em vários lugares da comunidade. Nas faixadas das casas, igrejas, escola, posto de saúde, ponto de cultura, centro cultural e nos próprios corpos. Eles vêm trazendo uma afirmação dessa cultura e dando visibilidade, significado e ressignificando os vários elementos nela contextualizado.

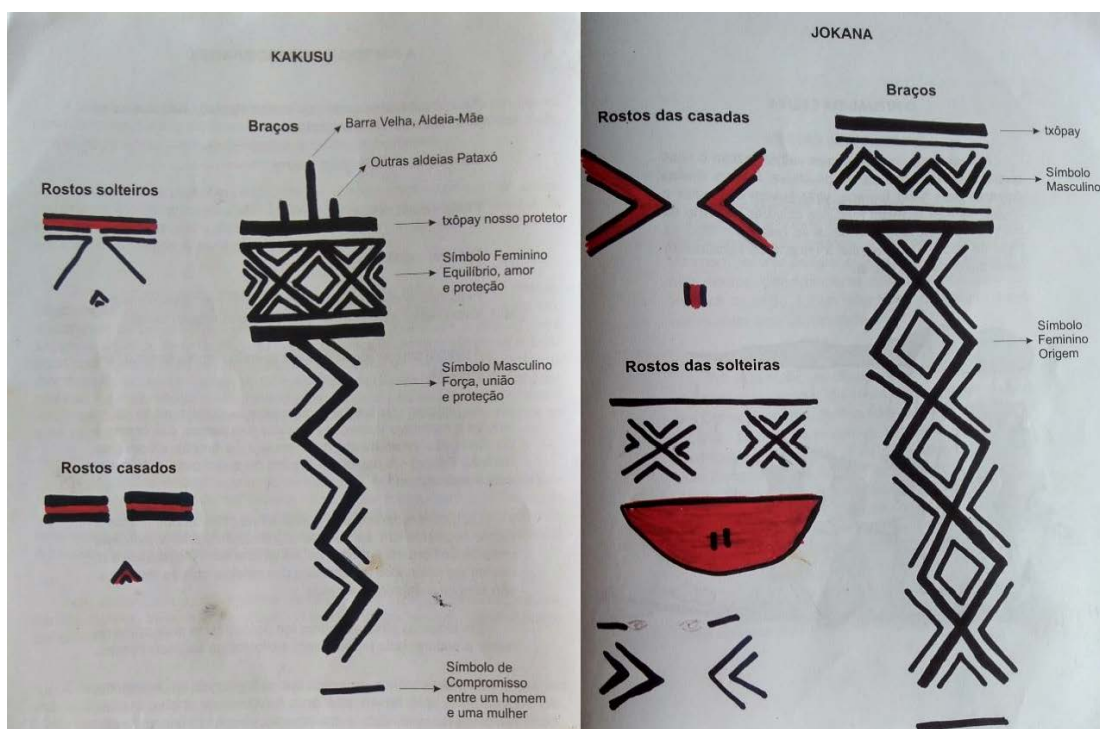
Os traços das pinturas são inspirados nos animais e em outros elementos da natureza. Trazem consigo formas geométricas bem precisas e suas cores são vivas, as mais tradicionais são: amarela, preta e vermelha.

Num trabalho realizado por professores indígenas Pataxó, falam sobre a importância da pintura:

Temos pinturas para o rosto, braços, costas e até mesmo para as pernas. Usamos pinturas específicas para os homens, mulheres e crianças. As pinturas têm diversidade de tamanho e significados. Cada membro que usa a pintura deve saber o porquê está usando, ou seja, saber definir em que momento e lugar pode usar cada tipo de pintura, porque é uma forma de comunicação entre os membros da aldeia. Os homens e mulheres casadas usam pinturas simples para não chamar muito a atenção, enquanto que os solteiros e solteiras usam pinturas e artefatos que chamem bastante atenção, com a intenção de seduzir o sexo oposto (SUDEB, 2005, p. 88).

Neste mesmo trabalho os professores apresentam algumas pinturas. A partir destes traços geométricos relacionam seu significado com a Aldeia Mãe Barra Velha e demais aldeias Pataxó, o estado civil, mito de criação²⁴ do Povo Pataxó e outros.

Figura 18- Pinturas e significados Pataxó



Raízes e Vivências, 2005.

²⁴ Txôpay: Mito de criação do Povo Pataxó.

As pinturas corporais é um estado de espírito. Quando nos pintamos podemos sentir a força dos ancestrais, principalmente quando estamos em retomadas, manifestações e rituais.

Irei contextualizar algumas pinturas que foram pesquisadas em momentos utilizados pelos Pataxó da Aldeia Velha.

Figura 19- Grupo de Cultura da Aldeia Velha apresentado um ritual no seminário de (s) colonialidade-IFBA-Eunápolis, BA.



Imagem fotografada pelo autor, 2019.

As pinturas faciais a seguir irão identificar o estado civil dos indígenas:

As pinturas das mulheres e homens casados são traços retos e simples, para que não possa chamar muito à atenção.

Figura 20- Pinturas faciais respectivamente de casados e solteiros



Imagens do autor, 2019.

A seguir mostraremos algumas pinturas feitas nos alunos da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha para participarem do desfile beleza indígena, que faz parte da programação dos Jogos Infanto juvenil realizado pela referida escola.

A pintura é um fator determinante para que os avaliadores possam dar seu parecer do casal vencedor. Os “modelos”, pois são vários casais masculino e feminino que participam do evento, na qual cada casal representa uma equipe.

A pintura é bastante demorada os pintores gastam em média de três a quatro horas para concluir. Geralmente são quatro pintores, dois fazem os traços que irá delinear o desenho que se pretende pintar no corpo e os outros dois irão preencher os espaços. É um trabalho minucioso que quer paciência e concentração.

Na comunidade tem vários pintores, mas poucos tem habilidade para fazerem pinturas expressivas como as que são feitas no desfile.

Todos os casais ganham prêmios de participação. Contudo, é mencionado pelos jurados os três primeiros que conseguiram ter as maiores pontuações pelo conjunto da beleza que foi apresentado, no qual são avaliadas as pinturas, os adereços, a expressão corporal e a simpatia dos casais.

Figura 21- Montagem a partir das imagens do VII Jogos Infanto Juvenil



Imagens registradas pelo autor, 2019.

3.1 - Cores e Símbolos

Os elementos utilizados geralmente são carvão, tinta de jenipapo, urucum, argila (barro) e talisca da palha de coco.

Quanto as simbologias e significados, a cor branca da argila representa a paz; a cor amarela o ouro; o carvão com sua cor preta o luto, a guerra e a resistência; o urucum com a cor vermelha, o sangue derramado nas lutas de resistência.

O carvão - São retirados das lenhas que foram queimadas de algum morador que ainda utiliza o fogão à lenha para o cozimento dos alimentos.

A argila - São usadas a de cor branca e amarela, mas, em sua maioria, a mais usada é a de cor amarela. Algumas tem tons mais fortes, a depender do local que é retirada. Os indígenas da Aldeia Velha gostam de utilizar a argila que eles pegam em uma falésia que fica próximo a Aldeia Reserva da Jaqueira localizada nas proximidades da T.I Coroa Vermelha).

O Jenipapo – São encontrados nos quintais da comunidade. Na época de festas, que a demanda é grande, alguns chegam a pegar no entorno da aldeia.

Urucum - São encontrados nos quintais dos moradores na própria comunidade.

A talisca da palmeira do coco - Para traçar os desenhos, é usado como uma espécie de lápis.

Figura 22- Materiais para a pintura. Carvão, talisca de coco, barro amarelo e urucum em destaque a pasta do urucum.



Imagens tiradas pelo autor, 2020.

Ponçada em seu trabalho de monografia apresentado a FIEI afirma que as pinturas sofreram mudanças ao longo dos anos, o que é um processo natural.

Antigamente as pinturas Pataxó eram feitas com os dedos, sem utilizar as taliscas de coco e nem pincéis feitos de cipó. Não havia uma forma determinada para as pinturas e nem um uso padrão para a etnia Pataxó, porém com o passar do tempo isso sofreu uma modificação até porque a cultura ela não é estática está sempre em transformação. Hoje, o povo Pataxó tem sua pintura padrão para as aldeias, mas mesmo com essa padronização a diversidade de pinturas que encontramos nas aldeias é muito grande, isso é bom porque assim o nosso traço vem sendo afirmado. Nesse período de transformação surgiram novas pinturas corporais com formas e significados diferentes, resultantes da inspiração, observação da mãe natureza e de encontros indígenas com outros parentes de outras aldeias Pataxó. Muitos parentes tem o dom de sonhar as notxonatxá (as pinturas) e esses sonhos servem de inspiração para novas pinturas. Muitas pinturas corporais são também inspiradas nos elementos da natureza como a pintura do besouro, borboleta, onça, peixe, folhas, árvores, entre outros seres que existem na natureza (PONÇADA, 2018, p.18).

Por fazer parte da cultura, ela é viva, dinâmica e sofre processos de transformação, diferente da visão estereotipada de algumas pessoas que remete aos povos indígenas como povos do passado, no entendimento de uma cultura estática.

Outra observação pertinente são as formas e maneiras de pintar pois antes não havia uma preocupação estética e hoje, sobretudo aos jovens, isso fica muito evidente com o uso de taliscas e outros elementos para dar mais visibilidade a essa arte. A afirmação da cultura através dos rituais se tornou mais constantes em todas as comunidades pois fomos, ao longo de muitos anos, reprimidos de praticar nossos costumes, crenças e tradições. A pintura é carregada de simbologia e espiritualidade, inclusive seus traços podem ser inspirados em elementos da natureza, nos animais e na cosmovisão a partir da interpretação em sonhos.

A grafia é a forma de representar ou escrever as palavras de uma língua. Os povos indígenas através do grafismo representam suas cosmologias. As formas geométricas estão presentes nas cerâmicas, nos trançados, na pintura corporal, nas casas e em seus diversos adereços tais como: colares, bustiês, cintos, pulseiras, brincos, dentre outros. Neste sentido iremos apresentar alguns grafismos que são utilizados nos referidos adereços.

Figura 23- Montagem a partir das imagens do VII Jogos Infanto Juvenil



Imagens registradas pelo autor, 2019

As pinturas nas casas da comunidade exprimem uma autoafirmação e visibilidade do território da Aldeia Velha, as quais são feitas de tinta óleo ou tinta látex a base de água por terem mais durabilidade, e são replicados nos mais diversos espaços. Na figura seguinte na ordem da esquerda para direita teremos os lugares:

Centro Cultural, onde acontecem as reuniões comunitárias;

Varanda Cultural, lugar em que integrantes do Grupo de Cultura se reúnem para fazer pinturas, receber estudantes, pesquisadores, fazer rituais, dentre outros;

Igreja Assembleia de Deus, quando as lideranças autorizaram a construção do templo, ficou acordado que não colocaria o nome da igreja. Além de fazer suas atividades inerentes a instituição, neste lugar promovemos encontramos de interesse coletivo e comunitário, quando necessário;

Ponto de Cultura que foi implantado através da SECULT/BA em parceria com o ITJ e Associação Comunitária. O convênio do projeto terminou, mas funciona atualmente com as associações de Eco Turismo, Associação Outras Tribos e é uma extensão da Escola da Aldeia Velha;

Casa modelo de um morador muito envolvido nas atividades culturais, inclusive esta pintura ganhou um prêmio pela ONG Green9, que executou os projetos das casas modelos.

Escola com sua faixa externa pintada com traços geométricos, mas também o corredor de seu interior contém os mesmos traços.

Figura 24- Montagem das pinturas da comunidade, conforme descrito acima.



Imagens registradas pelo Autor, 2019.

4 – Canto e dança Pataxó

O canto/música Pataxó envolve a dança, a cosmologia, os rituais, os adereços, os elementos da natureza, suas histórias e resistência de luta. Na entrevista que realizamos com Arnã Pataxó, líder do Grupo de Cultura da Aldeia Velha, ela afirma que: A música representa um estado de espírito, se estamos alegres dançamos e cantamos para agradecer ao nosso Deus Niãmisu, se estamos tristes também dançamos e cantamos para pedir e buscar força aos encantados na natureza.

As músicas são cantadas na língua portuguesa e na língua materna do Povo Pataxó, percebemos que através dela houve uma maior prática, visibilidade, difusão e incentivo do uso do Patxôhã. Neste contexto apresentaremos algumas músicas que retratam esses contextos que dialogamos.

4.1 - Minha Aldeia

Essa música descreve a gratidão do povo Pataxó agradecendo a Mãe Terra pelas belezas naturais de sua aldeia, onde encontramos as palmeiras para fazer os nossos arcos e a flechas para que possamos caçar e pescar para o sustentado de nossos familiares. Nessa riqueza das florestas contém as raízes para curar o nosso povo das enfermidades físicas e espirituais. A música é cantada na língua portuguesa e no Patxôhã Hoje, ela tornou-se uma espécie de oração para o Povo Pataxó. Sempre é cantada na abertura de reuniões, no início das aulas, em eventos, encontros dos indígenas, rituais dentre outros.

Minha Aldeia/Kanã Pataxí.

Na minha aldeia tem	Kanã pataxi petõi
Beleza sem plantar	Baixu txe nahã pokāyaré
Eu tenho o arco, eu tenho a flecha	Arnã petõi puhuy, arnã petõi akuã
E a raiz para curar	arnã petõi sará dxahá txob haré
Viva Jesus, viva Jesus	kahabtxe Siratã, Kahabtxe Siratã
Viva Jesus que nos veio trazer a luz.	Kahabtxe Siratã, Dxahá uip ápôy, úmip maiõ.

(Matalawê, 1999).

4.2 - Ramiando no Sambaqui

A próxima música foi feita embaixo de um pé de coqueiro na Escola Indígena Pataxó de Barra Velha, Jiru Pataxó fez a letra e melodia, depois socializou com os alunos da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha no III Intercâmbio Cultural e Territorial realizado em 2015. E na mesma noite foi cantado num ritual.

Na entrevista que realizamos com Arnã Pataxó, ela descreve como foi o processo da construção da música.

Na verdade, a gente queria cantar uma música nossa, de Aldeia Velha lá. Naquele momento, a gente não tinha uma que todos soubessem e as provocações vieram de lá, dos meninos de Barra Velha que a gente ia fazer parte do ritual cantando uma música nossa. Talvez fosse até uma provocação, pra ver até onde estava o conhecimento cultural de Aldeia Velha. Talvez fosse isso. E, naquele momento, nós sentamos debaixo de um pé de coco que tem lá na escola, e começamos a falar de várias letras de música e chegamos nesse ponto: dele chegar e pensar num ritual dentro na reserva, que a mata alta como ele mesmo fala. Que a floresta era alta e algo relacionado ao sambaqui (Informação verbal, Anã Pataxó, 2019).

Ramiando no Sambaqui

Eu tava naquela mata

Na mata onde eu passei.

A mata era tão alta meu guerreiro que de longe eu avistei.

Eu avistei Aldeia Velha e os índios que moram ali

Tomando ayahuasca meu guerreiro e hamiá no sambaqui

Tomando ayahuasca meu guerreiro e hamiá no sambaqui

Ramiá (dançar) no sambaqui. **Sambaquis** são formações constituídas, principalmente, de conchas de moluscos, formadas ao longo de milhares de anos pelas populações que habitavam regiões litorâneas. Essas conchas eram descartadas após o consumo dos moluscos, formando imensas montanhas. Temos três sambaquis em nossa área, sendo que o maior mede cerca de 20 metros de comprimento, oito de largura e três de altura, estima-se que há no mínimo 400 anos de existência, mais ainda não foi feito um estudo mais detalhado (CARMO, 2019, p.12).

Arnã continua falando sobre a produção da música:

Em relação à Ayahuasca ele fazia o ritual no fundo da casa dele, com os meninos, com a galera da cultura daqui, entendeu? Ele juntou tudo, a mata, o Sambaqui e o Ritual da Ayahuasca que a gente fazia aqui, que era o ritual dos Naô. Agregou uma coisa à outra e aí, naquele momento, ele fez a música, a gente começou a ensaiar ali a melodia e descemos. Isso foi uma tarde, e durante a noite, todo mundo já tinha pego a música, a melodia e daí fomos lá no ritual de Barra Velha e cantamos (Informação verbal, Arnã Pataxó, 2019).

A bebida Ayahuasca é feita a partir de ervas muito usada pelos povos indígenas, sobretudo do Amazonas, Chile e Equador. Na entrevista que realizamos com Eyhnã Pataxó, professor da língua materna na Escola Aldeia Velha e pesquisador da cultura Pataxó, ele nos fala um pouco sobre sua experiência com o uso da Ayahuasca.

A Ayahuasca é tão forte, tão espiritual, que falam que é a medicina mais sagrada que tem conhecida no Brasil. Ela é tão forte que quando tomei, ela mostrou que a pessoa que tinha feito pra nós não estava preparado... Ela tem um efeito diferente quando é preparada por pessoas que não sabem manusear, tem que ser as pessoas certas. E diz que os Anikis (huni Kuin Kaxinawá), que são povos indígenas do Acre, utilizam bastante, e que em suas terras tem plantação de acafrona e o cipó do mariri, ervas as quais são utilizadas para fazer o chá. Inclusive existe uma Conferência da Ayahuasca realizada na terra dos povos Tucunauã, o propósito é os povos indígenas que fazem uso dessa medicina espiritual discutirem sua utilização (Informação verbal, Eyhnã Pataxó, 2019).

O professor, além de pesquisador e incentivador na manutenção da cultura Pataxó, é uma pessoa com muita afinidade na questão espiritual de nosso povo, participou e participa de vários eventos ligados ao ritual dos Naô, xamanismo dentre outros eventos relacionados à cosmologia e espiritualidade Pataxó.

4.3 – Pindorama

No V Encontro dos Professores de Patxôhã que aconteceu entre os dias 06 a 08 de agosto de 2015, na Aldeia Indígena Pataxó Pé do Monte, entrevistamos Tohõ Pataxó, professor e pesquisador da língua materna, ele nos contou como foi criada a música Pindorama:

Pindorama né. Pindorama e..., eu tenho uma irmã que ela se chama Patyoba, então acreditando nas forças dos nossos encantados, dos nossos espíritos né, ela me passou um pouco desse conhecimento né. Então assim eu, tou repassando um pouco pra nossos parentes aqui da comunidade, né além do que nós já sabe e....ela pediu, então é bom que você fale o significado da música porque os parentes não sabe né. Porque na verdade parece ser palavra nova, palavras novas, mas são palavras muita antiga né, que de acordo com o conhecimento dela, ela me contou era palavras que nossos parentes falavam antigamente (Informação verbal Tohõ Pataxó, 2015).

Conforme relato de Tohõ a música Pataxó está intimamente ligada às questões espirituais e a sua irmã Patyoba, autora desta música, tem uma sinergia muito forte com a espiritualidade e ancestralidade, ela tem um vasto conhecimento das tradições, sobretudo da língua materna. Através da espiritualidade, vem somando junto com seu irmão na afirmação e visibilidade da cultura Pataxó a partir de sua comunidade a Aldeia Indígena Pataxó Pé do Monte.

Pindorama

Pindorama pindorretãma	Terra de palmeira
Pindorama pindorretãma	Terra de muitas palmeiras
Pindoré indoeirama	Terra mãe das primeiras nações brasileiras
Pindoré indoeirama	
Qoró Pataxó Miênã Kâmuratá Qoró Maxacali	Parente Pataxó. Vem aqui vamos cantar com o parente Maxacali
Qoró Pataxó Miênã Kâmuratá Qoró Maxacali	Parente Pataxó. Vem aqui vamos cantar com o parente Maxacali

A partir deste encontro, os professores foram socializando nas demais aldeias. Atualmente ela é bastante cantada em várias aberturas de encontros e até mesmo em rituais, pois contém uma força espiritual muito forte em sua melodia.

4.4 - Awê/Heruê

Os rituais do Povo Pataxó são conhecidos por awê ou heruê os parentes praticam nas comemorações, celebrações, batizados, casamentos dentre outras atividades as quais fazem parte do cotidiano das comunidades. Nos rituais são cantadas músicas na língua portuguesa e no Patxôhã, suas letras falam sobre a história de luta de nosso povo, sobretudo de nossos anciãos, também estão relacionadas à cosmologia, território e relação com a mãe natureza.

O Ritual pode ser aberto ou fechado. O ritual aberto é um awê, a exemplo do que fazemos na escola ou em outras apresentações internas ou externas a comunidade. Nos rituais abertos pode participar qualquer pessoa que esteja ali naquele momento, inclusive não indígena desde que seja permitido/convidado pelo grupo, mas o ritual fechado só vai quem é permitido.

Na Aldeia Velha, o Grupo de Cultura realiza um ritual que é conhecido como o ritual dos Naó. Ao entrevistarmos um integrante do grupo, ele nos fala que realizam esse ritual para terem uma conexão melhor com o sagrado os quais estão relacionadas à questão espiritual, nele pedem orientação de quais caminhos e/ou trilhas devem seguir em seus trabalhos e lutas. Ainda de acordo com o entrevistado é:

Através dos cantos, da dança e de outros elementos que utilizamos, recebemos vários tipos de sinais que muitas pessoas percebem outras não, por isso devemos nos preparar antes de iniciarmos, desde a limpeza do ambiente²⁵, o preparo do corpo, da alimentação e do local através de incenso. Muito de nossas conquistas foram realizadas pelos nossos anciãos através da força e ensinamentos dos rituais e dos

²⁵ O local é cercado de árvores, alguns pés de Manga, Eugenia e Amesca. Geralmente preparam o local fazendo uma pequena fogueira que é acessa minutos antes do ritual. Eles pegam algumas ervas que estão em seus borná, (uma espécie de bolsa) que geralmente ficam em suas cinturas, para fazer o incenso e purificar o ambiente. Neste momento já estão com seus cocár ou casquete, tupy say, colares, alguns com os corpos e rostos pintados e maracá na mão. Fazem um círculo em volta da fogueira, um dos indígenas pega o incenso e percorre o círculo purificando cada um dos presentes (isso tudo ocorre num total silêncio).

Neste silêncio conseguimos ouvir alguns animais como o grilo.....após alguns minutos começam.

caminhos abertos pela espiritualidade, por isso algumas músicas que cantamos em Awê que não pode ser cantada nos rituais, e as cantadas em rituais que não podem ser cantadas em Awê. Os indígenas que estão mais conectados nas questões culturais sabem diferenciar as músicas dos rituais abertos das dos fechados (Informação verbal, Eyhnã Pataxó, 2019).

Música de ritual

E, eu nasci na mata verde aonde tem os palmeiras.

E, eu nasci na mata verde aonde tem os palmeiras.

Adeus, adeus aos meus irmãos de luz até o dia que eu voltar

Adeus, adeus aos meus irmãos de luz até o dia que eu voltar

Mas, quando precisar de mim é só mandar me chamar

Mas, quando precisar de mim é só mandar me chamar

Eu moro na gruta das pedras não é difícil de me encontrar

Eu moro na gruta das pedras não e difícil de me encontrar

Caboquinho da pele preta

Olha lá vem cá vem cá

Quem está dormindo acorda já

Awê Awê Awá se meus cabocos forem em bora eu vou buscar

Olha palma do coqueiro, olha lá vem cá vem cá

Quem tá dormindo acorda já, Awê awê Awâ se meus cabocos forem embora eu vou buscar. (2X)

Música de Awê

Ãhõ trakejá

Ãhõ muhũ txihi pataxó kamayurá

Patxutxá takap akuã
 Patxtxó mikay ãdxihî mukueme

Txuhap muká penaô
 Henuhé ãhõ hõ
 Heruê eiê eiê heruê eiê eiê heruê.

(Aruã Pataxó e Matalawê Pataxó, 2000).

Giktaíá torotê sũniatairá(2x)
 Hũ kotenokô sũniataxó bayxú olê lê
 Tornõ naxoxirá bayxú olá lá
 Hãhũhêhê-haá olê lê
 Hãhũhêhê-haá olá lá

Tradução:

Passarinho tá cantando
 Oi, passarinho tá cantando
 Com seu canto bonito, olê lê
 Vai voando bonito, olá lá
 Chama há, há, há, olê lê
 Chama há, há, há olá lá.
 (MATALAWÊ, s.d).

5 Adereços e Artefatos do Povo Pataxó

Iremos apresentar e caracterizar alguns artefatos e adereços utilizados pelo Povo Pataxó, os quais são usados nas práticas culturais ou fazendo parte de nossas atividades diárias. Nos jogos tradicionais usamos o arco e flecha, zarabatana, tacapé, o cocar, maracá, brincos, bustiês, tupsay, gargantilhas, colares, cintos dentre outros.

Esses artefatos/adereços também são comercializados pelos parentes em eventos, nas praias e comércios em geral, principalmente por morarmos em uma região turística em que muitos dependem da comercialização desses materiais, bem como outros tipos de artesanato como meio de sustento e sobrevivência de nossos familiares.

Nossos anciãos aconselham para não vender nossos adereços pessoais, principalmente o cocar, maracá e tupsay, nem o emprestar para outras pessoas ou deixar em qualquer lugar, pois estes trazem consigo a própria energia pessoal, da ancestralidade obtida na luta, no movimento, nos momentos de cerimônias e rituais.

5.1 - Cocar / Casquete

É um adereço tradicional dos povos indígenas. Cada etnia tem um estilo de cocar que irá identificar o seu povo com formato e estilo diversos, geralmente de forma circular, que é colocado sobre a cabeça.

Os Pataxó antigamente usavam vários modelos, dentre eles o com duas penas de papagaio uma ao lado da outra, amarradas ou tecida na palha do coco de aricuri ou pano da bananeira, as penas ficavam na parte de trás da cabeça.

Ao longo dos anos sofreram alteração, tanto na confecção quanto no tipo de materiais utilizados. Encontramos cocar feito apenas de cipó, com duas asas de pássaro do lado esquerdo e lado direito, uma ao lado da outra centralizada na parte frontal da cabeça e amarradas em palhas do coco de airí.

Atualmente, usamos diversas penas de aves. Uma das penas bastante utilizadas, são as de patos e galinhas, por serem aves domésticas podemos utilizar as penas na confecção de artesanatos, dentre eles o cocar e os brincos, além de utilizarmos as carnes em nossa alimentação. Chegamos até a fazer cocar com canudos plásticos descartáveis, numa mensagem da necessidade de reciclagem.

Com a participação em eventos, seminários, jogos dos povos indígenas nacionais e demais intercâmbios com outras etnias indígenas, os parentes começaram a fazer troca de cocares e de penas, com isso foram introduzidas algumas penas que não encontramos na nossa região.

Contudo, o formato e uso de tiaras²⁶ são bastante conhecidas, quando vemos este adereço em algum lugar identificamos como sendo um cocar Pataxó. Além de fazer parte dos adereços e ser uma arte de belíssima apreciação é um instrumento que tem simbologia, cosmologia e é sagrado, traz a força dos ancestrais. São usados em diferentes momentos pelos membros da comunidade com funções sociais diferentes. Ele demonstra o estado civil, a hierarquia na organização social da comunidade, é utilizado simbolicamente como troca de alianças em que o Kakusu coloca o seu cocar na cabeça da Jokana e a Jokana coloca o seu cocar na cabeça do Kakusu.

Nestes aspectos o uso do cocar pelos indígenas da comunidade Pataxó com apenas uma pena, duas penas, ou três penas na frente, em destaque, significa que ele é um cacique, ou uma liderança comunitária. Quando estes não exercem nenhuma função social representativa dentro dessa organização social interna, ela usa cocar simples de acordo com seu gosto.

Nestas primeiras imagens traremos alguns cocares com formatos mais rústicos usados pelos moradores da Aldeia Velha.

Figura 25- Da esquerda para a direita: Cocar com três penas de Arara atrás, colocadas na tiara feita da palha de coco de airi. Cocar com uma pena de arara e duas penas de Gavião na frente colocadas na tiara feita da estopa de coco da Bahia. Cocar com duas asas de Gavião na parte frontal costurado no pano da bananeira.



Fonte: Imagem tiradas pelo autor com moradores da Comunidade da Aldeia Velha, 2019.

²⁶ São traçados em forma de tiras, feita da palmeira o coco de airí, que são bordadas com traços geométricos os quais são colocados em torno do cocar para fixar na cabeça.

Nas imagens seguintes, os cocares já têm formatos mais atuais. Da esquerda para a direita: Cocar feito com penas de Arara. Cocar feito com penas de Papagaio, com mechas de pena de Coruja e as três penas centrais de Arara. Cocar com penas de Faisão e as centrais de Arara. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com a cor vermelha, com tiaras feita da palha do coco de airi e bordadas com lã em formato geométrico. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com a cor Preta. Cocar com as três penas centrais de Arara e as demais penas de Peru tingidas com cor laranja, com tiaras feita da palha do coco de airi e bordadas com lã em formato geométrico.

Figura 26 - os cocares tingidos são utilizados pelo Grupo de Cultura da Aldeia Velha os vermelhos usados pelas “Jokanas” e os laranjas pelo “Kakusu”, 2020.



Fonte: Imagem tiradas pelo autor, 2019.

5.2 - A Tanga ou Tupsay

Este adereço é utilizado por diversas etnias e cada uma tem seu formato, material utilizado, estilo e modo de usar de acordo as tradições de cada povo. De forma geral, utilizamos amarrada em volta da cintura, porém algumas pessoas colocam em volta dos ombros numa espécie de camisa. É uma vestimenta de uso pessoal utilizada em momento de ritual, retomadas, movimentos sociais dentre outros e traz consigo essa força espiritual e, por isso, as que fazemos uso, não devemos emprestar ou vender.

O nome dado a essa vestimenta em Pataxó é ‘tupsay’, que significa ‘roupa’. Antes utilizava tupsay feita de taboa, que é uma vegetação encontrada nos brejos. A tupsay Pataxó é

feita da entrecasca da biriba²⁷, uma árvore que encontramos em nossas matas e sua madeira foi bastante utilizada nas construções das casas. É feito um corte no meio do caule e retirada a entrecasca. Esta árvore não será mais utilizada para esta finalidade até que ela faça o próprio processo de auto regeneração, num processo de uso sustentável.

Figura 27- O primeiro Tupsay é feito de Taboa e as duas seguintes da entrecasca da biriba, nesta imagem podemos observar um indígena manuseando uma ferramenta retirando a entrecasca para confeccionar a tupsay.



Fonte: Imagem tirada pelo autor, 2020.

5.3. - Cintos

Atualmente um dos artefatos que estamos utilizando são os cintos. Estes são colocados em torno da tupsay proporcionando uma melhor estética no conjunto dos adereços. Em sua maioria são feitos de sementes de tento, com formatos geográficos e cores diversas. Com muita criatividade que o Povo Pataxó tem, principalmente com a influências dos jogos indígenas, algumas matérias e formatos foram inseridos. Encontramos cintos feitos de semente de açaí, feitos com linha encerada colocados pequenos coquinhos em suas pontas

²⁷ No item moradias Pataxó detalharemos melhor o seu nas construções.

dentre outras, contudo, todos contêm traçados geométricos, os quais retratam as pinturas corporais.

Figura 28- Da esquerda para direita: Os dois primeiros cintos são feitos de semente de açaí. No primeiro, as pontas das “perninhas” são de casco de pé de Cabra, no segundo as pontas são de coco de ricuri; em sua base feita de palha do coco de airi, Cinto em base de semente de açaí, as “pernas” de bambu e pontas de miçangas; Cinto bordado em lã, com traços geométricos, as ‘pernas’ de sementes de açaí e nas pontas coco de ricuri; Cinto feito de lã de crochê com coco de ricuri.



Fonte: Imagens tiradas pelo autor, 2019.

5.4 - O colar

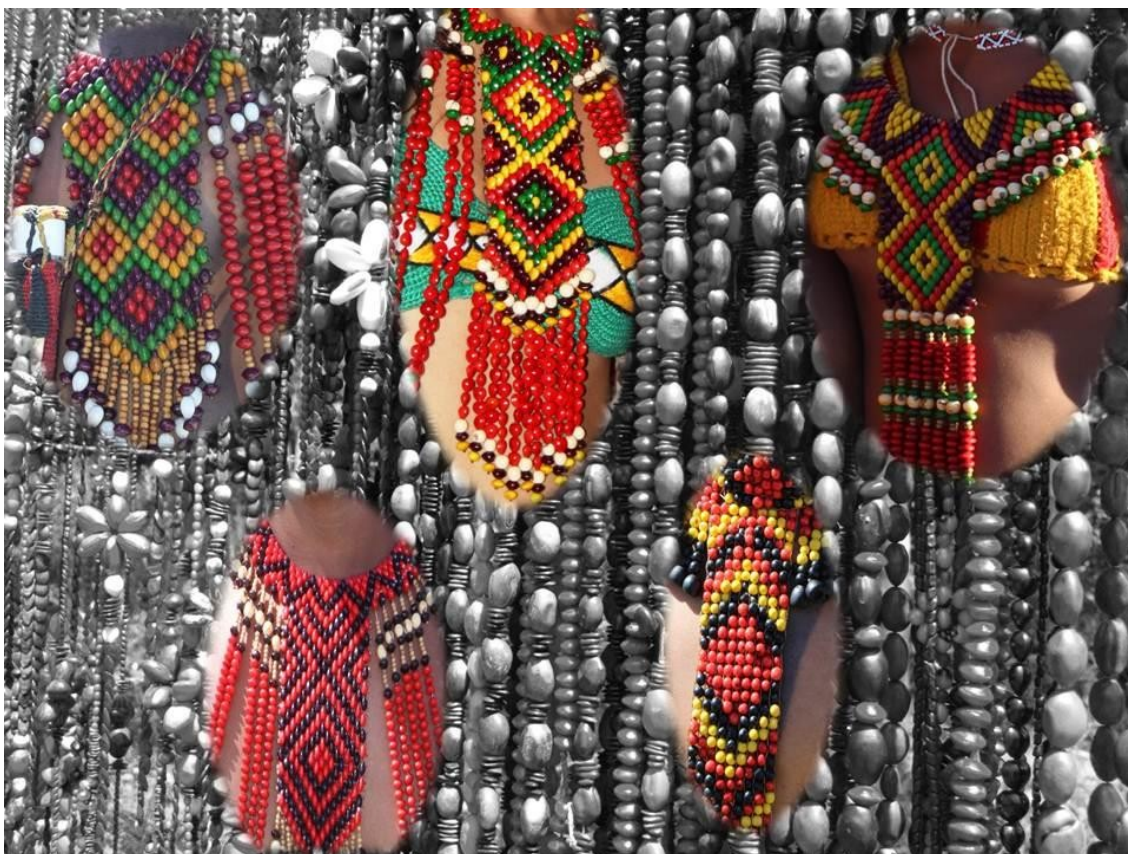
O colar ou masaká é um dos adereços bastante utilizados pelos Pataxó que tem várias finalidades. Alguns membros fazem o uso diariamente, outros fazem em momentos de rituais, eventos e movimento sociais.

A maioria dos colares são feitos por sementes oriundas de árvores encontradas em nosso território dentre eles temos: pariri, tento, mata passo, olho de pombo, Juerana, salsa da praia, mauí, café-beirão, pakari, milagre etc. Alguns são feitos com funções e sementes específicas para proteger de males como olho gordo, mau olhado e inveja.

Também são confeccionados com ossos de gado, madeiras e, ultimamente, de semente de açaí. Para ficarem mais bonitos os colares são montados com diversas formas geométricas e cores variadas combinadas.

Usamos bastante gargantilhas em conjunto com outros adereços principalmente nos eventos culturais, jogos tradicionais, apresentações dentre outros.

Figura 29- As quatro primeiras gargantilhas são feitas de sementes de tendo tingidas com cores variadas e a última confeccionadas com semente de açaí.



Fonte: Imagens tiradas pelo autor, 2019.

5.5 - Brincos

O uso de artefatos nas orelhas é um costume secular nos povos indígenas. Há os que furam o lábio inferior e a orelha, metendo um pequeno pedaço de bambu na abertura. (NIWEUD,1816). O uso de bambu é mais comum entre os (kakusu) homens. As mulheres (Jokana) usam brincos de diversos modelos, sendo que os materiais mais utilizados são feitos de sementes e penas. Os formatos de flores na montagem dos brincos dão mais visibilidades a beleza as Jokanas.

Figura 30- Brincos variados confeccionado com sementes e penas de diversas aves.



Fonte: Imagens tiradas pelo autor

5.6 - Bustiê

Atualmente os bustiês usados pelas indígenas Pataxó são feitos de vários materiais, desde casca de coco, da entre casca da biriba (o mesmo material do qual são feitas as tupsay) e, atualmente, o mais utilizado é de crochê.

Figura 31 - Da esquerda para a direita: os quatro bustiês são feitos de linha de crochê com detalhes diferentes; o quinto bustiê é feito da entre casca da biriba; o sexto feito de imbirã; o sétimo feito da casca de coco da Bahia e o oitavo, feito de estopa.



Fonte: Imagens tiradas e montadas pelo autor, 2019

4.5.7 - O maracá

O maracá é um dos instrumentos mais sagrados utilizados pelo povo Pataxó, em qualquer momento nos mais diversos espaços, dentro e fora da comunidade, fazemos uso dele. Utilizamos na abertura de rituais, nos movimentos culturais e sociais, sobretudo quando envolve o awê (canto e dança).

O som, o ritmo, a batida do maracá é o que irá abrir caminhos para nossa ancestralidade, nos guiar em nossa jornada. Nele trazemos a energia e a força da Mãe Natureza.

Os maracás são confeccionados e/ou produzidos da seguinte forma: o cabo feito de madeira e a cabaça de coité ou coco (coco da Bahia), em seu interior são colocadas as sementes de pariri.

É um instrumento inseparável que faz parte do Povo Pataxó. Ele é uma extensão do nosso corpo físico fazendo a ligação entre o espaço físico e o espaço espiritual.

Figura 32- O primeiro maracá é feito de cabaça, o segundo de coité²⁸ e o terceiro de coco da Bahia.



Fonte: Imagem tirada pelo autor, 2019.

5.8 - O arco e flecha

O povo Pataxó tradicionalmente é muito habilidoso com o uso de arco e flecha, como relato do príncipe Maximiliano, estes instrumentos eram utilizados como defesa e para caça. Um coco fixado na extremidade de um pau foi posto à distância de quarenta passos, tendo-se lhes pedido atirar nesse alvo, o que nunca falharam. (NIWEUD, 1816).

Atualmente utilizamos enquanto decoração e nos jogos tradicionais que realizamos em nossas aldeias e em participação nos Jogos Nacionais dos Povos Indígenas, inclusive na XI Edição dos Jogos Nacionais dos Povos Indígenas que ocorreu em Porto Nacional - TO, entre mais de 30 etnias participando, um Pataxó da Aldeia do Pé do Monte (Tohó) foi campeão nessa modalidade.

As principais árvores utilizadas para a confecção deste instrumento são: pau d'arco, laranjeira e paty. Tradicionalmente, a corda é trançada com imbira, árvore da floresta que possui fibra muito resistente. Alguns indígenas fazem sua comercialização por ser uma peça bonita e decorativa. Em alguns, encontramos também a utilização de corda de linha de seda. As flechas também são feitas da mesma madeira e em suas pontas são colocados ossos de gado para uma melhor perfuração.

²⁸ A cabaça é uma espécie de vegetação rasteira, enquanto o coité é uma vegetação mais alta em que os frutos ficam suspensos.

Algumas etnias ainda o utilizam para caçar e pescar principalmente na região norte do país onde os territórios indígenas são maiores, proporcionando o uso de alguns costumes tradicionais.

Figura 33- Indígenas usando seus arcos e flechas nos Jogos Infanto Juvenil realizado pela Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha em 2019.



Fonte: Imagens tiradas pelo autor

5.9 - Tibero

O tiberó é feito geralmente de uma madeira mais leve e com tamanhos menores, tipo um cachimbo, mas há parentes que usam maiores e fazem traços com simbologias. É um instrumento sagrado e traz muita energia e é utilizado para incensar e afastar as energias negativas.

Figura 34- Imagens de alguns tibérios.



Fonte: Imagens tiradas e montadas pelo autor

5.10 - Tacape

Tacape é um instrumento utilizado para caçar e pescar. Atualmente, usamos como artefatos decorativos em nossas casas e nos jogos tradicionais, na qual fazemos o lançamento do tacape, vence quem conseguir arremessar numa maior distância. Geralmente feito do Paty, uma palmeira encontrada em nossas matas. Em sua base, são colocadas duas penas para dar melhor direcionamento e em suas pontas, são colocadas ponta de osso.

Figura 35- Tacape feito de Paty com ponta de osso



Fonte: Imagem tirada pelo autor.

6 – Armadilhas, Comunicação Localização Tradicional

Os Pataxó faziam armadilhas para pegar os animais na mata como meio de sobrevivência. Devido ao estilo sedentário que nos foram impostos, bem como a redução de nossos territórios, muito de nossas formas tradicionais de sobrevivência foram mudados, dentre elas a caça. Neste sentido, atualmente, a maioria das comunidades só utiliza como demonstração de conhecimento tradicional.

Sabemos que a forma de se comunicar e localizar dos Pataxó se dava com suas tecnologias tradicionais e seu relacionamento com os fenômenos naturais. Contudo, atualmente, novas tecnologias adentraram as comunidades tais como: o GPS, balanças de precisão e o relógio.

Numa perspectiva de uma educação escolar intercultural a Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha, vem fazendo um trabalho de valorização e interação entre os saberes tradicionais e as novas tecnologias, usando a vivência dos nossos anciãos, os quais iremos demonstrar alguns desses conhecimentos.

6.1 Mundéu:

O mundéu tem os lados cercados de palhas, ao meio tem uma entrada e em cima, uma madeira, o mourão (madeira grande e pesada). Quando o animal passar pela entrada tem um graveto amarrado ao cipó. Ao ser tocado, o graveto é retirado pelo cipó ocasionando a caída do mourão sobre o animal e, conseqüentemente, a sua morte.

Geralmente, colocamos este tipo de armadilha em beco cercado de palhas que são trilhas de animais ou próximo de árvores frutíferas, pois quando os bichos vêm comer, acabam caindo na armadilha.

Figura - 36 Existe mundéu de uma ou duas cabeças, e este demonstrado é de uma cabeça e serve para pegar animais de pequeno porte como tatu, teiú dentre outros.



Fonte: Du Cavaleri, 2010.

6.2 – Laço de força.

O laço de força usamos para pegar pequenos animais e aves que gostam de se alimentar no chão, colocamos folhas secas nos lados da armadilha e deixamos uma abertura onde armamos o laço, é posteriormente a uma pequena árvore flexível.

De um lado colocamos algum tipo de alimento como banana e mamão, porém usamos um pedaço menor do alimento de um lado e um maior dentro da armadilha, pois quando o animal acaba de comer o pedaço do alimento irá atravessar para comer o restante. É onde o laço é ativado e acaba enforcando o bicho. Daí o nome laço de força.

Figura 37- Demonstração de um laço de força usado na Reserva da Aldeia Velha



Fonte: Du Cavalery, 2010.

6.3 - Espera.

A espera geralmente utilizamos no final tarde e início da noite, pois alguns animais tem o hábito de se alimentarem durante o dia e outros à noite, este é para a noite. Usamos duas árvores que estejam próximas e fazemos uma espécie de escada um pouco alta, também podem colocar redes nos topos destas árvores amarrando uma à outra. Geralmente fazemos esta armadilha próxima de árvores frutíferas, pois os animais vêm se alimentar e ficamos à espera.

Ficamos no alto porque, às vezes, à noite, venta um pouco, se ficarmos muito baixo com a soprada do vento o animal sentirá o nosso cheiro e acaba indo embora, por isso fazemos no alto.

Outra coisa importante é manter o silêncio, nossos antepassados tinham essa preocupação porque, ao fazermos silêncio, perceberemos se o animal é macho ou fêmea. Se

for macho, mataremos. Se for fêmea, não mataremos pois a mesma poderá estar prenha, e, assim, estaremos matando mais de uma vida, quem sabe duas, três ou mais.

Eles percebiam se era macho ou fêmea através da pisada do animal, quando era uma pisada mais calma, era fêmea. O macho geralmente vem mais açoito, fuçando entre os matos.

Na espera, eles utilizavam dois tipos de armas: o arco e flecha e a burduna. Ao atirarem com o arco e flecha, eles esperavam mais ou menos cinco minutos, se o animal ainda não estivesse morto ele desceria da espera e acabaria de matar o animal com a burduna. Os cinco minutos eram utilizados para não correr o risco de ser atacado por outro animal. Digamos que tenha matado um catitu, poderia está vindo atrás uma onça, pois os animais comem uns aos outros fazendo parte da própria cadeia alimentar.

Após matar o animal eles retiravam folhas de patioba (um tipo de palmeira) para envolver a caça e assim não exalar o cheiro com o vento da floresta, principalmente do sangue, pois este estaria atraindo outros animais que pudessem vir comê-lo e, até mesmo, atacá-los. Feito isso, colocariam a caça nas costas indo com mais segurança para a sua Aldeia.

Figura 38 - Espera feita na Reserva da Aldeia Velha, como demonstração para os visitantes.



Fonte: Ducavalari, 2010.

6.4 - O uso do vento

Entrevistamos o senhor Rosalvo, que é um ancião e liderança da Aldeia Velha, ele trabalhou por muito tempo de marinho e pescador, ele nos contou um pouco de como fazia para se orientar e localizar em suas atividades. Uma das experiências foi uma viagem em que fez saindo do território Pataxó, nas proximidades de Cumuruxatiba em direção a Salvador utilizando um barco a vela. Ele saía às (02) duas horas da tarde e chegava às (02) duas horas da manhã em Salvador, ou seja, perfazia (12) doze horas de viagem para completar o percurso. Nesse trajeto de ida a fonte de energia utilizada era **o vento sul**.

No retorno, de Salvador X Cumuruxatiba o tempo gasto de viagem era de (14) catorze, ou seja, (02) duas horas a mais, devido a fonte de energia utilizada ser o vento nordeste. O ponto negativo desse tipo de energia utilizada para as viagens, era que dependiam das condições do tempo e da direção do vento.

Além dos barcos, os pescadores utilizavam o vento como fonte de energia bastante nas canoas, colocando as velas de pano. Quando o vento não era muito favorável, faziam o uso dos remos.

6.5 - Sonda

A sonda era um tipo de tecnologia utilizada para chegar aos pesqueiros, ou seja, os pontos de pesca marcados pelos pescadores. Na entrevista que realizamos com o pescador o senhor Josa, ele nos conta que tinha a **Sonda de papel**, que era feito da seguinte maneira: Colocava um papel que era enrolado num tubo (de plástico ou ferro) com cerca de 30 centímetros, que era amarrado a uma linha onde os movimentos que faziam em torno das pedras iam sendo registrados e reproduzidos em tela que os pescadores tinham nas cabines dos barcos.

Outros utilizavam a **Sonda de chumbada** que tinha de um e de dois quilos. Os pescadores marcavam o horário e estipulavam em quanto tempo chegariam ao pesqueiro, ao chegarem nos pontos pré-determinados paravam os barcos, iam para a proa e desciam a chumbada, daí faziam a sondagem daquela área, quando achavam a posição subiam de novo para a proa, e jogavam a garapa (âncora) soltava a corda devagarzinho até chegar àquela posição, depois amarravam a proa e todos iam se preparar para pescar.

6.7 - O Sol

Também não havia relógio, por morarem em meio as “matas” a referência dos Pataxó, para fazer suas atividades (a exemplo das roças) durante o dia era o Sol. Quando o Sol estava no meio era meio dia (geralmente horário de almoço) e quando era a tardezinha e o sol começa a se esconder era entre cinco e seis horas (horário de retornar de suas roças).

Na entrevista que realizamos com a senhora Lourdes, ela nos dá o seguinte relato:

Quando éramos juvenzinhas, quando a gente ia trabalhar na roça para plantar milho, feijão...Para sabermos as horas para vim pra casa almoçar, quando o Sol pega na gente assim retinho bem no meio nem pra lá e nem pra cá, a gente ficava na sombra certinho aí era o nosso horário, meio dia, hora de ir pra casa. A gente não possuía relógio, quem possuía relógio era gente barão (informação oral, Lourdes, 2019).

6.8 - Folha de Patioba

Outro meio de comunicação utilizado pelos Pataxó quando estão na mata é a folha de Patioba. Cortam uma folha de Patioba, pegam um pedaço de madeira e batem no talo da folha, com isso é emitido um som bastante alto que serve como meio de comunicação, sem que haja necessidade de falarem ou gritarem, pois, a mata é um lugar sagrado que temos que ter muito cuidado e respeito com os seres da natureza.

Neste produto socializamos algumas manifestações culturais do Povo Pataxó que foram e são vivenciadas pelos indígenas da Comunidade e da Escola Indígena Pataxó Aldeia Velha. A escola é o esteio da comunidade e, ao longo da pesquisa, percebemos o quanto ela vem contribuindo na afirmação cultural da comunidade, colaborando nos projetos societários, promovendo uma educação comunitária, bilíngue, intercultural e diferenciada.

Com a apropriação da língua portuguesa, nesta pesquisa sistematizamos os saberes e fazeres que em sua maioria foram e são passados oralmente ou através de outras formas de linguagens pelo nosso povo. Neste sentido esperamos ter contribuindo no protagonismo de luta e história dos alunos (as), professores (as), lideranças, dos jovens do Grupo de Cultura, anciãs, anciãos, ou seja, toda a comunidade que colaboraram neste projeto.

Para além da comunidade, esperamos que o trabalho sirva de reflexão e estudos para pesquisadores da temática indígena, sobretudo os professores da educação escolar não indígena.

Diante das discussões e problemáticas apresentamos algumas dessas experiências que foram vivenciadas, evidenciando a educação comunitária em que a escola é o reflexo da comunidade e a comunidade é o reflexo da escola, contextualizando a cultura Pataxó com os seus bens materiais e imateriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maioria das pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas Pataxó, sempre fazemos uso do contexto histórico do Povo Pataxó. Geralmente iniciamos numa linha cronológica passando pelo primeiro aldeamento Pataxó criado através do Decreto Presidencial da Província da Bahia de 1861, (Aldeamento de Barra Velha), a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal - PNMP (1943) e o massacre ou fogo de 51 (1951).

Um dos objetivos é apresentar o primeiro aldeamento de Bom Jardim (Aldeia de Barra Velha), ficando enquanto única aldeia até 1951, quando houve a diáspora, em virtude do massacre de 1951 ocasionando, posteriormente, a criação de novos aldeamentos do Povo Pataxó. Neste contexto, ela é considerada a Aldeia Mãe pelos Pataxó. Nesta perspectiva, para ser um Pataxó, além de se autodeclarar é necessário que os demais indígenas o reconheçam como parte do grupo. Se uma pessoa se auto afirmar enquanto Pataxó, mas não for reconhecida pelos membros do grupo independente da aldeia, sua indianidade poderá ser questionada pelas lideranças.

O fator histórico da criação do PNMP, em que seus limites sobrepõem as terras tradicionais do Povo Pataxó, esta fase inicia um processo de luta entre os Pataxó e o Estado, culminando no massacre de 1951.

Este contexto precisa ser evidenciado, para trazer a memória de luta do Povo Pataxó, sobretudo pelas terras tradicionais. Faz-se necessário para a valorização da luta das lideranças e proporcionar a reflexão para continuidade dessa memória viva, enquanto ferramenta de resistência do Povo Pataxó.

Bem, como a difusão da história para os mais jovens (devido ao crescimento populacional das comunidades indígenas, muitos jovens não conhecem a história de nosso povo) que, a partir destes conhecimentos, a comunidade possa valorizar as nossas terras tradicionais que foram conquistadas através de sofrimentos e perdas, além de darmos visibilidade a nossa história que ao longo dos tempos vem sendo contada pelo colonizador.

Em relação a Aldeia Velha, é preciso mencionar que mesmo diante do contexto em que os indígenas vieram morar nesta comunidade ou seja, não eram aldeados, bem como a proximidade da aldeia em área urbana, a comunidade vem travando uma luta constante em suas afirmações identitárias a partir da Educação Escolar Diferenciada. A escola é o ponto

central dessas discussões, buscando parceria com as lideranças, comunidade, instituições internas e externas.

Nas entrevistas que realizamos ouvimos alguns professores comentarem que, às vezes sentem-se cansados, pois a maioria das ações concentra-se na escola, que além de suas atividades inerentes à docência, estão sempre envolvidos nas ações da comunidade, ao tempo que é gratificante perceber que a escola é este espaço de diálogos que colaboram na construção de um projeto de educação escolar atrelado aos interesses da comunidade, e que os alunos são sujeitos ativos nesse processo preparando sua formação para o conhecimento escolar vinculado aos conhecimentos tradicionais e ao movimento indígena.

A escola está inserida literalmente no centro da aldeia. Em sua volta estão as moradias, Ponto de Cultura, Posto de Saúde, campo de futebol e Centro Cultural, com suas atividades que envolvem a organização e realização de seminários, reuniões comunitárias, oficinas, apresentação de projetos sociais, mutirões dentre outros projetos societários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro.** A carta de Pero Vaz de Caminha. Trecho da carta escrita por Pero Vaz de Caminha. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. Decreto Presidencial nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Planejando a Próxima Década conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://www.pne.mec.gov.br/imagens/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. Professores Indígenas, Povo Pataxó. Leituras Pataxó; Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas. Salvador, MEC/FNDE/SEC/SUDEB, 2005.

_____. Resolução 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2012.

_____. Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1999.

_____. Uma História de Resistência Pataxó (org.) Professores Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Salvador: Associação Nacional Indigenista. CESE, MEC 2007.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Básica. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002630pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

_____. Lei Municipal Nº 1240/15, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Porto Seguro, em consonância com a Lei Nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. In: Diário Oficial do Município de Porto Seguro, edição nº 1041- ano-IV, p.5-130, de 08 de julho de 2015.

BARROS, Maria Cândida D.M; BORGES, Luiz C. & MEIRA, Márcio. A Língua Geral como Identidade Construída. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 1996, v. 39 nº 1.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. **A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970).** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 Nº 1.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida e MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 – 2010.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 13, n.1 jan de 2017, p. 303-327. ISSN 2238-975X 1. [<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>].

BRITO, Edson Machado de. A Educação Karipuna do Amapá no Contexto da Educação Escolar Indígena Diferenciada na Aldeia do Espírito Santo. (Tese – Doutorado em Educação) História, Política, Sociedade. PUC-São Paulo. 2012.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De Projeto A Processo Colonial: Índios, Colonos E Autoridades Régias Na Colonização Reformista Da Antiga Capitania De Porto Seguro. (1763-1808). Tese de doutorado em história. Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas Programa De Pós-Graduação Em História UFBA- Salvador. 2012

CARMO, Angelo Santos do. **Aldeia Velha, Saberes, Fazeres e Memória**. Monografia apresentada na Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena –LICEEI-UNEB, 2019.

CARVALHO, A. C. B.; NUNES, D. S. G.; BARATELLI, T. G.; SHUQAIR, N. S. M. S. A. Q.; NETTO, E. M. Aspectos da legislação no controle dos medicamentos fitoterápicos. Amazonas. FUCAPI. Revista T&C Amazônia, ano v, n.11, p. 26-32, Manaus. 2007. ISSN: 1678-3824.

CARVALHO, Maria do Rosário G. de Os **Pataxó de Barra Velha Seu Subsistema Econômico**. Dissertação de Mestrado apresentado à Coordenação de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1977.

CESAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril a Construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. EDUFBA, Salvador, 2011.

CIMI. Marcha Indígena de 2000, o ano que não acabou: Joel Brás Pataxó será levado a júri popular nesta quarta, 16. ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/2017/08/39864>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

CONCEIÇÃO (PARU), Maria Aparecida Alves da. História da Aldeia Velha. Monografia de Conclusão do Curso de Formação Para Professores Indígenas da Bahia. 2003.

Coordenação de Pesquisa da Língua e História Pataxó – ATXÔHÃ- **Cartilha de Patxôhã** 2012.

Jéssica Torres Costa e Silva, « Processos de criação da política indigenista no estado da Bahia: Atores e arranjos institucionais », Cadernos de Arte e Antropologia [Online], Vol. 2, Nº 2 | 2013, posto online no dia 01 outubro 2013, consultado o 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cadernosaa/450> ; DOI : 10.4000/cadernosaa.450.

CUNHA, Jonatan Braz. IÊ ATXÔHÃ PATXÔHÃ: UPÃP HÃWMÃYTÂY ITSÃ ÃPIÄKXEX. A língua Patxôhã: das palavras aos números. Monografia apresentada a

FIEI/FAE/UFMG- como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Matemática, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (1990). Imagens de índios do Brasil: o século XVI. *Estudos Avançados*, 4(10), 91-110. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8582>>, acessado em 01 de maio de 2019.

Diário Oficial de Porto Seguro, BAHIA. TERÇA-FEIRA, 15 de març. 2011 ANO IV Nº533(www.ba.tmunicipal.org.br/prefeitura/portoseguro).

Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia. Relatório R2, Vol. III. Tomo VI, julho de 2012. SEDUR.

FERNANDES, Marcos. Aprender, ensinar e DIALOGAR. Primeira turma do curso, Formação Intercultural de Educadores Indígenas da UFMG encerra percurso este mês. BOLETIM, nº 1738, ano 37. 16/05/2011. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1738/4.shtml>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FETTERMAN, D. M. **Ethnography step by step**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa e a sua aplicação na América meridional. *Tempo*, Niterói, vol. 12, nº 23, 2007, p. 23-38. Disponível em: < <https://www.scielo.br>>. Acessado em: 27 dez. 2019.

GERSEM, dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje**. Brasília, novembro, MEC/UNESCO, 2006.

GODOY, Arilda Schmitd. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. ERA. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. Vol. 35,n.3p.20-29. Maio/Junho 1995.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: Passado, presente e futuro**. 1.ed.,2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Indígenas no ensino superior [recurso eletrônico]: as experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul / organização Fernando de Luiz Brito Vianna; Eva Maria L. Ferreira; Beatriz dos Santos Landa; Antonio H. Aquilera Urquiza [et al.]. – 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. Disponível em: <<http://laced.etc.br>>. acessado em 27 de maio de 2019.

INSTITUTO TRIBOS JOVENS – ITJ. **Inventário Cultural Pataxó: Tradições do Povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia: Atxohã**/Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

LABATE, Beatriz Caiuby; ARAÚJO, Wladimir Sena (Org.). **O uso ritual da ayahuasca**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. Os Indígenas nos Livros Didáticos: Uma Abordagem Crítica. In: Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas na Educação. Recife, v.2, n.1,p.124-139, 2016.CAp UFPE. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br>>. Acessado em: 27 de maio de 2019.

MACIEL, Márcia Regina Antunes e NETO, Germano Guarim. Um olhar sobre as benzedadeiras de Juruena (Mato Grosso, Brasil) e as plantas usadas para benzer e curar e as plantas usadas para benzer e curar. Trabalho apresentado no 54º Congresso Nacional de Botânica, Belém, Pará. 2006.

MANZINI, Eduardo Jose. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS. – Dept. de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília 2003.

MESSENDER, Marcos Luciano. Entrevista realizada por Thaís de Jesus a revista Ciência e Cultura, 2013. Disponível em: <[http:// www.cienciaecultura.ufba.br](http://www.cienciaecultura.ufba.br)>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NEUWIED, Maximiliano Príncipe de Wied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro-recife-Porto Alegre; Brasiliana,1940.

OLIVEIRA, J. Pacheco. **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena (Territórios Sociais, 2)** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, 350 pp.

PEDREIRA, Hugo Prudente da Silva. **“Saber Andar”: Refazendo o Território Pataxó em Aldeia Velha.** Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Etnologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 2013.

PONÇADA, Adriele Braz. **Pinturas Corporais E Os Grafismos Dos Objetos Artesanais Das Aldeias Do Território Barra Velha.** Monografia apresentada na Licenciada em Matemática, pelo Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas FIEI/FAE/UFMG. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO ESTADO DA BAHIA. Lei Municipal Nº 1461/18, de 26 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Porto Seguro e dá outras providencias. In: Diário Oficial Prefeitura Municipal de Porto Seguro, edição nº 3.787 –ano -01, p. 9- 59, de 02 de abril de 2019.

RODRIGUES, Cíntia Régia. **O Apostolado Positivista do Brasil e o SPILT: propostas e políticas para a questão indígena no Brasil.** Revista topoi.org. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 185-203. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acessado em: 27 de abril de 2019.

SAMPAIO, Pataxó: Retomadas na rota do quinto centenário. 2000. In: RICARDO, Carlos Alberto. Povos Indígenas do Brasil: 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001. pp.715-721.

SANTANA, Cleidiane Ponçada. **Cantos Tradicionais Pataxó na Língua Patxôhã.** Monografia apresentada no Curso De Formação Intercultural De Educadores Indígenas Área: Línguas Artes e Literatura - UFMG, 2016.

SANTANA, Renato. Marcha Indígena de 2000, o ano que não acabou: Joel Brás Pataxó será levado a júri popular nesta quarta,16. Assessoria do CIMI. 15 de ago. de 2017. Disponível em <<https://www.cimi.org.br/2017/08/39864>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SEDUR. Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia. Relatório R2, Vol. III. Tomo VI, julho de 2012. SEDUR-BA.

SILVA, Carlos Rafael da. **Políticas educacionais para os povos indígenas no estado da Bahia**. In: Pesquisa e escola: Experiências em educação indígena na Bahia. América Lúcia Silva Cesar e Suzane Lima Costa (Orgs), Editora quarteto, 2013.

SOTTO-MAIOR, Leila Silvia Burger. Resumo do Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da T.I. Barra Velha. 2008.

_____. Leila Silvia e PAULA, Jorge Luiz de. Resumo do Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da Terra Indígena Aldeia Velha. FUNAI, 2008.

SOUSA, Ana Cristina de e BRITO Edson Machado de. **LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO IFBA: desafios e possibilidades**. In: Memórias, Educação e Produção do conhecimento no Instituto Federal da Bahia (IFBA). Org. OLIVEIRA, José Roberto de; RAMOS, Tassila Oliveira; FARTES, Vera Lúcia Bueno. Editora do Instituto Federal da Bahia – Edifba. Salvador, 2017.

UNEB. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação Curso de Graduação –PROGRAG: Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena-LICEEI- 2008.

ZANATA, Jacir Alfonso e COSTA, Márcio Luís. **Algumas Reflexões Sobre a Pesquisa Qualitativa nas Ciências Sociais**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, V. 12, n. 2, p. 344-359. Rio de Janeiro, 2012.